

ACOMUNA

2014 ★ II SEMESTRE ★ OUTUBRO ★ Nº32

100 ANOS DA I GUERRA MUNDIAL

POLÍTICA INTERNACIONAL

Palestina PÁG 12-28

**Polémica
Ucrânia** PÁG 29-41

Eric Hobsbawn PÁG 42-47



ACOMUNA

32

Propriedade

União Democrática
Popular-Associação
Política
Rua de São Bento, 694
1250-223 Lisboa

Correio eletrónico
geral@acomuna.net

Site
www.acomuna.net

Registo na ERC
nº124204

Diretor
Bruno Góis

Participam

Alberto Matos
Alex Callinicos
Almerinda Bento
Bruno Góis
Claudio Daniel
Diogo Barbosa
Eduardo Galeano
Eric Hobsbawn
Fabian Figueiredo
Gaël De Santis
Isabel Pires
Joachim Jachnow
José Fort
Juliano Medeiros
Michael Voss
Noam Chomsky
Samir Amin
Shahd Wadi

Design e ilustrações
Maria João Barbosa

04
**Centenário da
I Guerra Mundial**
Alberto Matos

15
**Dossier Palestina
Israel-Palestina:
François Hollande
escolhe o lado
da guerra**
José Fort

27
**Dossier Palestina
Fim ao genocídio
contra o povo
palestiniano**
Bruno Góis

38
**Polémica Ucrânia
Putin ergueu
a fasquia na
crise imperialista
da Crimeia**
Alex Callinicos

63
**Partidos
Por que razão a esquerda Dinamarquesa
apoiou o envio de armas para o Iraque?**
Michael Voss

09
**Notícia
Centenário da
União Operária
Nacional**

16
**Dossier Palestina
Quem deu a
Israel o direito
de negar todos
os direitos?**
Eduardo Galeano

29
**Polémica Ucrânia
Ucrânia: a UE
não está a
prometer a lua
aos manifestantes
...apenas Grécia**
Gaël De Santis

40
**Polémica Ucrânia
Breve
História da
Ucrânia**
Isabel Pires e
Diogo Barbosa

12
**Dossier Palestina
Amor, Morte
e Gaza**
Shahd Wadi

18
**Dossier Palestina
Política Extrema
dos EUA: rede
criminosa de
proteção para
as empresas
privadas**
Noam Chomsky

31
**Polémica Ucrânia
Rússia e Ucrânia:
projecto
Euro-asiático
em conflito com
as políticas
imperialistas da
Triade**
Samir Amin

42
**Teoria
Lenine e a
“Aristocracia
Operária”**
Eric Hobsbawn

13
**Dossier Palestina
Israel e Palestina:
não é um conflito
é um massacre**
Juliano Medeiros

25
**Dossier Palestina
A situação das
crianças na
Palestina ocupada**
Claudio Daniel

35
**Polémica Ucrânia
Tahir à Maidan:
uma ponte ou
um abismo**
Juliano Medeiros

48
**Partidos
No que é que
se transformaram
os Verdes Alemães?**
Joachim Jachnow

Classe trabalhadora e política internacional

1. Há 150 anos, a 28 de Setembro de 1864, foi fundada a **Associação Internacional dos Trabalhadores**. Embora tenha durado apenas até 1876, esta organização da qual foi dirigente Karl Marx teve um papel histórico no assumir da classe operária como sujeito político. A necessidade de uma política internacional da classe trabalhadora emergiu na consciência do movimento operário.

A I Internacional, como ficaria conhecida na história do movimento operário, foi fundada no encontro internacional de operários realizado no St. Martin's Hall de Londres. A solidariedade internacional da classe trabalhadora revelou-se fundamental para a luta pelos seus interesses. Contudo, em 1871, a derrota da Comuna de Paris será um dos elementos determinantes para o agudizar de divergências e o fim do movimento.

O confronto Marx-Bakunin e a repressão ao movimento operário marcam os últimos anos. Após a dissolução oficial da I Internacional na conferência de Filadélfia (1876), houve tentativas infrutíferas de refundação. Os anarquistas passaram a reclamar a continuidade e/ou o restabelecimento da organização, originando a AIT de 1922. Em 1889 foi criada a II Internacional, Internacional Operária e Socialista, esta já de cunho marxista.

2. O mote do número 32 d' A Comuna é precisamente o processo que se desencadeia cinquenta anos depois: a **I Guerra Mundial**, 1914-1918. Neste centenário, recordamos como a guerra imperialista foi uma sublimação das crises do capitalismo. E como dela resultaram profundas mudanças a nível mundial quer na divisão do poder entre as potências, quer no movimento operário: com a quebra da solidariedade internacional da classe por parte da social-democracia, no apoio às respetivas burguesias na guerra, por um lado, e com a Revolução Russa e a III Internacional, por outro. Alberto Matos abre este número com um artigo chave que nos lança luzes para ler não apenas os demais artigos mas principalmente as lutas presentes.

Imperialismo, guerra, questão nacional, Palestina, polémica da Ucrânia, posições antiguerra, o problema do “Estado Islâmico” são os temas dos artigos. E aproveitamos ainda, porque a memória é capital de luta, para noticiar as comemorações do centenário da fundação da **União Operária Nacional**, em Tomar.

Sobre a **Palestina**, A Comuna apresenta um dossier com contributos de Shahd Wadi, Juliano Medeiros, José Fort, Eduardo Galeano, Noam Chomsky, Claudio Daniel, e Bruno Góis. Do sentimento de impotência e desesperança perante o genocídio à necessidade do boicote ao Estado de Israel, das repetições infinitas do massacre aos interesses criminosos dos EUA, do

sofrimento quotidiano das crianças aos nomes incompletos daquelas vítimas mortais. Em 50 dias de intervenção militar, o **Estado de Israel matou mais de 2 100 palestinianas e palestinianos**.

Publicamos ainda uma secção de polémica: diferentes opiniões e perspetivas sobre a crise da Ucrânia. Gaël De Santis demonstra como a UE oferecia apenas mais austeridade à **Ucrânia**. Alex Callinicos critica os que ao falarem de golpe fascista “papagueiam a propaganda de Moscovo”. Opinião diferente tem Samir Amin que tem esperança numa política internacional euroasiática ao serviço dos trabalhadores e dos povos. Juliano Medeiros considera que não se trata nem de golpe nem de revolução. Isabel Pires e Diogo Barbosa traçam a panorâmica da história da Ucrânia.

Na secção de Teoria publicamos um artigo de **Eric Hobsbawm** sobre Lenine e o conceito de aristocracia operária. Na opinião de Hobsbawm, a **caracterização da aristocracia operária, intimamente ligada ao imperialismo, foi uma “das contribuições mais fundamentais e brilhantes de Lenine para o marxismo”**.

3. Na secção sobre partidos, começamos com uma análise geral, por Joachim Jachnow, sobre como os **Verdes Alemães** cederam também à política da guerra e ao capitalismo de marca verde. E terminamos com a análise de uma decisão polémica da **Aliança Verde-Vermelha** da Dinamarca. O dirigente dinamarquês Michael Voss aborda o apoio parlamentar ao envio de armas para o Afeganistão para combater o ISIS. Na raiz da polémica está a “coincidância tática” com a agenda dos EUA, sob o argumento de que “todas as forças curdas criaram uma frente militar comum para combater o Estado Islâmico”.

É preciso olhar para o **“Estado Islâmico do Iraque e da Síria”** (ISIS) com a experiência que ambas as guerras mundiais deram ao movimento operário. Nem alinhar em jogadas inter-imperialistas, nem fechar os olhos ao perigo fascista. Fazer das **forças curdas** a pedra de toque desta questão será acertado. Mas não pode haver qualquer equívoco sobre a relação com os EUA, não podemos aceitar os EUA como polícias do mundo. Caso uma intervenção internacional se revele inevitável, a Organização das Nações Unidas e, dentro do quadro desta, a cooperação dos Estados vizinhos são condições necessárias.

150 anos depois, num tempo em que as internacionais dividem muito e articulam pouco, a questão mantém-se e estes artigos traçam apenas panorâmicas e polémicas: **que política internacional para a classe trabalhadora?**

Bruno Góis

100 Anos da I Guerra Mundial

Centenário da I Guerra Mundial

Alberto Matos



A 28 de Julho decorreu um século sobre o início da primeira grande carnificina do século XX: a Guerra Mundial de 1914-18 que matou mais de 10 milhões de soldados e 9 milhões de civis. A sua principal consequência política foi a revolução soviética de Outubro de 1917, cujo primeiro ato foi decretar a paz.

A eclosão da guerra não constituiu surpresa, ela estava em gestação pelo menos desde o início do século. As suas origens remontam à Conferência de Berlim de 1884-85 que traçou o mapa colonial de África, “a régua e esquadro”, entre as grandes potências europeias – Inglaterra, Alemanha, França – e outras menores – Portugal, Bélgica, Espanha e Itália.

Aliás, a dominação colonial não se restringia a África. Na Europa, os Balcãs eram dominados pelos impérios Austro-Húngaro e Otomano; as independências da Grécia, da Sérvia e da Itália eram historicamente recentes; a Finlândia e os estados bálticos eram domínios do czar russo, que repartia a Polónia com o kaiser alemão e o imperador austro-húngaro. Na Ásia despontava o “império do sol nascente”, o Japão, enquanto países de dimensão continental – a Índia, a China e praticamente toda a Indochina – sofriam o jugo colonial ou semicolonial.

O redesenho do atlas mundial correspondeu à fusão do capitalismo industrial, triunfante no século XIX, com o capital bancário, gerando um predomínio absoluto do capital financeiro. O “Imperialismo, estágio supremo do capitalismo”, de Lenine, é obra de referência na caracterização desta nova época, estudada por outros autores marxistas.

Preliminares da guerra

Em 1914, no curto espaço de um mês, os acontecimentos precipitam-se:

28 de Junho — O Arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono Império Austro-Húngaro é assassinado em Sarajevo, capital da Bósnia, pertencente ao Império Austro-Húngaro. O estudante sérvio Gavrilo Princip, presumível autor do atentado, fazia parte da “Bósnia Jovem”, aliado do grupo nacionalista pró-sérvio “Mão Negra”.

21 de Julho - Sob pressão da Alemanha, o ministro das Relações Exteriores do Império Austro-Húngaro apresenta um ultimato a Belgrado responsabilizando a Sérvia pelo atentado de Sarajevo e exigindo a participação da polícia austríaca nas investigações — pretensão recusada pelo governo sérvio como uma afronta à soberania.

28 de Julho — Em face desta recusa, o Império Austro-Húngaro declara guerra à Sérvia; a Rússia responde enviando tropas para a fronteira austro-húngara.

31 de Julho - O czar decreta a mobilização geral, antecipando-se à estratégia militar alemã que previa um rápido ataque à Rússia (aliada da França) enquanto esta ainda estivesse no início da mobilização.

1 de Agosto - A Alemanha declara guerra à Rússia e à França a 3 de Agosto, invadindo de imediato o Luxemburgo e Bélgica para dominar fortificações ao longo da fronteira francesa.

4 de Agosto - A O império britânico declara guerra à Alemanha, em resposta à invasão da Bélgica. Com esta declaração, cinco das seis grandes potências europeias envolvem-se na primeira guerra à escala continental desde as guerras napoleónicas.

Internacionalismo contra a guerra imperialista

“**A guerra e a social-democracia russa**”, escrita por Lenine em Setembro de 1914, resume o essencial dos acontecimentos do Verão trágico de 1914:

“A guerra europeia, preparada durante décadas pelos governos e pelos partidos burgueses de todos os países, rebentou. O aumento dos armamentos, a extrema agudização da luta pelos mercados no estádio atual, imperialista, de desenvolvimento do capitalismo nos países avançados e os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas, as da Europa Oriental, deviam conduzir inevitavelmente, e conduziram, a esta guerra. Conquistar terras e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, saquear as suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas da Rússia, Alemanha, Inglaterra e de outros países, a desunião e o entontecimento nacionalista dos operários e o extermínio da sua vanguarda com o objetivo de debilitar o movimento revolucionário do proletariado — tal é o único real conteúdo, significado e sentido da atual guerra.

À cabeça de um grupo de nações beligerantes está a burguesia alemã. Ela engana a classe operária e as massas trabalhadoras, assegurando que faz a guerra para defender a pátria, a liberdade e a cultura, para libertar os povos oprimidos pelo czarismo, para destruir o czarismo reaccionário. Mas é precisamente esta burguesia, que rasteja diante dos junkers prussianos com Guilherme II à sua frente, que sempre foi a aliada mais fiel do czarismo e inimiga do movimento revolucionário dos operários e dos camponeses da Rússia. De facto esta burguesia, juntamente com os junkers, dirigirá todos os seus esforços para, qualquer que seja o resultado da guerra, apoiar a monarquia czarista contra a revolução na Rússia.

À cabeça do outro grupo de nações beligerantes encontra-se a burguesia inglesa e francesa, que engana a classe operária e as massas trabalhadoras, assegurando que faz a guerra pela pátria, pela liberdade e a cultura, contra o militarismo e o despotismo da Alemanha. Mas esta burguesia já há muito que alugou e preparou, com os seus milhares de milhões, as tropas do czarismo russo, a monarquia mais reaccionária e bárbara da Europa, para atacar a Alemanha. De facto o objectivo da luta da burguesia inglesa e francesa é conquistar as colónias alemãs e arruinar a nação concorrente, que se distingue por um desenvolvimento económico mais rápido. E para este nobre fim as nações «avançadas», «democráticas», ajudam o selvagem czarismo a sufocar ainda mais a Polónia, a Ucrânia, etc. e a esmagar a revolução na Rússia.

Nenhum dos grupos de países beligerantes fica a dever nada ao outro no que diz respeito às pilhagens, às atrocidades e à interminável crueldade da guerra. Mas para enganar o proletariado e desviar a sua atenção da única guerra verdadeiramente libertadora, isto é, da guerra civil contra a burguesia tanto do «seu» país como dos países «alheios», para atingir este elevado fim, a burguesia de cada país procura exaltar com frases falsas sobre patriotismo o significado da «sua» guerra nacional e assegurar que aspira a vencer o inimigo não para a pilhagem e a conquista de terras, mas para «libertar» todos os outros povos, salvo o seu.

A transformação da atual guerra imperialista em guerra civil é a única palavra de ordem proletária justa, indicada pela experiência da Comuna, apontada pela resolução de Basileia (1912) e decorrente de todas as condições da guerra imperialista entre os países burgueses altamente desenvolvidos. Por muito grandes que pareçam ser as dificuldades de tal transformação em dado momento, os socialistas nunca renunciarão ao trabalho preparatório sistemático, persistente e contínuo nesta direcção, já que a guerra se tornou um facto”.

A social-democracia face à guerra

O movimento operário, agrupado na II Internacional, não foi colhido de surpresa pelo deflagrar do conflito, primeiro europeu e depois mundial. Desde Estugarda, em 1907, que todos os congressos da II Internacional apelavam à luta contra a guerra imperialista em preparação. O Manifesto de Basileia, aprovado por unanimidade, em 25 Novembro de 1912, prevenia os povos sobre os objectivos espoliadores desta guerra e exortava os operários de todos os países a travar uma luta decidida pela paz, «contrapondo ao imperialismo

capitalista a força da solidariedade internacional do proletariado». Caso a guerra eclodisse, os socialistas lutariam para converter a crise económica e política no desencadear da revolução socialista.

Na hora da verdade, porém, os partidos social-democratas dos países beligerantes traíram o internacionalismo e os seus parlamentares votaram a favor dos créditos de guerra. Como Kautsky, na Alemanha, cada chefe da social-democracia apoiou “o seu” próprio imperialismo, substituindo a palavra de ordem “proletários de todos os países uni-vos” por “proletários de todos os países, matai-vos uns aos outros” para glória e lucro do capital.

Só uma minoria permaneceu fiel ao internacionalismo proletário: os bolcheviques na Rússia; Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht na Alemanha; James Connolly, herói da luta de libertação da Irlanda, assassinado pelos ingleses em 1916; e outras fracções minoritárias da social-democracia em diversos países.

Em plena guerra, o destino destes internacionalistas andou entre o fuzilamento, o exílio, a clandestinidade ou a prisão, de onde Rosa Luxemburgo escreveu a célebre brochura de Junius: “A crise da social-democracia”, em Abril de 1915, é um brilhante e violento labéu de acusação ao imperialismo fator da guerra

e aos chefes social-democratas que perante ela capitularam. Em 15 de Janeiro de 1919, após a derrota da revolta spartakista na Alemanha, Rosa foi assassinada sob um governo social-democrata.

Um século de capitulação da social-democracia

Em 2014, com o centenário da I Guerra Mundial, assinala-se também um século de capitulação da social-democracia que cindiu o movimento operário e levou à criação da III Internacional (Comunista) em 1919, depois do triunfo da Revolução de Outubro.

Em cem anos a traição da social-democracia aprofundou-se e mudou de qualidade. De meros lacaios a que o capital pode recorrer, se necessário em funções governativas, os chefes social-democratas transformaram-se em seus gestores e representantes diretos.

Apesar do papel positivo de alguns partidos socialistas nas Frentes Populares e de milhares dos seus membros terem sido assassinados pelo nazi-fascismo, a social-democracia manteve uma ligação umbilical ao imperialismo, acentuada durante a

“guerra fria”. Com o advento do neoliberalismo e da “terceira via” de Blair, os social-liberais não se limitam a votar orçamentos de guerra nos parlamentos: tornaram-se paladinos e executivos da guerra infinita que provoca excitação nos mercados financeiros e se tornou condição da sua sobrevivência.

Um século após a carnificina de 1914-18, da social-democracia só resta um vago liberalismo, cada vez mais apêndice da direita ultraconservadora — veja-se a cedência do governo Hollande à onda xenófoba. O SPD que salvou o imperialismo alemão na república de Weimar e serviu de alternância até há uma década, fornece hoje o ministro das Finanças da kaiserin Merkel. E o restante panorama europeu não é brilhante, incluindo o ibérico.

Alguma esquerda equivocada que, hoje, procure alianças na social-democracia arrisca-se a ser vítima da velha máxima: “com amigos destes, ninguém precisa de inimigos...”.

A história não se repete, mas...

Um século depois da I Guerra, não são menores os focos de tensão internacional e na própria Europa, se comparados com os factos aparentemente aleatórios que, em Julho de 1914, desencadearam um conflito mundial. A gravidade da situação na Ucrânia — numa disputa que envolve

pelo menos a Rússia, a UE e os EUA — ultrapassa de longe o atentado contra o arquiduque austro-húngaro em Sarajevo, a que Lenine chamou “um acidente profissional dos reis”. As sequelas da desagregação da URSS e a recomposição do império russo, sob a égide das máfias privadas, estatais ou para-estatais, ameaçam mesmo ultrapassar, em selvajaria e dimensão, as guerras dos Balcãs na década de 90 do século XX.

Mas mudou o essencial: o contexto imperialista que há muito ultrapassou as fronteiras das coutadas de cada potência colonial e se globalizou, multiplicando as interdependências à velocidade electrónica a que pulsam as bolsas. Se há menos de um século “o sol nunca se punha no império britânico”, hoje a ciranda financeira funciona 24 horas por dia — e entrar em “off” seria sinónimo de desastre iminente.

Os mercados não dispensam a guerra, tornaram-na permanente e cada vez mais lucrativa. O imperialismo global não é menos agressivo, pelo contrário, multiplica cenários de guerra: em África e no Médio Oriente, na Ásia e em plena Europa. A crise ucraniana dificilmente degenerará em conflito global, até pelo perigo nuclear que encerra, mas ameaça tornar-se uma guerra regional de dimensões trágicas.

Como há cem anos, os comunistas e a esquerda internacionalista não devem alinhar atrás de nenhuma das fações em guerras de bandidos. A alternativa à barbárie, por mais difícil que hoje

pareça, é o socialismo. A revolução, eterna namorada dos povos, não faltará à chamada no século XXI.

Portugal na guerra

A entrada oficial de Portugal no conflito ocorreu em 1916, na sequência da declaração de guerra por parte da Alemanha, em 9 de Março, após a apreensão dos navios alemães e austro-húngaros ancorados na costa portuguesa, a pedido da Inglaterra. Mas, desde Outubro de 1914, contingentes portugueses com perto de 1600 militares foram enviados para Angola e Moçambique, sofrendo severos desaires em combate com forças alemãs junto às fronteiras da Namíbia (Sudoeste Africano) e da Tanzânia, colónias alemãs até 1919.

O governo do Partido Republicano, chefiado por Afonso Costa, procurou a legitimação internacional da República de 1910 pela pior via possível: a entrada na guerra ao lado da Inglaterra — a “velha aliada” que, com o ultimato de 1889 sobre o “mapa cor-de-rosa”, contribuiu para o isolamento do regime monárquico. Inglaterra que, aliás, tentou retardar o mais possível a entrada de Portugal na guerra, pois pretendia abocanhar total ou parcialmente Angola, Moçambique e outras colónias portuguesas, numa conferência internacional a realizar no pós-guerra.

A intervenção de Portugal na guerra resultou num desastre político e militar, económico e social. Foram mobilizados perto de 200 mil soldados, registando-se cerca de 10 mil mortos e milhares de feridos — entre os quais muitos “gaseados” para o

resto da vida, vítimas daquela arma de destruição massiva que foi (a par da aviação) uma das principais inovações tecnológicas usada e “experimentada” na I Guerra Mundial.

A primeira brigada do corpo expedicionário português (CEP) chegou à Flandres em Fevereiro de 1917, comandadas pelo general Gomes da Costa, futuro chefe do golpe de 28 de Maio de 1926; o ministro da Guerra, general Norton de Matos, tinha preparado o CEP no centro de instrução de Tancos, seguindo-se mais dois contingentes que totalizaram 20 mil combatentes. Na madrugada de 9 de Abril de 1918, em apenas quatro horas de ofensiva alemã, perderam a vida mais de 7 mil soldados, metade dos que estavam na primeira linha das trincheiras — a maior catástrofe da história militar Portuguesa desde Alcácer-Quibir.

Em África as coisas não correram muito melhor. Os primeiros contingentes que chegaram a Moçambique perderam cerca de metade dos efetivos sem entrar em combate, devido a doenças, o que traduz o grau de impreparação e falhas logísticas. Com um total de efetivos perto dos 20 mil homens registou sucessivos fracassos na tentativa de passar o Rovuma, face a apenas 4000 soldados alemães no Tanganica. E, no final da guerra, intensificaram-se as revoltas contra o domínio português, fruto dos maus tratos às populações. Algo de semelhante se registou em Angola, com o desastre de Naulila, logo em Dezembro de 1914.

As derrotas militares, a carestia de vida e a miséria da grande maioria da população reforçaram o desejo de paz, habilmente manipulado por Sidónio Pais — um general monárquico e germanófilo — para dar um golpe palaciano, em Dezembro de 1917. Este golpe contou com uma neutralidade benevolente do movimento operário, sob a direção anarco-sindicalista (1) da UON — União Operária Nacional, duramente reprimido pelos governos republicanos. Em Abril sobreveio a tragédia de La Lys e situação social agravava-se, o que desencadeou várias greves gerais, a última das quais foi causa indireta do atentado na estação do Rossio que vitimou o “presidente-rei”, em Dezembro de 1918.

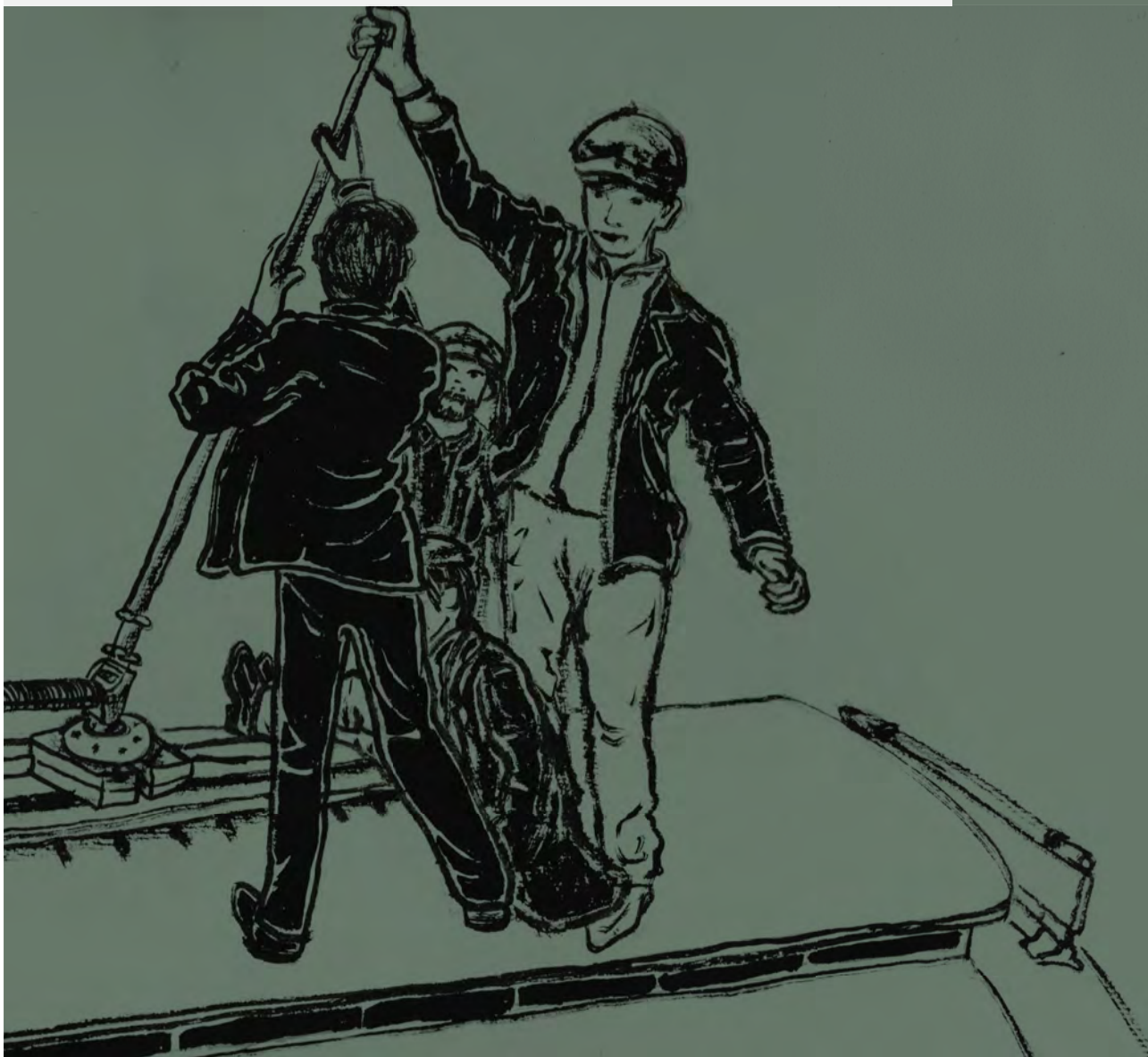
Mas o apoio social da República estava ferido de morte: Afonso Costa, o seu maior símbolo, fez por merecer o cognome de “racha-sindicalistas” e a participação na guerra foi a machadada final. O consulado sidonista durou apenas um ano, mas foi a antecâmara do golpe de 28 de Maio de 1926. A aversão à guerra marcou de tal forma a consciência colectiva do povo português que até Salazar, “o manholas” o manipulou na II Guerra Mundial, com a pseudoneutralidade alinhada com o nazi-fascismo. Por ironia da História, uma nova guerra (colonial) ditaria a queda da ditadura fascista, em 25 de Abril de 1974.

1- O Partido Socialista Português, membro da II Internacional, tinha uma presença quase irrelevante no movimento operário. A reboque dos políticos republicanos, durante a guerra seguiu a onda patrioteira.

Alberto Matos



Centenário da União Operária Nacional



No dia 15 de março de 2014, às 15 horas, realizou-se uma concentração junto ao Cine-Teatro Paraíso, em Tomar. Tratou-se simultaneamente de uma ação de protesto contra as políticas do actual governo e de memória pelo centenário da primeira central sindical portuguesa, a União Operária Nacional (UON).

Foi em Tomar que nasceu a primeira central sindical portuguesa, a União Operária Nacional (UON), em 1914. Para celebrar este centenário, um diversificado grupo de ativistas sindicais e de comissões de trabalhadores do distrito de Santarém (1), lançou, no dia 31 de janeiro de 2014, o manifesto "Cem anos depois, vencer o medo", e desafiaram mais ativistas a juntarem-se às comemorações.

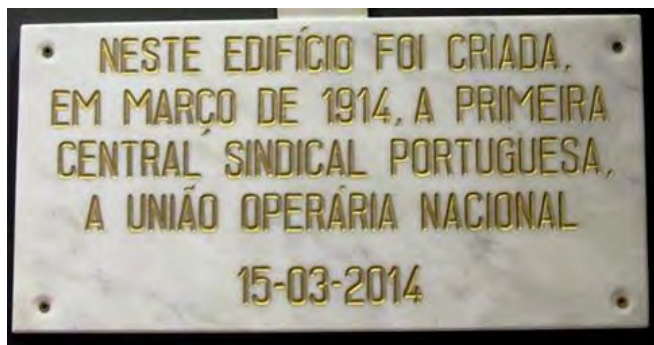
Na apresentação pública do Manifesto, conferência de imprensa realizada em Tomar, na Nabantina, as e os ativistas sublinharam a coragem daqueles que ousaram criar a primeira central sindical enfrentando a fome, as prisões, os despedimentos... "Agora é preciso recordar essa coragem, precisamente aqui em Tomar e chamar as pessoas a juntarem-se para lutar contra as políticas de hoje, celebrando este centenário que se comemora em 14, 15 e 16 de Março" sublinhou Filipe Vintém, dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).

Luís Carvalho, investigador, lembrou que a preparação do congresso fundador da UON decorreu num período de agravamento das condições de vida e de aguda repressão do regime republicano contra a classe trabalhadora, com prisão de sindicalistas e encerramento de sindicatos. E que o congresso reuniu militantes de duas correntes principais, anarquistas e o antigo Partido Socialista Português, alguns dos quais estiveram mais tarde na fundação do Partido Comunista. Estes activistas

"juntaram forças para lutar pelos direitos dos trabalhadores" e "é preciso voltar a fazer isso agora, aqui em Tomar".

Paulo Reis, trabalhador na EPAL e Vitor Franco, da comissão de trabalhadores da EDP, sublinharam algumas das iniciativas já previstas: "uma concentração no dia 15 de Março" porque, dizem, "não temos medo, juntamos forças para lutar contra este governo", uma exposição histórica, a realização de um filme, debates sobre questões como o trabalho por turnos, o fundo de greve, a precariedade..." pretendendo apoiar "estabelecer a comunicação e a troca de experiências entre activistas para melhorar a capacidade de luta dos trabalhadores, a sensibilização da juventude, o conhecimento histórico e cultural".

A memória é luta



Foi inaugurada no local uma placa em pedra a assinalar ter sido ali que foi fundada a UON, em

Março de 1914. Para este acto foram convidadas a fazer-se representar a Câmara Municipal de Tomar e as actuais centrais sindicais, a CGTP e a UGT, bem como o jornal A Batalha, criado pela UON em 1919 e que ainda hoje subsiste, como bi-semanário, depois de ter sido proibido durante a ditadura, logo a partir de 1927.

Estas atividades inserem-se no âmbito das comemorações do centenário da UON, que se iniciaram em Tomar no domingo, dia 9 de março, com a realização de debates sobre diferentes questões laborais.

Na primeira mesa, coordenada por Paulo Reis (EPAL), Luís Carvalho, investigador, fez o contexto histórico da criação da UON, Alexandre Huchet e Stella Reis (CT do BNP Paribas) e João Paulo Correia (SPGL) animaram um debate sobre a experiência da criação de CTs e os fundos de apoio à greve da última greve dos professores. Na segunda mesa, coordenada por Saraiva (STAL), Guadalupe Simões (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses) e Vitor Franco, (CT da EDP-Distribuição) aboradaram a luta pelas 35h e o trabalho por turnos.

No sábado, 15 de março, antes da concentração, tiveram lugar, da parte da manhã, a partir das 10 horas, mais dois debates, o primeiro sobre juventude e precariedade laboral, com Tiago Pinheiro, da comissão de trabalhadores da Linha

Saúde 24, e o segundo sobre democracia e organização de trabalhadores, com António Mariano, presidente do Sindicato dos Estivadores e com António Chora, da Comissão de Trabalhadores da Volkswagen Autoeuropa.

Um dia antes, na sexta-feira, 14 de Março, foi inaugurada uma exposição histórica na Escola Secundária Jacóme Ratton, também em Tomar.

Manifesto: “Cem anos depois, vencer o medo!”

A 14, 15 e 16 de Março de 1914 fundou-se, em Tomar, a primeira central sindical portuguesa, a União Operária Nacional.

A fundação da primeira central foi um passo positivo numa tentativa para juntar as forças do mundo do trabalho numa organização comum. Foi a coragem de ir à luta que conseguiu vitórias na redução do horário de trabalho para as 8 horas diárias, na criação de seguros sociais ou bairros de habitação social. A dinamizou o protesto contra os especuladores e açambarcadores de bens, pela defesa da paz e contra a entrada de Portugal na 1ª guerra mundial.

É admirável a coragem daqueles e daquelas que venceram o medo, as prisões, os despedimentos arbitrários, a fome e a miséria para levantar a luta

pelos direitos dos trabalhadores e da paz.

A União Operária Nacional foi uma central sindical com fragilidades e divisões, mas o que importa hoje celebrar é a coragem de juntar forças para a luta.

Cem anos depois a pobreza alastra pela população. Os especuladores são agora os da finança e da banca que dizima os recursos do país e os açambarcadores de riquezas multimilionárias crescem na explosão daqueles que só conseguem comer através dos bancos alimentares ou das cantinas sociais.

Cem anos depois este governo faz uma nova guerra. Uma guerra contra os direitos sociais como a saúde e a educação, uma guerra contra os direitos dos trabalhadores, uma guerra contra a Constituição que ainda garante direitos democráticos.

Nós, activistas sociais, sindicais ou membros de comissões de trabalhadores convocamos a lembrança da coragem para que ela se torne mais presente. Vindos de centrais sindicais diferentes, ou de nenhuma, achamos que o Congresso de Tomar merece ser recordado e perpetuado em acções públicas. Não temos medo, juntamos forças para lutar contra este governo!

1 - Avelino Mendes, ferroviário, Tomar, dirigente do Sind. Nacional Ferroviários | **Ana Rita Filipe**, professora, Alpiarça, dirigente do SPGL | **António Sousa Marques**, Rodoviária do Tejo, Torres Novas, membro da CT | **Carlos Beja**, Segurança Social, Santarém, dirigente do Sind. T. Funções Públicas | **Diogo Gaivoto**, enfermeiro, Santarém, ativista sindical | **Filipe Vintém**, Esc. Jácome Ratton, Tomar, dirigente do SPGL | **Gonçalo Velho**, Inst. Politécnico Tomar, dirigente do SNE Sup | **Hélio Gouveia**, ferroviário, Entroncamento, ativista sindical | **João Gonçalves**, REN, Abrantes, dirigente do Sindel e da CT | **João Luz**, professor ens. superior, Riachos, ativista cultural | **João Paulo Correia**, professor, Rio Maior, dirigente do SPGL | **Joaquim Cruz**, Banco Portugal, Salvaterra de Magos, membro da CT | **José Madeira Rodrigues**, Mitsubishi, Abrantes, dirigente do SITE | **José Neves Filipe**, técnico superior de segurança no trabalho, Santarém, delegado sindical SIESI e antigo dirigente da FIEQUIMETAL | **Luís Carvalho**, investigador, Santarém, ativista ambiental e social | **Paulo Reis**, EPAL, Tomar, ativista sindical | **Paulo Rodrigues**, CTT, Tomar, delegado sindical do SNTCT | **Vítor Fidalgo**, CTT, Santarém, delegado sindical do SNTCT | **Vítor Franco**, EDP Distribuição, Santarém, Membro da Comissão de Trabalhadores.

2 - Ativistas de outros pontos do país aderiram também ao Manifesto Vencer o Medo e realizaram ou realizarão também iniciativas de memória e luta.



Shahd Wadi

Queria partilhar histórias de amor em Gaza, de coragem, de resistência e de luta para a liberdade. Mas já não há. Tudo morreu em Gaza. Todas as palavras morreram em mim.

Não vou escrever este artigo.

Tudo o que vou escrever não terá sentido.

Nunca detestei tanto escrever assim. Já não há palavras, já não há nem sequer raiva. Sinto-me morta, cheirei tanta morte enquanto estive escondida atrás do ecrã do computador que agora me sinto morta também.

Nunca senti que escrever pode ser um acto assim tão fútil, nunca detestei a minha fuga nas palavras, tão feio o som de teclado: bom bom bom! Prefiro mil vezes ouvir o som das bombas a cair nas nossas cabeças, todos nós somos culpados neste massacre e em muitos outros que já aconteceram.

A minha solidariedade com o meu povo palestino em Gaza não tem sentido, tão fútil parece esta palavra "solidariedade" perante as vidas humanas que deixaram de ser vidas. Estamos aqui nesta parte do mundo, partilhamos uma foto ou duas no facebook de crianças aterrorizadas e

pedaços de corpos estilizados de mulheres que foram um dia muito lindas, largamos uma lágrima ou duas, desligamos o computador e depois vamos à praia, no máximo participamos numa manifestação de "solidariedade" com Palestina, jantamos, bebemos um copo de vinho, vimos televisão e fazemos amor.

Também em Gaza havia amor, mas já morreu. Foi atingido por uma bomba israelita e ficou completamente em pedaços, estilhaçado e completamente queimado, o amor tornou-se cinza e foi pisado por tantas pessoas enquanto fugiam da morte.

"Também nós amamos a vida quando podemos." disse o poeta palestino Mahmoud Darwish. Mas já não podemos. Já não há vida. Já não há amor. Em Gaza tudo foi morto, assassinado, massacrado.

Não consigo escrever este texto. Este texto

não deve ser escrito, não faz sentido. Desde o momento em que comecei a escrever até agora já mudou tantas vezes o número das mortes que caem como as flores numa tempestade de chuva de fogo. Queria partilhar histórias de amor em Gaza, de coragem, de resistência e de luta para a liberdade. Mas já não há. Tudo morreu em Gaza. Todas as palavras morreram em mim.

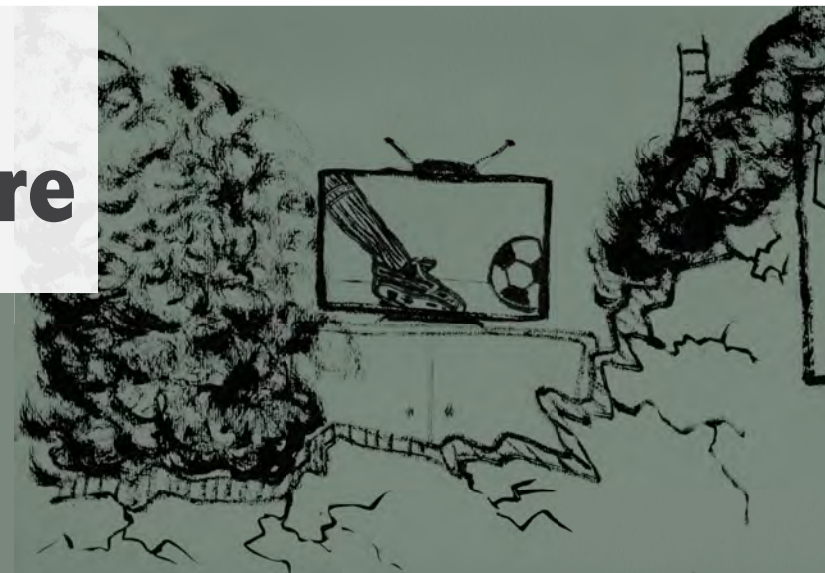
Não deveria ser eu a escrever o artigo.
Quem deveria escrever este artigo já morreu.

Shahd Wadi

Ativista luso-palestiniana, Doutora em Estudos Feministas
com a tese "Corpos na trouxa. Histórias-artísticas-de-vida
de mulheres palestinas no exílio"

Israel e Palestina: não é um conflito, é um massacre

Juliano Medeiros



Enquanto todos se divertem com a Copa do Mundo de futebol, Israel está cometendo um genocídio em Gaza. E essa não é a opinião de algum grupo radical islâmico, mas do moderadíssimo Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina. Até poucas horas atrás já haviam sido assassinadas 84 pessoas pelas forças militares israelenses, sendo 70% delas civis, segundo o Ministério da Saúde palestino.

Tudo começou com o sequestro e a morte de três jovens israelenses na Faixa de Gaza, semanas atrás. O governo de Israel atribuiu o crime ao Hamas, grupo político que governa a Faixa de Gaza e que negou publicamente sua responsabilidade nos assassinatos. Dias depois, em represália, um jovem palestino foi incendiado vivo por israelenses de extrema-direita. Daí em

diante, a violência por parte de Israel só aumentou.

É claro que Israel não está "se defendendo", como alega o governo sionista de Netanyahu e Peres. Na verdade, Israel está defendendo os assentamentos ilegais que mantém na Faixa de Gaza, uma forma de apossar-se de territórios hoje controlados pelos palestinos. Não é a primeira vez que isso acontece. Gaza é alvo frequente de investidas militares. A pior delas, no final de 2008 e início de 2009, deixou mais de 1,4 mil palestinos mortos. Do lado israelense, as baixas foram de apenas treze pessoas, dez delas soldados.

Além disso, a violência de Israel é absolutamente desproporcional. Dezenas de palestinos morreram nas últimas horas, atingidos por bombardeios israelenses. Enquanto isso, não há registro de que os temidos "mísseis do Hamas"

tenham acertado um único alvo israelense. A comunidade internacional, por sua vez, assiste ao massacre de braços cruzados. Com exceção de algumas poucas declarações mais enérgicas, como a do presidente russo, Vladimir Putin, as manifestações da maioria dos governos foram no sentido de clamar pelo "fim do conflito entre Israel e o Hamas". A questão é que não há conflito! O que está em curso é um massacre!

O governo israelense incentiva o ódio e a intolerância. Como destaca Chemi Shalev, em artigo publicado no jornal israelense Haaretz, em apenas 24 horas, uma página do Facebook convocando "revanche" pelos assassinatos dos três garotos sequestrados recebeu dezenas de milhares de curtidas, e encheu-se de apelos explícitos para matar árabes, onde quer que estejam. Centenas de israelenses postaram fotos na internet com

“Os governos das grandes potências, aliados de Tel Aviv, apelam inutilmente pelo fim das "hostilidades". Os organismos multilaterais, controlados por essas mesmas potências, nada fazem além de criticar a escala "desproporcional" da ação militar de Israel.”

mensagens de ódio e apoio à ofensiva do exército israelense.

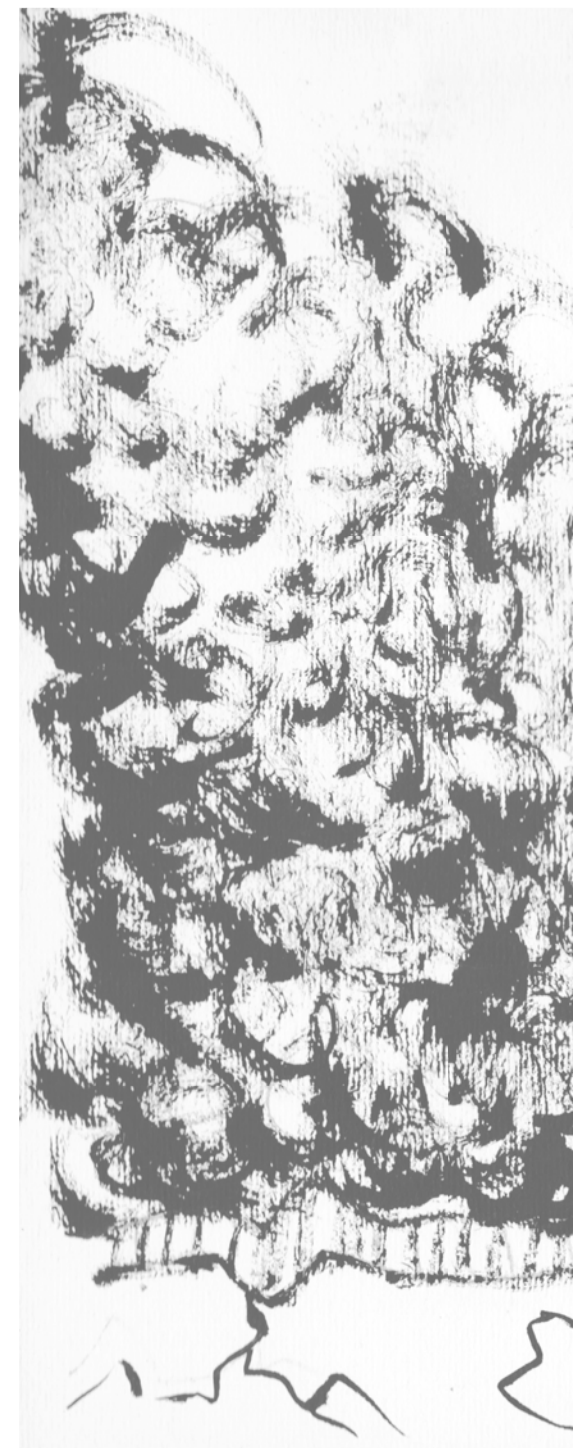
Israel afunda-se no racismo e na intolerância. O Hamas é retratado pela imprensa internacional como um grupo "radical" e não como organização política que conquistou nas urnas o direito de governar a Faixa de Gaza. Os governos das grandes potências, aliados de Tel Aviv, apelam inutilmente pelo fim das "hostilidades". Os organismos multilaterais, controlados por essas mesmas potências, nada fazem além de criticar a escala "desproporcional" da ação militar de Israel.

O que fazer, portanto, para parar o massacre promovido por Israel? Primeiro, é preciso reforçar toda a solidariedade à causa palestina. Segundo, condenar de todas as formas possíveis a violência contra civis inocentes por parte de Israel. Por fim, cobrar que os governos rompam qualquer forma de cooperação militar com o governo israelense, ao mesmo tempo em que se manifestem diante dos organismos internacionais contra o

massacre, convocando seus embaixadores e propondo sanções, tal como feito em relação à Síria, recentemente. Só assim o Estado de Israel poderá compreender que sua violência não ficará impune mais uma vez.

Juliano Medeiros

Historiador e Secretário Nacional de Comunicação do PSol -
Partido Socialismo e Liberdade (Brasil)



Israel-Palestina: François Hollande escolhe o lado da guerra

José Fort



Expressando "solidariedade da França" para com Israel, sob o pretexto do lançamento de rockets a partir de Gaza, sem proferir uma única palavra sobre os atentados, assassinatos, invasões e ataques racistas em Gaza e na Cisjordânia ocupada, o Presidente da República acaba de envolver o nosso país numa operação criminosa contra um povo que luta pela sua sobrevivência: o povo palestino.

Pior que isso. Ao afirmar que cumpre "ao governo de Israel tomar todas as medidas para proteger a sua população face às ameaças", o Presidente da República está a incitar à guerra. Não se trata apenas de cumplicidade. Trata-se do envolvimento oficial da França no campo da direita israelita. Agora, Paris já não se limita a fórmulas diplomáticas quando descreve as ações israelitas como "desproporcionais". Paris opta abertamente

pelo campo do confronto, da destruição, do assassinato e da prisão em massa. As autoridades francesas aceitam que cidadãos franceses incorporem um exército estrangeiro (o Exército israelita) violando assim o direito internacional.

As autoridades francesas aceitam um muro de perto de 700 km, uma construção condenada pelas instâncias internacionais. As autoridades francesas aceitam o apartheid instaurado na Cisjordânia ocupada. As autoridades francesas aceitam e incitam à guerra, quando todos os esforços deveriam ser pela cessação da violência e a construção da paz. François Hollande escolheu o seu lado. Esta não é a paz israelita. Muito menos a do povo palestino martirizado, espartilhado, reprimido.

José Fort

Internacionalista apaixonado pelo mundo, jornalista, antigo chefe da secção mundial de l'Humanité. Publicado em **l'Humanité** e traduzido por **Bruno Góis** para **A Comuna**

Quem deu a Israel o direito de negar todos os direitos?

Eduardo Galeano



Este artigo é dedicado a meus amigos judeus assassinados pelas ditaduras latinoamericanas que Israel assessorou.*

Para justificar-se, o terrorismo de Estado fabrica terroristas: semeia ódio e colhe pretextos. Tudo indica que esta carnificina de Gaza, que segundo seus autores quer acabar com os terroristas, acabará por multiplicá-los.

Desde 1948, os palestinos vivem condenados à humilhação perpétua. Não podem nem respirar sem permissão. Perderam sua pátria, suas terras, sua água, sua liberdade, seu tudo. Nem sequer têm direito a eleger seus governantes. Quando votam em quem não devem votar são castigados. Gaza está sendo castigada. Converteu-se em uma armadilha sem saída, desde que o Hamas ganhou limpamente as eleições em 2006. Algo parecido havia ocorrido em 1932,

quando o Partido Comunista triunfou nas eleições de El Salvador. Banhados em sangue, os salvadorenhos expiaram sua má conduta e, desde então, viveram submetidos a ditaduras militares. A democracia é um luxo que nem todos merecem.

São filhos da impotência os foguetes caseiros que os militantes do Hamas, encurralados em Gaza, disparam com desajeitada pontaria sobre as terras que foram palestinas e que a ocupação israelense usurpou. E o desespero, à margem da loucura suicida, é a mãe das bravatas que negam o direito à existência de Israel, gritos sem nenhuma eficácia, enquanto a muito eficaz guerra de extermínio está negando, há muitos anos, o direito à existência da Palestina.

Já resta pouca Palestina. Passo a passo, Israel está apagando-a do mapa. Os colonos invadem, e atrás deles os soldados vão corrigindo

a fronteira. As balas sacralizam a pilhagem, em legítima defesa.

Não há guerra agressiva que não diga ser guerra defensiva. Hitler invadiu a Polónia para evitar que a Polónia invadisse a Alemanha. Bush invadiu o Iraque para evitar que o Iraque invadisse o mundo. Em cada uma de suas guerras defensivas, Israel devorou outro pedaço da Palestina, e os almoços seguem. O apetite devorador se justifica pelos títulos de propriedade que a Bíblia outorgou, pelos dois mil anos de perseguição que o povo judeu sofreu, e pelo pânico que geram os palestinos à espreita.

Israel é o país que jamais cumpre as recomendações nem as resoluções das Nações Unidas, que nunca acata as sentenças dos tribunais internacionais, que burla as leis internacionais, e é também o único país que legalizou a tortura de

“O exército israelita, o mais moderno e sofisticado do mundo, sabe a quem mata. Não mata por engano. Mata por horror. As vítimas civis são chamadas de "danos colaterais", segundo o dicionário de outras guerras imperiais. Em Gaza, de cada dez "danos colaterais", três são crianças”

prisioneiros.

Quem lhe deu o direito de negar todos os direitos? De onde vem a impunidade com que Israel está a executar a matança de Gaza? O governo espanhol não conseguiu bombardear impunemente o País Basco para acabar com o ETA, nem o governo britânico pôde arrasar a Irlanda para liquidar o IRA. Por acaso a tragédia do Holocausto implica uma apólice de eterna impunidade? Ou essa luz verde provém da potência manda-chuva que tem em Israel o mais incondicional de seus vassalos?

O exército israelita, o mais moderno e sofisticado mundo, sabe a quem mata. Não mata por engano. Mata por horror. As vítimas civis são chamadas de "danos colaterais", segundo o dicionário de outras guerras imperiais. Em Gaza, de cada dez "danos colaterais", três são crianças. E somam aos milhares os mutilados, vítimas da tecnologia do esquartejamento humano, que a indústria militar está a ensaiar com êxito nesta operação de limpeza étnica.

E como sempre, sempre o mesmo: em Gaza, cem a um. Para cada cem palestinianos mortos, um israelita. Gente perigosa, adverte outro bombardeio, a cargo dos meios massivos de manipulação, que nos convidam a crer que uma vida israelense vale tanto quanto cem vidas palestinas. E esses meios também nos convidam a acreditar que são humanitárias as duzentas bombas atômicas de Israel, e que uma potência nuclear chamada Irão foi a que aniquilou Hiroshima e Nagasaki.

A chamada "comunidade internacional" existe? É algo mais que um clube de mercadores, banqueiros e guerreiros? É algo mais que o nome artístico que os Estados Unidos adotam quando fazem teatro?

Diante da tragédia de Gaza, a hipocrisia mundial se ilumina uma vez mais. Como sempre, a indiferença, os discursos vazios, as declarações ocas, as declamações altissonantes, as posturas ambíguas, rendem tributo à sagrada impunidade.

Diante da tragédia de Gaza, os países árabes lavam

as mãos. Como sempre. E como sempre, os países europeus esfregam as mãos. A velha Europa, tão capaz de beleza e de perversidade, derrama alguma que outra lágrima, enquanto secretamente celebra esta jogada de mestre. Porque a caçada de judeus foi sempre um costume europeu, mas há meio século essa dívida histórica está sendo cobrada dos palestinianos, que também são semitas e que nunca foram, nem são, antisemitas. Eles estão a pagar, com sangue constante e sonoro, uma conta alheia.

Eduardo Galeano

publicado originalmente como **"Operacion Plomo Impune"** em Brecha 16/01/2009

traduzido por **Katarina Peixoto** para **Carta Maior**, adaptado para PT/PT por **Bruno Góis** para **A Comuna**

Nota do editor: artigo de Galeano sobre a Operação Chumbo Fundido (27 de dezembro de 2008–18 de janeiro de 2009), onde morreram 1.600 pessoas palestinianas e tres israelitas

Política Externa dos EUA: Rede Criminosa de Proteção para as Empresas Privadas

Noam Chomsky



Há uma "versão padrão recebida", comum na academia, em pronunciamentos do governo e no discurso público, segundo a qual o primeiro dever de qualquer governo é prover segurança; e que a principal preocupação dos EUA e seus aliados, desde 1945, sempre foi a "ameaça russa".

Há vários meios para se avaliar essa doutrina. Pode-se começar por responder uma pergunta óbvia: O que aconteceu quando a ameaça russa desapareceu, em 1989? Resposta: nada aconteceu; tudo continuou como antes.

Pouco depois, os EUA invadiram o Panamá matando, provavelmente, milhares de pessoas e instalando ali um regime-cliente. Essa era prática rotineira nos domínios dominados pelos EUA. Mas esse caso não foi rotineiro: pela primeira vez, um grande ato de política exterior não se explicava por qualquer tipo de suposta ameaça russa!

Daquela vez, inventaram-se e foram distribuídos vários e vários pretextos fraudulentos para aquela invasão, que se desmontaram instantaneamente, logo ao primeiro exame. A imprensa-empresa tudo louvava entusiasticamente, aquele grande feito de derrotar o Panamá. Não se preocupava com a evidência de que os pretextos eram ridículos, que o ato em si não passava de violação gravíssima do direito internacional, que estava sendo execrado em muitas partes do mundo, especialmente na América Latina.

A imprensa-empresa também ignorou o veto dos EUA contra proposta de Resolução do Conselho de Segurança da ONU que condenaria os crimes cometidos por soldados dos EUA durante a invasão. Todos os demais votantes votaram unanimemente a favor da condenação aos EUA; a

Grã-Bretanha absteve-se; e os EUA vetaram. Rotina. E ficou tudo por isso mesmo (o que também é rotina).

De El Salvador à Fronteira Russa

O governo de George H.W. Bush lançou nova política de segurança nacional e orçamento para a defesa, em reação ao colapso do inimigo global. Não fazia sentido algum. Como da primeira vez, mobilizaram-se falsos pretextos. Eram outros pretextos, mas eram igualmente falsos pretextos. É que, como depois se viu, era necessário manter um establishment militar quase tão grande quanto o do resto do mundo, tudo somado, e muito mais avançado na sofisticação tecnológica — mas não para defender o país contra uma inexistente União Soviética. A desculpa, dessa vez, foi a crescente "sofisticação tecnológica" de potências do 3º

“As relações especialíssimas entre EUA e Israel ganharam a forma que hoje têm em 1967, quando Israel aplicou um golpe violentíssimo contra o Egito, o centro do nacionalismo árabe secular.”

Mundo.

Intelectuais disciplinados compreenderam que não se recomendava que se lançassem em ridículo total, e, portanto, mantiveram-se em silêncio.

Os EUA, insistiam os novos programas, tinham de manter sua "base industrial de defesa". A frase é eufemística, para falar em geral de indústria high-tech que depende pesadamente de vasta intervenção estatal para investigação e desenvolvimento, quase sempre mascarada como se fosse atividade a serviço do Pentágono. É o que economistas continuam a chamar de "economia de livre mercado" dos EUA.

Uma das cláusulas mais interessantes dos novos planos tinha a ver com o Médio Oriente. Ali, ficava decidido, Washington tinha de manter forças de intervenção que tomariam como alvo uma região crucial, cujos "principais problemas não podem ser entregues à porta do Kremlin". Ao contrário dos 50 anos de mentiras anteriores, confessava-se discretamente que a principal

preocupação não eram os russos, mas o que se chama "nacionalismo radical", quer dizer: qualquer nacionalismo independente que os EUA não controlem completamente.

Tudo isso tinha evidente conexão com a visão padrão, mas passou despercebido — ou, talvez: por isso mesmo, passou despercebido.

Outros eventos importantes aconteceram imediatamente depois do fim do Muro de Berlim, fim da Guerra Fria. Um deles aconteceu em El Salvador, país que recebia a maior ajuda militar dos EUA em todo o mundo — exceto Israel-Egito, que são caso à parte — e com os piores registos de desrespeito aos direitos humanos do planeta (essa correlação também é frequente e bem direta).

O alto comando salvadorenho ordenou que a Brigada Atlacatl invadisse a Universidade Jesuíta e assassinasse seis destacados intelectuais latino-americanos, todos eles jesuítas, inclusive o reitor, Fr. Ignacio Ellacuría, e testemunhas (a governanta da residência do reitor e a filha dela).

A Brigada acabava de voltar de treino

avanzado contra insurgência no John F. Kennedy Special Warfare Center and School do Exército dos EUA, em Fort Bragg, North Carolina, e deixou um rasto de milhares das vítimas de sempre ao longo da campanha de terror liderada pelos EUA em El Salvador — parte de campanha de terror e tortura mais ampla, por toda a região.

Tudo, rotina. Tudo ignorado e virtualmente esquecido nos EUA e pelos aliados, tudo, como sempre, rotina. Mas isso nos diz muito sobre os fatores que dirigem a política, se nos damos o trabalho de observar o mundo real.

Outro evento importante aconteceu na Europa. O presidente soviético Mikhail Gorbachev concordou com permitir a unificação da Alemanha e que a Alemanha fosse integrada como membro à NATO — aliança militar hostil. À luz da história recente, foi a mais surpreendente das concessões. Mas tinha havido uma troca: o presidente Bush e o secretário de Estado James Baker haviam concedido que a NATO não seria expandida "uma polegada, para o Oriente", falando da Alemanha

Oriental. Imediatamente depois de firmado o acordo, os dois expandiram a NATO para a Alemanha Oriental.

Gorbachev ficou obviamente ultrajado. Mas quando reclamou, Washington explicou-lhe que a coisa não passara de compromisso verbal, acordo de cavalheiros, sem força alguma. Se fora suficientemente tolo a ponto de acreditar na palavra do presidente e do secretário de Estado dos EUA, problema dele.

Isso também era rotina, como rotina eram também a silenciosa aceitação e a aprovação da expansão da NATO, nos EUA e, em geral, no ocidente. O presidente Bill Clinton então expandiu ainda mais a NATO, direto para junto das fronteiras da Rússia. Hoje, o mundo encara grave crise que é, em medida não pequena, resultado dessas políticas.

A sedução de saquear os mais pobres

Outra fonte de provas são os registros históricos que vão chegando a conhecimento público. Esses registros contêm dados reveladores dos reais motivos da política de estado dos EUA. A história é rica e complexa, mas alguns temas têm persistentemente o papel dominante. Um deles foi claramente articulado numa conferência para o hemisfério ocidental que os EUA convocaram, no México, em fevereiro de 1945, na qual Washington impôs "Uma Carta Económica para as Américas" [orig. An Economic Charter of the Americas] que

visava a eliminar o nacionalismo económico "em todas as suas formas". Havia uma condição "não dita": o nacionalismo económico ficava aprovado, até recomendado, para os EUA, cuja economia depende vitalmente de massiva intervenção do Estado.

A eliminação do nacionalismo económico para os outros entrou em agudo conflito com a posição dos latino-americanos naquele momento, posição que funcionários do Departamento de Estado descreveram como "a filosofia do Novo Nacionalismo [o qual] abraça políticas que visam a assegurar melhor distribuição de riqueza e a melhorar os padrões de vida das massas". Como outros analistas políticos norte-americanos acrescentaram, "os latino-americanos estão convencidos de que os primeiros beneficiários do desenvolvimento dos recursos de um país deve ser o povo daquele país".

Claro que não podia ser. Para Washington, os "primeiros beneficiários" têm de ser os investidores norte-americanos, com a América Latina preenchendo a função de dar-lhes os meios. Não poderia haver, como os governos Truman e Eisenhower deixariam bem claro, "desenvolvimento industrial excessivo" que viesse a abalar os interesses dos EUA.

O Brasil, por exemplo, poderia produzir aço de baixa qualidade com o qual as empresas norte-americanas não precisavam preocupar-se;

mas a produção seria considerada "excessiva", se entrasse em concorrência com as empresas norte-americanas.

Preocupações semelhantes ressoaram no período do pós II Guerra Mundial. O sistema global que era dominado pelos EUA estava ameaçado por o que documentos internos chamam de "regimes radicais e nacionalistas" que respondem a pressões populares por desenvolvimento independente. Essa foi a preocupação que motivou os golpes que derrubaram os governos parlamentaristas do Irão e da Guatemala em 1953 e 1954, além de vários outros golpes (Brasil, 1964 — Nrc).

No caso do Irão, uma preocupação principal foi o impacto potencial da independência iraniana sobre o Egito, então sublevado contra as práticas coloniais britânicas. Na Guatemala, além do crime da nova democracia que dava poder à maioria camponesa e invadia possessões da United Fruit Company — o que já seria ofensa suficiente — Washington preocupava-se com a agitação operária e a mobilização popular em ditaduras apoiadas pelos EUA na sua vizinhança.

Nos dois casos, as consequências chegaram até os nossos dias. Literalmente, não houve um dia, desde 1953, em que os EUA não tenham torturado o povo do Irão. E a Guatemala ainda é uma das câmaras de horror do mundo. Até hoje há maias que fogem dos efeitos das campanhas militares

quase-genocidas no país, patrocinadas pelo presidente Ronald Reagan e seus mais altos representantes. Como um diretor da Oxfam, médico guatemalteco, relatou recentemente:

"Há deterioração dramática do contexto político, social e económico. Ataques contra ativistas dos Direitos Humanos aumentaram 300% no último ano. Há clara evidência de que é uma estratégia bem organizada pelo exército e pelo setor privado. Ambos capturaram o Estado, para manter o status quo e impor o modelo económico centrado na indústria extrativa, empurrando os povos nativos dramaticamente para fora de suas terras, que vão sendo ocupadas pela grande indústria de mineração, African Palm e fazendas de cana-de-açúcar. Além disso, o movimento social, que defende as terras e os direitos dos nativos foi criminalizado, muitos líderes estão presos e muitos outros foram assassinados".

Nada se sabe sobre isso nos EUA, e até a causa óbvia desses factos também é mantida oculta.

Nos anos 1950s, o presidente Eisenhower e o secretário de Estado John Foster Dulles explicaram claramente o dilema que os EUA enfrentavam. Reclamaram de que os comunistas tinham uma vantagem injusta. Os comunistas podiam "apelar diretamente às massas" e "obter o controle dos movimentos de massa, coisa que nós não podemos

fazer. Eles falam diretamente aos pobres e sempre querem saquear os ricos".

Isso, sim, é problema. Os EUA sempre encontraram dificuldades para falar diretamente aos pobres e mostrar aos pobres sua doutrina segundo a qual os ricos podem saquear os pobres.

O exemplo cubano

Exemplo claro do padrão geral foi Cuba, quando afinal se tornou independente em 1959. Em poucos meses começaram os ataques militares contra a ilha. Pouco depois, o governo de Eisenhower decidiu, secretamente, mudar o regime em Cuba. Em seguida, John F. Kennedy tornou-se presidente. Queria dedicar mais atenção à América Latina. Então, logo no início do governo, criou um grupo para desenvolver políticas, sob a coordenação do historiador Arthur Schlesinger, que resumiu suas conclusões para apresentar ao presidente que chegava.

Como Schlesinger explicou, o mais ameaçador, de haver uma Cuba independente, era "a ideia de Castro de o país tomar as questões nas próprias mãos". Desgraçadamente, era ideia que muito atraía as massas na América Latina, onde "a distribuição de terra e de outras modalidades de riqueza nacional favorecem muito as classes proprietárias, e onde os pobres e oprimidos, estimulados pelo exemplo da Revolução Cubana, já começam a exigir oportunidades para uma vida

decente". Para Washington, só problemas. E o dilema de sempre.

Como a CIA explicou:

A extensiva influência do "castrismo" não é função do poder cubano (...) a sombra de Castro mostra-se grande porque as condições sociais e económicas na América Latina convidam a fazer oposição a qualquer autoridade e encorajam a agitação para mudança radical.

E a Cuba de Castro oferece modelo para isso. Kennedy temia que a ajuda russa pudesse fazer de Cuba uma "vitrine" do desenvolvimento, o que daria vantagem aos soviéticos em toda a América Latina.

O Conselho de Planeamento Político do Departamento de Estado alertou que:

(...) o perigo básico que enfrentamos com Castro está (...) no impacto que a simples existência de seu governo tem sobre o movimento esquerdista em muitos países latino-americanos (...). O simples fato é que Castro representa um desafio bem-sucedido aos EUA, negação de toda nossa política hemisférica de quase um século e meio

Queria dizer: desde a Doutrina Monroe de 1823, quando os EUA declararam sua intenção de dominar o hemisfério.

Naquele momento, o objetivo imediato era

conquistar Cuba, mas não era possível por causa do poder do inimigo britânico. Ainda assim, o grande estrategista John Quincy Adams, pai intelectual da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, informou aos seus colegas que, com o tempo, Cuba lhes cairia no colo, pelas "leis da gravitação política", como a maçã cai da árvore. Em resumo: o poder dos EUA aumentaria e o da Grã-Bretanha encolheria.

Em 1898, o prognóstico de Adams realizou-se. Os EUA invadiram Cuba, sob o disfarce de "libertadores". Na verdade, impediram que a ilha se tornasse independente da Espanha e converteram-na em "colônia virtual", como disseram os historiadores Ernest May e Philip Zelikow. Cuba permaneceu nessa situação até janeiro de 1959, quando se tornou independente. Desde então, é alvo de guerras terroristas movidas pelos EUA, e que começaram nos anos Kennedy, e de tentativas de estrangulamento económico. Não por causa dos russos.

A política dos EUA para Cuba tornou-se cada vez mais dura; e ainda mais sob governo Democrata, inclusive sob Bill Clinton, que conseguiu ultrapassar Bush pela direita, nas eleições de 1992. Nesse quadro, os eventos acima listados deveriam ter afetado a validade da doutrina, na discussão da política externa e dos fatores que incidem sobre ela. Mas, não. Nada disso. Outra vez, o impacto dos factos sobre a teoria foi mínimo.

O vírus do nacionalismo

Tomando emprestada a terminologia de Henry Kissinger, o nacionalismo é "um vírus" cujo "contágio pode disparar". Kissinger, aí, falava do Chile de Salvador Allende. O vírus, no caso, era a ideia de que podia haver via parlamentar para algum tipo de democracia socialista. O modo de enfrentar tamanha ameaça foi destruir o vírus e vacinar todos que pudessem ter sido contaminados; a solução típica foi impor em todos os casos os mais mortíferos estados de segurança nacional. Foi feito assim no Chile em 1973 (imitando o golpe MILICANALHA no Brasil/1964 - Nrc). Mas é importante perceber que esse tipo de pensamento permanece vivo em todo o mundo.

Foi esse, por exemplo, o pensamento que havia por trás da decisão de opor-se ao nacionalismo vietnamita no início da década de 1950 e apoiar o esforço da França para reconquistar a sua ex-colônia. Temia-se que o nacionalismo vietnamita independente pudesse ser um vírus que contaminaria as regiões circundantes, inclusive a Indonésia, riquíssima em recursos.

Poderia até levar o Japão — chamado de "superdomínio", por John Dower, especialista em Ásia — a tornar-se o centro de uma nova ordem industrial e comercial independente do tipo que o Japão imperial havia lutado então recentemente para estabelecer.

Tudo isso, por sua vez, significaria que os EUA teriam perdido a guerra pelo Pacífico, opção que não se considerava em 1950. O remédio era claro — e foi usado com bastante sucesso: o Vietname foi virtualmente destruído e foi cercado por ditaduras militares que mantiveram o "vírus" cercado e contiveram o contágio.

Em retrospectiva, McGeorge Bundy, Conselheiro de Segurança Nacional de Kennedy-Johnson, considerou que Washington deveria ter terminado a Guerra do Vietname em 1965, quando a ditadura de Suharto foi instalada na Indonésia, com massacres terríveis, que a CIA comparou aos crimes de Hitler, Stálin e Mao. Mas o massacre para empossar Suharto foi saudado com incontida euforia nos EUA e no ocidente em geral, porque o "espantoso banho de sangue", como a imprensa alegremente descrevia, pôs fim a qualquer ameaça de contágio e abriu os ricos recursos da Indonésia aos exploradores ocidentais. Depois de isso estar feito, a guerra para destruir o Vietname já foi supérflua, como Bundy reconheceu, retrospectivamente.

O mesmo é verdade na América Latina, nos mesmos anos: um "vírus" depois do outro foi viciosamente atacado e destruído ou enfraquecido a ponto de mal sobreviver. A partir do início dos anos 1960, uma praga de repressão foi imposta em todo o continente, uma história de violência sem precedentes no hemisfério, que se estendeu

também para a América Central nos anos 1980, no governo de Ronald Reagan, assunto ainda vivo na memória que não é preciso rememorar aqui.

Muito disso tudo foi assim também no Oriente Médio. As relações especialíssimas entre EUA e Israel ganharam a forma que hoje têm em 1967, quando Israel aplicou um golpe violentíssimo contra o Egito, o centro do nacionalismo árabe secular. Ao fazê-lo, Israel protegeu a Arábia Saudita, aliada dos EUA, então engajada em conflito militar contra o Egito, no lémen.

A Arábia Saudita, é claro, é o Estado islâmico fundamentalista mais radical, e também é estado missionário, que gasta somas astronômicas para difundir doutrinas salafistas wahhabistas além de suas fronteiras. Vale a pena lembrar que os EUA, como, antes deles, a Inglaterra, tenderam sempre a apoiar o Islão fundamentalista contra o nacionalismo secular, que sempre foi percebido como ameaça mais grave de independentismo e de contágio (o "vírus", não esqueçam).

O valor do sigilo

Muito há para dizer, mas o registro histórico demonstra muito claramente que a doutrina padrão tem pouca serventia. A segurança, no sentido normal, não é fator na formação política. Repito: no sentido normal de "segurança". Mas, para avaliar a doutrina padrão, é preciso perguntar o que significa "segurança". "Segurança" para quem?

Uma resposta é: segurança para o poder do Estado. Há muitos exemplos. Consideremos um exemplo atual. Em maio, os EUA concordaram que apoiariam uma resolução do Conselho de Segurança da ONU para que o Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, investigasse crimes de guerra na Síria, mas sob uma condição: não poderia haver investigação nenhuma de qualquer possível crime de guerra cometido por Israel. Nem de crimes cometidos por Washington. De fato, ninguém nem precisaria declarar essa "proteção" aos EUA, porque os EUA são a única nação autoimunizada contra a ação de qualquer sistema legal internacional.

De fato, há uma lei do Congresso dos EUA que autoriza o presidente a usar força armada para "resgatar" qualquer norte-americano que seja levado a Haia para ser julgado: é o "Netherlands Invasion Act" [Lei da Invasão dos Países Baixos], como é às vezes chamado na Europa. Assim, mais uma vez, se comprova a importância de proteger a segurança do poder do Estado.

Mas proteger a segurança do Estado, contra quem? Pode-se muito bem argumentar que a principal preocupação do governo é proteger a segurança do Estado e contra a própria população. Como sabe qualquer pessoa que se tenha dedicado a vasculhar arquivos, o chamado "segredo de Estado" que protege o governo raramente é motivado por legítima preocupação de segurança;

praticamente em todos os casos o sigilo oficial visa, exclusivamente, manter a população na total ignorância, sem saber do que se passa.

E por boas razões, como explicou lucidamente o ilustre intelectual liberal e conselheiro governamental Samuel Huntington, professor de ciência política na Harvard University. Nas palavras dele:

Os arquitetos do poder nos EUA devem criar uma força que seja sentida, mas não seja vista. O poder permanece forte quando se guarda no escuro; exposto à luz do sol, começa a evaporar.

Huntington escreveu isso em 1981, quando a Guerra Fria voltava a esquentar, e explicou também que:

(...) você tem de vender [intervenção ou outra ação militar] de modo tal que crie a falsa impressão de que o que você combate é a União Soviética. É o que os EUA sempre fizeram, desde a Doutrina Truman.

São verdades simples, raramente reconhecidas, mas ajudam a ver por dentro do poder e das políticas do Estado, e ecoam até nossos dias.

O poder do Estado tem de ser protegido contra seu inimigo interno; em agudo contraste com isso, a população não tem como se proteger contra o poder do Estado. Impressionante exemplo atual é o

ataque frontal, mortal, que o governo Obama move contra a Constituição dos EUA, com seu programa de vigilância interna massiva. A coisa, é claro, justifica-se sob o argumento da "segurança nacional". Mas é o que dizem virtualmente todos os Estados para justificar todas as suas ações e, assim sendo, pouco significa.

Quando o programa de vigilância total da Agência de Segurança Nacional dos EUA foi desmascarado pelas revelações de Edward Snowden, altos funcionários correram a declarar que a vigilância total teria evitado 54 atos terroristas. No inquérito, o número já baixou para uma dúzia. Na sequência, um painel de alto nível criado pelo governo logo descobriu que, de fato, só um caso fora realmente "descoberto": alguém mandara US\$ 8.500 para a Somália. Foi o único "benefício" obtido dessa vasto ataque contra a Constituição e, claro, também contra milhões de outras pessoas em todo o mundo.

A atitude da Grã-Bretanha é interessante. Em 2007, o governo britânico contratou a colossal agência de espões de Washington, para que "analisasse e recolhesse todos os números de telemóvel, fax, endereços de e-mails e IPs de qualquer cidadão/ã britânico/a que tivesse na sua base de dados" — como o The Guardian noticiou. Dá indicação útil da importância relativa, aos olhos do governo, de o Estado proteger a privacidade dos próprios cidadãos e das encomendas que

Washington recebe.

Outra preocupação é garantir segurança ao poder privado. Exemplo atual são os gigantescos acordos comerciais que estão sendo negociados, as "parcerias" Trans-Pacífico e Trans-Atlântico. Estão sendo negociadas em segredo, mas não totalmente em segredo. Absolutamente não são segredo para as centenas de advogados das empresas que estão a redigir as cláusulas e os seus muitos detalhes. Não é difícil adivinhar quais serão os resultados, e os raros "vazamentos" que se conhecem sugerem que o que se espera e teme, sim, é o que acontecerá.

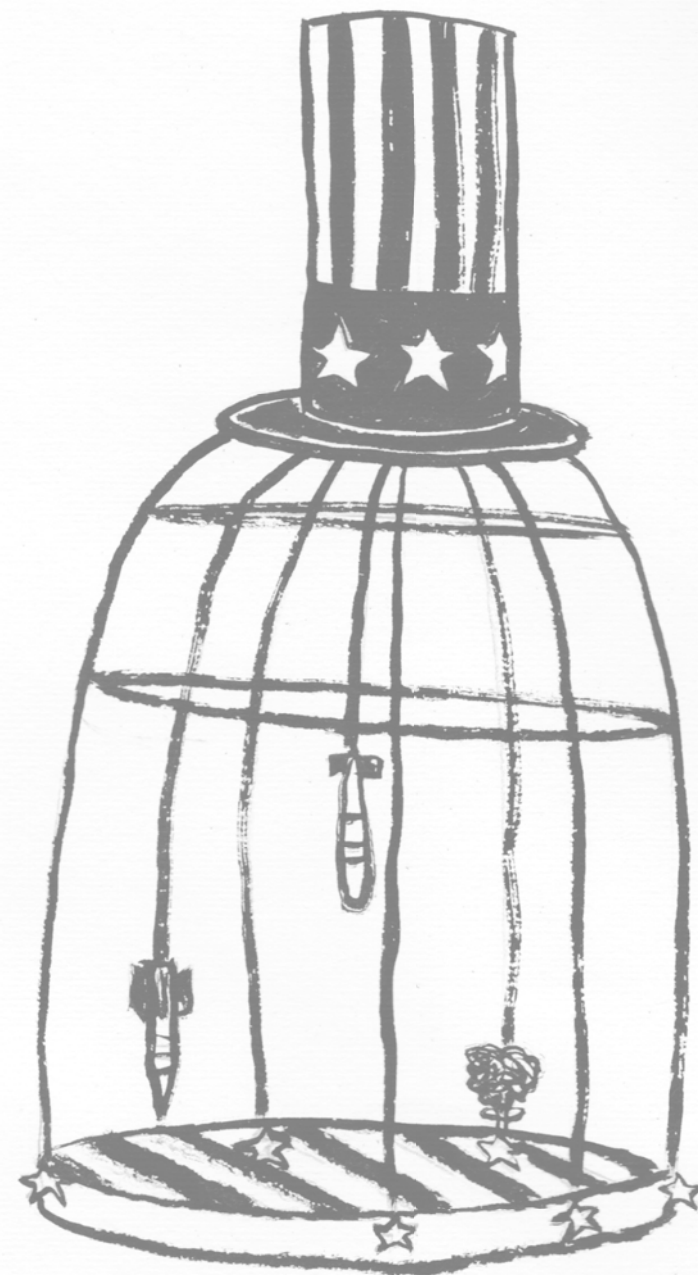
Como o NAFTA e outros desses "pactos" e "parcerias", não são acordos de livre comércio. De fato, sequer são acordos de comércio: são, em primeiro lugar, acordos que fixam os direitos dos investidores.

Mais uma vez o "sigilo" é criticamente importante para garantir segurança à parte que interessa do eleitorado de qualquer governo: às empresas privadas.

Noam Chomsky, 4th mídia, 4/7/2014

"Noam Chomsky: America's Real Foreign Policy — A Corporate Protection Racket"

Traduzido pelo **Coletivo Vila Vudu** e adaptado (PT/PT) por **Bruno Góis** para **A Comuna**



A situação das crianças na Palestina Ocupada

Claudio Daniel



A situação das crianças palestinas nos territórios ocupados por Israel é assustadora. Segundo relatório divulgado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, cerca de 700 crianças são detidas todos os anos, para interrogatórios ou confinamento.

As prisões em geral são feitas de noite ou de madrugada, num clima de terrorismo que inclui quebrar portas ou disparar balas para o alto, aterrorizando as crianças e suas famílias. Há registros de ocorrências de tais atos de violência em Al-aroub Camp, Bit-rima, aldeia perto de Ramallah City, Bit Ummar aldeia, Nabi Saleh, e em outras comunidades palestinas. Cerca de 35% das crianças palestinas detidas são submetidas a assédio sexual de vários tipos. A associação Alsajeen gravou depoimentos de crianças vítimas de assédio sexual, inclusive ameaças de violação.

Os maus-tratos incluem ainda espancamentos, humilhação verbal e várias formas de violência que atingiram 80% das crianças detidas, segundo o B'Tselem, Centro de Informação Israelita para os Direitos Humanos. Esta entidade aponta ainda a prática de tortura física e psicológica nos menores, como a privação do sono, golpes nas mãos, obrigar as crianças a ouvirem música em volume altíssimo, mantê-las por várias horas sentadas em pequenas cadeiras, confinamento em celas escuras, ameaça de demolição de suas casas e até o aprisionamento de seus familiares.

Conforme o Centro de Estudos Políticos e de Desenvolvimento de Gaza, as crianças palestinas são interrogadas pela polícia sem a presença de um advogado, sem autorização legal e a maioria das confissões são apresentadas ao procurador-geral militar em até 48 horas após

serem recodificadas pela polícia. O testemunho de um soldado israelita pode ser usado para comprovar as acusações, resultando em sentenças de seis meses a um ano para os acusados.

As crianças detidas nas prisões israelitas são proibidas de receber material didático ou qualquer tipo de obra educacional, especialmente nas prisões de Ofer e Majido, e são impedidas de brincar. Elas não recebem visitas de pediatra, contando apenas com o apoio de uma enfermeira. As crianças que sofrem distúrbios psicológicos não recebem qualquer tipo de assistência. Em compensação, o sistema penitenciário israelita permite o acesso a cigarros e material pornográfico, com o objetivo de matar a infância.

É importante ressaltar que todas as facções palestinas são contrárias ao recrutamento de crianças para operações armadas

contra Israel.

O caso do jovem Rashid

A Defesa para as Crianças Internacional (DCI) na Palestina apresentou uma queixa ao supervisor jurídico do governo israelita e à administração das prisões israelitas, denunciando a prisão arbitrária do jovem Rashid C., de 16 anos, da aldeia de Lebres. O menino teria sofrido abuso físico, psicológico e maus-tratos por parte de agentes do serviço de inteligência israelita durante a sua detenção em Al-Jaloama.

Rashid foi preso por soldados israelitas no dia 4 de novembro de 2011, sendo algemado e forçado a sentar-se sobre um piso de ferro de um veículo militar por longo tempo. Cinco horas após sua detenção, foi transferido para o Centro de Detenção em al-Jalama, onde foi interrogado, sentado numa pequena cadeira de ferro, e ameaçado de tortura, caso não cooperasse com os israelitas. O menino foi proibido de usar a casa de banho enquanto era interrogado, apesar de ter solicitado isso várias vezes aos seus captores. Após o interrogatório, Rashid ficou em confinamento solitário numa pequena cela suja e sem iluminação por 13 dias, até ser libertado.

As práticas de prisão, tortura e maus-tratos contra crianças violam os compromissos assumidos por Israel com a Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente a Convenção contra a

Tortura, e a Quarta Convenção de Genebra.

O relator especial da ONU sobre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, Juan Mendez, em seu relatório para a ONU publicado em outubro de 2011, apelou para a proibição total do confinamento de crianças em solitárias: "Considerando a dor ou sofrimento mental severo que o isolamento pode causar, ele pode ser equiparado à tortura ou aos tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes quando usado como castigo, durante a prisão preventiva, por tempo indeterminado ou por um período prolongado, para as pessoas com transtornos mentais, deficiência ou menores de idade", salientou.

Claudio Daniel

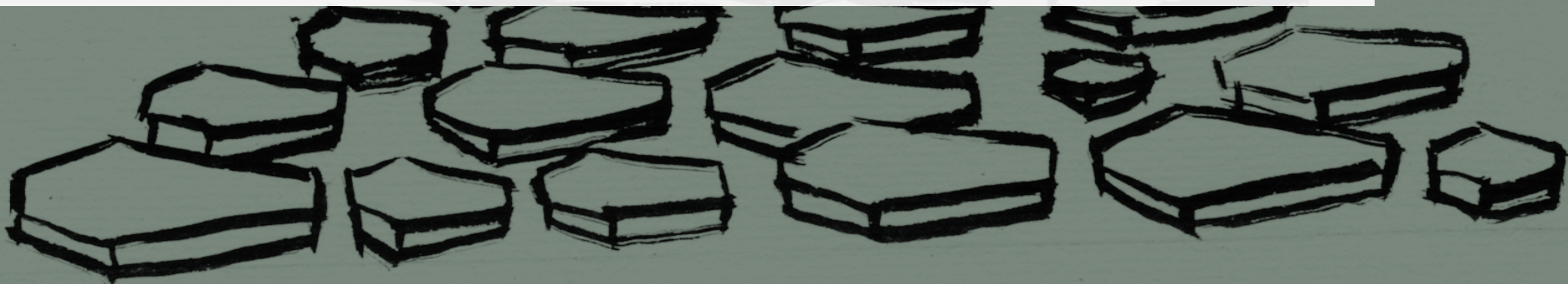
poeta, professor de Literatura Portuguesa e editor da revista **Zunái**

publicado em **Oriente Mídia** (adaptado para PT/PT por

Bruno Góis)

Fim ao genocídio contra o povo palestino

Bruno Góis



Sahar Hamdan, 40 anos, e o seu filho Ibrahim Masri, 14 anos, Sumoud al-Nawasra e os seus dois filhos Mohammed Khalaf al-Nawasra, 4 anos, e Nidal Khalaf al-Nawasra, criança de idade indeterminada, foram assassinados pelo Estado de Israel na quarta-feira, 9 de julho. As suas vidas são cinco numa lista que ultrapassa largamente as 150 pessoas mortas e mil feridas neste massacre. A esmagadora maioria destas mortes são civis (70%), nem menores de idade escapam (21%), e todas e cada uma destas vidas tinha um valor infinito, porque única e irrepetível.

O Governo de Israel mobilizou 40.000 reservistas para operações terrestres na faixa de Gaza. Após uma semana e 1329 ataques aéreos, na manhã de domingo iniciou-se a primeira incursão terrestre do exército de Israel desta maldita “operação Margem Protetora”. E a guerra psicológica soma-se ao ataque para que os

palestinos e as palestinianas abandonem o norte da faixa de Gaza. O Estado de Israel está a obrigar as pessoas palestinianas a fugirem de suas casas (muitas destruídas) e das suas terras para tornarem-se refugiadas.

O Governo israelita, de Benjamin Netanyahu, já avisa que se preparam para uma campanha militar que não será de apenas alguns dias. E na sexta-feira garantiu não recuar mesmo que haja pressão internacional. O presidente francês François Hollande já escolheu o lado da guerra, apoiando a intervenção israelita, outros calam-se. O Povo da Palestina sofre e, com ele, também as e os israelitas anti-guerra que se manifestam contra a política sionista e militarista do seu governo.

O Governo Português já condenou, e bem, o homicídio do jovem Muhammad Hussein Abu Kheidir, de 16 anos, mas PS, PSD e CDS

recusaram-se a aprovar o voto de condenação da ofensiva israelita em Gaza apresentado pelo Bloco de Esquerda (votos contra de PSD, PS e CDS, abstenção de 2 deputados do PS e os votos a favor de Bloco, PCP, PEV e 10 deputados do PS).

O alcance destes atos odiosos é mais vasto que aquele homicídio: os crimes contra a Palestina são crimes contra milhares de indivíduos mortos ao longo dos anos, incluindo milhares de crianças, e cada uma dessas pessoas conta; mas são também crimes contra toda uma nação da qual estas vítimas mortais, todas as pessoas feridas, todas as famílias destroçadas, todo o território roubado e atacado formam parte - há anos que o seu território recua a olhos vistos. Como se lê no voto apresentado pelo Bloco: “São os civis quem paga o preço destes ataques, com as vidas perdidas, famílias destroçadas, habitações destruídas e território ocupado. Tiram-lhes a vida pela morte individual e

roubam o país às palestinianas e aos palestinianos sobreviventes. Nem ao luto, nem à esperança é dada a merecida paz”.

O quotidiano das pessoas palestinianas é uma guerra permanente. O acoso de civis da Palestina por parte de militares de Israel faz parte do dia-a-dia. Exemplo extremo: todos os anos, cerca de 700 crianças palestinianas são detidas para serem interrogadas ou presas, segundo informações do Comité Internacional da Cruz Vermelha. As limitações no acesso à água são outra arma do Estado de Israel contra o povo da Palestina.

Agora que o ataque sobe novamente de tom, a Palestina grita de dor, e a xenofobia traduz os nomes das vítimas mortais em menos que número pois cada pessoa palestiniana morta é menos sentida na Europa que um qualquer norte-americano que encrave uma unha. A xenofobia e o imperialismo caminham juntos.

Restaurar as fronteiras pré-1967 e estabelecer uma paz com desenvolvimento e solidariedade entre os dois povos e os dois países parece uma aspiração do outro mundo, algo impossível. Recordam-se? Até Obama, nem sei se o próprio ainda se lembra, deu declarações favoráveis ao regresso a essas fronteiras, em 2011. Muitas são as boas intenções, porém a prática é o silêncio e a colaboração com o terrorismo de Estado conduzido pelo Governo de Israel.

Há, finalmente uma pergunta incómoda: o que é um genocídio? Segundo artigo 6º do Estatuto de Roma, com todos os defeitos que este estatuto tem, é isto: “entende-se por «genocídio» qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: a) Homicídio de membros do grupo; b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo; c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial; d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo”.

Nota de pesar: no Ano Internacional de Solidariedade com a Palestina, declarado pela ONU em janeiro de 2014, mais de uma centena de pessoas foram vítimas mortais dos crimes de Israel, aqui ficam alguns nomes: na terça-feira, 9 de junho de 2014, Mohammed Sha'aban, 24 anos, Ahmad Sha'aban, 30 anos, Khadir al-Bashiliki, 45 anos, Rashad Yaseen, 27 anos, Riad Mohammed Kawareh, 50 anos, Seraj Ayad Abed al-Um'al, 8 anos, Mohammed Ayman Ashour, 15 anos, Bakr Mohammed Joudah, 22 anos, Ammar Mohammed Joudah, 26 anos, Hussein Yousef Kawareh, 13 anos, Mohammed Ibrahim Kawareh, 50 anos, Bassim Salim Kawareh, 10 anos, Mousa Habib, 16 anos, e o seu primo Mohammed Habib, 22 anos, Sakr Aysh al-Ajourri, 22 anos, Ahmad Na'ele Mehdi, 16 anos, Hafiz Mohammed Hamad, 30 anos, Ibrahim Mohammed Hamad, 26 anos, Mehdi Mohammed Hamad, 46 anos, Fawzia Khalil Hamad, 62 anos, Dunia Mehdi Hamad, 16 anos, Suha Hamad, 25 anos, Suleiman Salman Abu Soaween, 22 anos; quarta-feira, 9 de julho, Abdelhadi Jamaat al-Sufi, 24 anos, Naifeh Farjallah, 80 anos, Abdelnasser Abu Kweek, 60 anos, e o seu filho Khaled Abu Kweek, 31 anos, Amir Areef, 13 anos, Mohammed Malkiyeh, 1 ano e meio, morto num atentado com bombas junto com a sua mãe Amniyeh Malkiyeh, 27 anos, Mohammed Malkiyeh, Hatem Abu Salem, 28 anos, Mohammed Khaled al-Nimri, 22 anos, Sahar Hamdan, 40 anos, e o seu filho Ibrahim Masri, 14 anos, Sumoud al-Nawasra e os seus dois filhos Mohammed Khalaf al-Nawasra, 4 anos, e Nidal Khalaf al-Nawasra, criança de idade indeterminada, Salah Awwad al-Nawasra, Aisha Nijm, Amal Youssef Abdel Ghafour, Ranim Jawde Abdel Ghafour, Rashid al-Kafarneh, 30 anos, Ibrahim Daoud al-Balawi, 24 anos, Abdelrahman Jamal al-Zamli, 22 anos, Ibrahim Ahmad Abideen, 42 anos, Mustafa Abu Mar, 20 anos, Khalid Abu Mar, 23 anos, Mazen Farj al-Jarbah, 30 anos, Marwan Esvelto, 27 anos, Hani Saleh Hamad, 57 anos, junto com o seu filho Ibrahim Hamad, 20 anos, Salima Hassan Musallim al-Arja, 60 anos, Maryam Atieh Muhammad al-Arja, 11 anos, Hamad Shahab, 27 anos, Ibrahim Khalil Qanun, 24 anos, Muhammad Khalil Qanun, 26 anos, Hamdi Badieh Sawali, 33 anos, Ahmad Sawali, 28 anos, Suleiman al-Astal, 55 anos, Muhammad al-Aqqad, 24 anos, Ra'ed Shalat, 37 anos; quinta-feira, 10 de julho: Asma Mahmoud al-Hajj e oito membros da mesma família, Basmah Abdelfattah al-Hajj, 57 anos, Mahmoud Lutfi al-Hajj, 58 anos, Tarek Sa'ad al-Hajj, Sa'ad Mahmoud al-Hajj Najla Mahmoud al-Hajj, Fatima al-Hajj, Omar al-Hajj, Ahmad Salim al-Astal, Mousa Mohammed, Ra'ed al-Zawareh, 33 anos, Baha' Abu al-Leel, 35 anos, Salim Qandil, 27 anos, Omar al-Fyumi, 30 anos, Abdullah Ramadan Abu Ghazzal, 5 anos, Ismail Hassan Abu Jamah, 19 anos, uma pessoa Incógnita, Mahmoud Wulud, Hazem Balousha, Alaa Abdelnabi... Estes são os mortos contados até quinta, a lista está sempre a ficar desatualizada e feridas e feridos no corpo e na esperança são muitas, muitas mais.

Ucrânia: a UE não está a prometer a lua aos manifestantes ...apenas Grécia

Gaël De Santis



Considerando os enormes problemas económicos do país, vários ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia estão a prometer ajudar a Ucrânia a obter um empréstimo do FMI.

A União Europeia (UE) tem querido aproximar-se dos manifestantes que exigem mudança na Ucrânia. Mas vai cumprir as suas promessas nos próximos meses? A questão é urgente. No dia 21 de novembro, quando o presidente Viktor Yanukovich virou as costas à UE, a fim de juntar-se à união aduaneira da Rússia, ele fez segredo de que sua escolha foi motivada pela situação catastrófica das finanças de seu país. Em 17 de dezembro, a Rússia ofereceu uma tábua de salvação: um empréstimo de 15 mil milhões de dólares e uma redução nos preços do gás. Três mil milhões de dólares foram desembolsados no final de dezembro. Outros dois mil milhões deveriam ter

sido entregues em janeiro, mas Moscovo preferiu aguardar um retorno à calma.

Sobre esta matéria, o que Bruxelas propõe? Nada, a não ser que conte os 610 milhões de euros planeados para 2012, se Kiev assinasse um acordo de associação com a UE. Para a emergência, os europeus parecem ter reservado o mesmo destino da Grécia para os ucranianos, convocando o Fundo Monetário Internacional (FMI). No sábado, o secretário dos Negócios Estrangeiros britânico, William Hague, revelou um acordo com o seu homólogo alemão, Frank-Walter Steinmeier para "pressionar para a assistência financeira vital do FMI".

Na sexta-feira, a Standard & Poors baixou a notação da Ucrânia para CCC, uma pontuação perto dodefault. Kiev deve pagar 13 bilhões de dólares em 2014. Sem a ajuda da Rússia, esta é uma tarefa

impossível. Os títulos de curto prazo estão a ser negociados a uma taxa proibitiva de 34,5 por cento, em comparação com 5 por cento há cinco meses. E isso é, sem levar em conta a moeda, a hryvnia, que perdeu 10 por cento do seu valor. As reservas de moeda da Ucrânia vão durar apenas dois meses, de acordo com Thomas Baumann da Associação Alemã das Câmaras de Comércio. Se o FMI oferece a Ucrânia um empréstimo, será ao preço de reformas estruturais liberais.

No longo prazo, os países da UE esperam tirar proveito da atual situação débil da Ucrânia a fim de impor o acordo de associação UE que Yanukovich se recusou a assinar, em novembro. "Eu acredito que, sim, eles vão assinar este acordo," congratulou-se o comissário de Comércio da UE, Karel De Gucht, ontem - enquanto a Lituânia pedia "uma assinatura sem demora".

No longo prazo, os países da UE esperam tirar proveito da atual situação débil da Ucrânia a fim de impor o Acordo de Associação que poderá acelerar a desintegração da economia da Ucrânia.

No entanto, este acordo poderia acelerar a desintegração da Ucrânia. É essencialmente um tratado de livre comércio que empurra Kiev para assumir grandes quantidades de legislação da UE. Assim que a Ucrânia adotar as diretivas europeias, 99 por cento das tarifas alfandegárias cairão. Este modelo teve um efeito catastrófico para países como a Tunísia antes da Primavera Árabe. Para sobreviver, a indústria ucraniana teria de se tornar tão competitiva como a da UE. Isso está longe de ser o caso. Indústria do país está situado em sua maior parte, no leste de língua russa do país e é orientada para Moscovo. Desde 2004, as exportações para a Rússia subiram 58 por cento, observa o economista Jacques Sapri no seu blog. A Ucrânia precisa de orientar-se quer para o Oeste quer para Leste, a fim de desenvolver a sua economia - um facto que os líderes europeus não se devem esquecer, ou então correm o risco de brincar com fogo.

Gaël De Santis

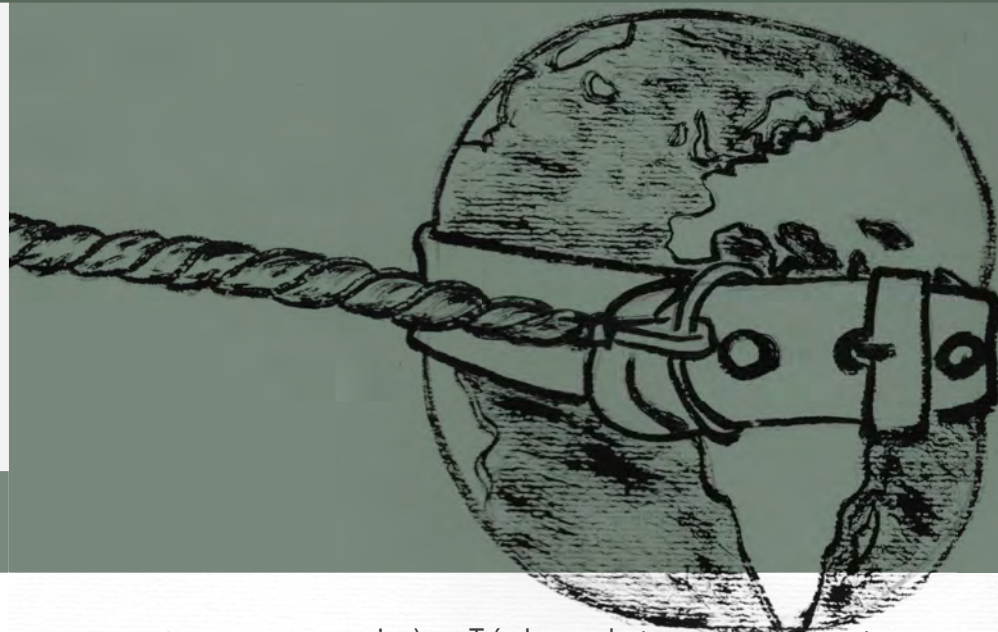
publicado em **L'Humanité**, 24 de fevereiro de 2014

e traduzido por **Bruno Góis** para **A Comuna**



Rússia e Ucrânia: projeto Euro-asiático em conflito com as políticas imperialistas da Tríade

Samir Amin



O projeto Euro-asiático em conflito com as políticas imperialistas da Tríade

1. O atual cenário mundial é dominado pela tentativa dos centros históricos do imperialismo (EUA, Europa Ocidental e Central, Japão, a posteriormente designada "Tríade") para manter o seu controlo exclusivo sobre o planeta através de uma combinação de:

a) as chamadas políticas de globalização económica neoliberal que permitem ao capital financeiro transnacional da Tríade decidir sozinho sobre todas as questões de acordo com os seus próprios interesses.

b) o controlo militar do planeta pelos EUA e seus aliados subordinados (NATO e Japão), a fim de aniquilar qualquer tentativa de qualquer país fora

da Tríade para sair do seu jugo.

A esse respeito todos os países do mundo fora da Tríade são inimigos ou potenciais inimigos. Exceto aqueles que aceitam a completa submissão à estratégia económica e política da Tríade. Tais como as duas novas "repúblicas democráticas" da Arábia Saudita e do Qatar! A chamada "comunidade internacional" a que os meios de comunicação social ocidentais se referem continuamente é realmente reduzida ao G7 mais a Arábia Saudita e o Qatar. Qualquer outro país, mesmo quando o seu governo está alinhado, é um inimigo potencial uma vez que os povos desses países podem rejeitar essa submissão.

2. Nesse quadro a Rússia é "um inimigo". Qualquer que seja a nossa avaliação do que foi a União Soviética ("socialista" ou qualquer outra

coisa), a Tríade combateu-a simplesmente porque era uma tentativa de desenvolvimento independentemente do imperialismo/capitalismo dominante.

Após o colapso do sistema soviético, algumas pessoas (na Rússia, em particular) julgaram que o "Ocidente" não iria antagonizar uma "Rússia capitalista". Tal como aconteceu com a Alemanha e o Japão, que "perderam a guerra, mas ganharam a paz". Esqueceram-se de que as potências ocidentais apoiaram a reconstrução dos ex-países fascistas, precisamente para enfrentar o desafio das políticas independentes da União Soviética. Agora, tendo desaparecido esse desafio, o alvo da Tríade é destruir a capacidade da Rússia de resistir a uma submissão completa.

3. O desenvolvimento atual da tragédia

O fascismo na Ucrânia não pode ser combatido pelo fascismo russo.

Ucrânia ilustra a realidade do objetivo estratégico da Tríade.

A Tríade organizou em Kiev o que deveria ser chamado de "golpe de Estado euro/nazi". Sim, para atingir o seu objetivo (separar as históricas nações gêmeas, nação russa e nação ucraniana), eles precisavam do apoio dos nazis locais.

A retórica dos meios de comunicação ocidentais, alegando que as políticas da Tríade têm como objetivo a promoção da democracia, é simplesmente uma mentira. Em lado nenhum a Tríade tem promovido a democracia. Pelo contrário, têm vindo sistematicamente a apoiar as forças locais mais antidemocráticas (em alguns casos, "fascistas"). Proto-fascistas na ex-Jugoslávia - na Croácia e no Kosovo - bem como nos Estados Bálticos e da Europa Oriental, na Hungria, por exemplo. Os países da Europa Oriental foram "integrados" na União Europeia, não como parceiros iguais, mas como "semicolónias" das grandes potências capitalistas/imperialistas da Europa Ocidental e Central. A relação entre o Ocidente e o Oriente, no sistema europeu é de alguma forma semelhante à que preside as

relações entre os EUA e a América Latina! Nos países do sul, a Tríade apoiou forças extremistas antidemocráticas, como, por exemplo, o Islamismo Político ultrarreacionário, e com a sua cumplicidade, destruíram essas sociedades: os casos do Iraque, da Síria, do Egito, da Líbia ilustram esses alvos do projeto imperialista da Tríade.

4. Nesse sentido, a política da Rússia (como desenvolvido pela administração de Putin) para resistir ao projeto de colonização da Ucrânia (e de outros países da antiga União Soviética, na Transcaucásia e Ásia Central) deve ser apoiada. A experiência Estados Bálticos não deve ser repetida. A meta de construção de uma comunidade "Euro-asiática", independente face à Tríade e ao seu parceiro subordinado Europeu, também deve ser apoiada.

Mas esta "política internacional" russa positiva está **destinada ao fracasso** se não for apoiada pelo povo russo. E este apoio não pode ser conseguido com base exclusivamente no "nacionalismo", mesmo a vertente positiva de nacionalismo progressista (não-chauvinista), nem

por maioria de razão por uma retórica "chauvinista" russa. O fascismo na Ucrânia não pode ser combatido pelo fascismo russo. O fascismo pode ser vencido somente se a política económica e social interna promover os interesses da maioria das pessoas que trabalham.

O que quero dizer com política "orientada para o povo" que favoreça as classes trabalhadoras?

Será que eu quero dizer "socialismo", ou até mesmo uma nostalgia do sistema soviético? Este não é o lugar para reavaliar a experiência soviética, em poucas linhas! Devo apenas resumir a minha opinião em poucas frases. A verdadeira revolução socialista russa produziu um socialismo de Estado, que era o único primeiro passo possível em direção ao socialismo; depois de Stalin, o socialismo de Estado seguiu caminho o rumo ao capitalismo de Estado (explicar a diferença entre os dois conceitos é importante, mas não é o assunto deste breve artigo). A partir de 1991, o capitalismo de Estado foi desmontado e substituído pelo capitalismo "normal", baseado na propriedade privada que, como em todos os países do capitalismo

contemporâneo, é basicamente a propriedade dos monopólios financeiros, pertencentes à oligarquia (uma oligarquia idêntica às oligarquias que lideram o capitalismo na Tríade), muitos vindos dos ex-Nomenklatura, alguns recém-chegados.

A explosão de práticas democráticas autênticas e criativas iniciadas pela Revolução Russa foi posteriormente domesticada e substituída por um padrão autocrático de administração da sociedade, ainda que com concessão de direitos sociais para as classes trabalhadoras. Este sistema levou à despolitização massiva e não foi protegido de desvios despóticos e, até mesmo, criminosos. O novo padrão de capitalismo selvagem é baseado na continuação da despolitização e do não respeito dos direitos democráticos.

Tal sistema impera não apenas na Rússia, mas em todas as outras ex-repúblicas soviéticas. As diferenças referem-se à prática da chamada democracia eleitoral "ocidental", mais efetiva na Ucrânia, por exemplo, do que na Rússia. No entanto essa forma de governo não é "democracia", mas uma farsa em comparação com a democracia burguesa que funcionava em estágios anteriores do desenvolvimento capitalista, inclusive nas "democracias tradicionais" do Ocidente, já que o poder real está agora restrito à decisão de monopólios que operam no seu próprio interesse. Uma política orientada para o povo implica, portanto, afastar-se, tanto quanto possível, das

receitas de "liberais" e da farsa eleitoral a elas associada para reivindicar legitimidade às políticas sociais regressivas. Eu sugeriria a criação em seu lugar de um novo capitalismo de Estado com dimensão social (digo social, e não socialista). Esse sistema abre o caminho para eventuais avanços em direção a uma socialização da gestão da economia, portanto, novos avanços autênticos em direção a uma inovação da democracia que corresponder aos desafios de uma economia moderna.

Somente se a Rússia seguir esta via, é que o atual conflito entre, por um lado, a política internacional independente pretendida por Moscovo e, por outro lado, a prossecução de uma política social interna reacionária pode ser conduzida a um desfecho positivo. Tal deslocação é necessária e possível: fragmentos da classe política dirigente pode alinhar num programa desse tipo, se a mobilização e a ação popular o impulsionarem. Na medida em que avanços similares sejam também realizados na Ucrânia, Transcaucásia e Ásia Central, uma autêntica comunidade de nações euro-asiáticas pode ser estabelecida e tornar-se um ator poderoso na reconstrução do sistema mundial.

5. A continuação do poder estatal russo

dentro dos estritos limites da receita neoliberal aniquila as hipóteses de sucesso de uma política externa independente, e as hipóteses da Rússia se tornar um verdadeiro país emergente com capacidade para agir como um ator internacional importante.

A única coisa que neoliberalismo pode produzir na Rússia é uma regressão económica e social trágica, um padrão de "lumpen-desenvolvimento" [miserável] e um estatuto cada vez mais subordinado na ordem imperialista global. A Rússia forneceria à Tríade petróleo, gás e outros recursos naturais; as suas indústrias seriam reduzidas ao status de subcontratadas em benefício dos monopólios financeiros ocidentais.

Numa tal posição, não muito longe da que é hoje a posição da Rússia no sistema global, as tentativas de agir de forma independente na área internacional continuarão a ser extremamente frágeis, ameaçadas por "sanções" que irão robustecer o alinhamento desastroso da oligarquia económica dirigente com as exigências dos principais monopólios da tríade. A atual fuga de "capital russo" associada à crise da Ucrânia ilustra o perigo. Reestabelecer um controle do Estado sobre os movimentos de capitais é a única resposta eficaz a esse perigo.

Samir Amin, diretor do Forum do Terceiro Mundo
artigo enviado pelo autor para **A Comuna**

Referências

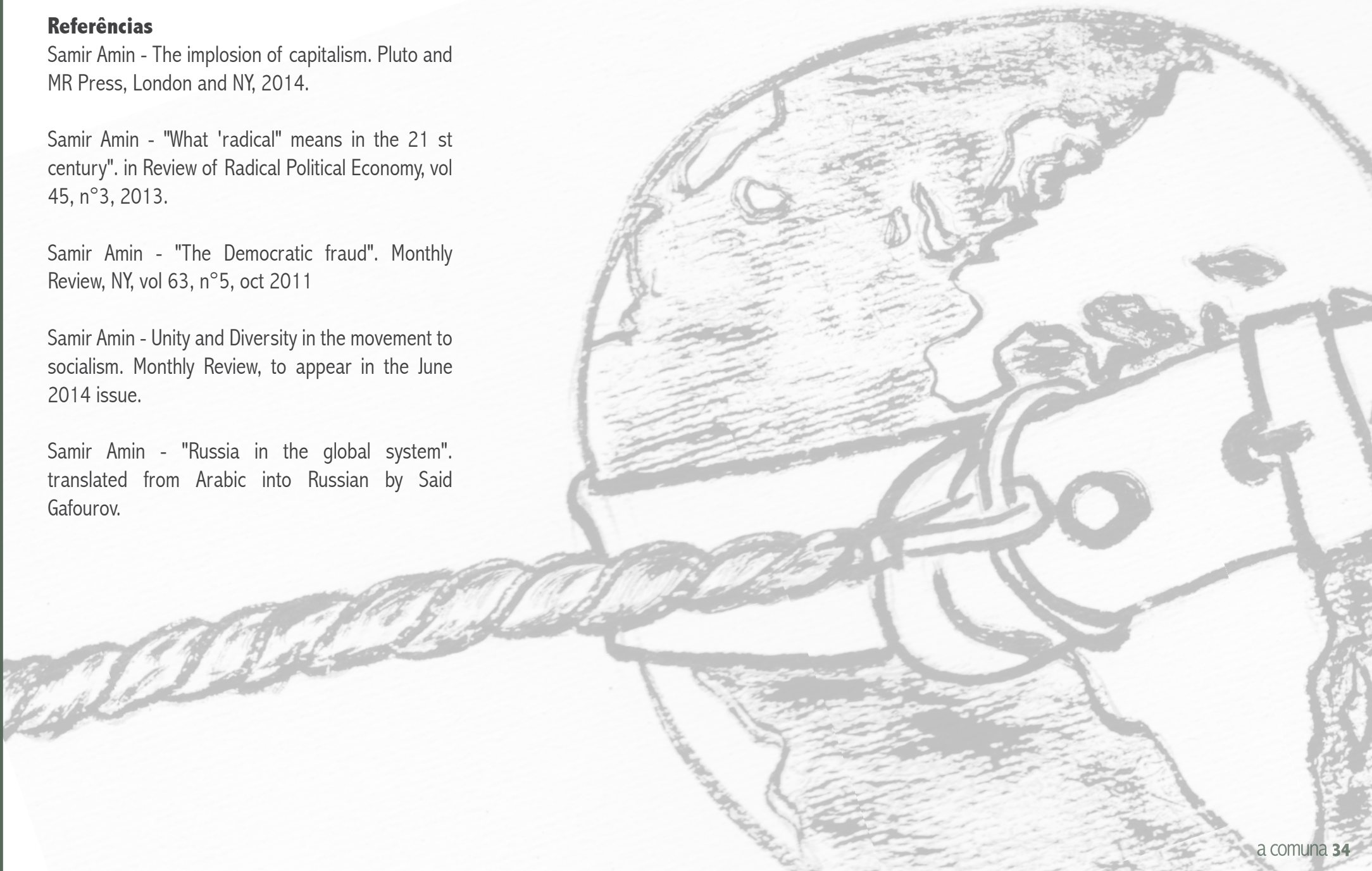
Samir Amin - The implosion of capitalism. Pluto and MR Press, London and NY, 2014.

Samir Amin - "What 'radical' means in the 21 st century". in Review of Radical Political Economy, vol 45, nº3, 2013.

Samir Amin - "The Democratic fraud". Monthly Review, NY, vol 63, nº5, oct 2011

Samir Amin - Unity and Diversity in the movement to socialism. Monthly Review, to appear in the June 2014 issue.

Samir Amin - "Russia in the global system". translated from Arabic into Russian by Said Gafourov.



Tahir à Maidan: uma ponte ou um abismo?

Juliano Medeiros



Título inspirado no ensaio de Sérgio Weigert intitulado "De Lenin a Stálin: uma ponte ou um abismo?" publicado na revista *Práxis*, nº 2, 1986.

Na política, distorcer as posições de um adversário é prática corrente, embora pouco honesta. Amplificar as contradições, explorar as lacunas do discurso, reduzir as posições do opositor a uma caricatura, são recursos comuns num embate de ideias. Por isso, tratar determinados temas com profundidade torna-se quase impossível quando o ambiente da polêmica está tomado por extremos. É o caso das análises sobre a situação política na Ucrânia. De um lado, setores acostumados a ver revoluções onde elas não existem. De outro, aqueles que, aterrorizados cada vez que as massas tomam as ruas, associam qualquer crise social ao prenúncio de golpe.

Alguns eventos no Oriente Médio ilustram

bem essa dicotomia. Na Líbia e na Síria, por exemplo, a história acabou por dar razão aos que defendiam a tese de que os movimentos de oposição aos governos desses países nada tinham de revolucionários. Na Síria, os tais "elementos progressistas" nunca apareceram, e a oposição está cada vez mais dividida — e em guerra aberta! — entre extremistas islâmicos e aliados do imperialismo. Na Líbia, onde a oposição derrubou o "regime" com o apoio da OTAN, o que surgiu não foi um governo popular, mas um enclave imperialista. Mas até que os contornos da situação política estivessem definidos, qualquer um que questionasse a tese da revolução nesses países seria classificado como simpatizante de Kadafi e Assad — ou simplesmente, como "neo-stalinista".

No caso da Ucrânia, os extremos tomaram a cena mais uma vez. Entre os que anunciaram uma

revolução e os que viram um golpe de estado, todos parecem ter errado. E erraram porque o que está em curso na Ucrânia não é nem golpe, nem revolução. Não é golpe porque o fator decisivo na queda do governo de Yanukovich foi a mobilização popular. O governo não foi derrubado por militares ou forças estrangeiras, mas por um potente e contraditório movimento de massas. Vale lembrar que, diante da violência disseminada pela polícia contra os manifestantes, foi o presidente que optou por renunciar. Nesse processo, a influência de bandas fascistas é só a face mais visível da hegemonia conservadora que tomou o movimento. Semelhante na forma, a Praça Maidan em nada se assemelha no conteúdo ao levante popular de sua homônima Tahir.

Se a derrubada de Yanukovich — líder de um governo corrupto e violento — não foi obra de

No caso da Ucrânia, entre os que anunciaram uma revolução e os que viram um golpe de estado, todos parecem ter errado.

um golpe como muitos afirmaram, tampouco foi produto de uma revolução. Primeiro porque as características fundamentais de um processo revolucionário não estavam dadas. Nas palavras de um importante revolucionário bolchevique, "a revolução só pode acontecer quando as massas estiverem preparadas para se levantar e quando, além disso, as classes dominantes se mostrarem incapazes de sustentar a velha ordem". Não parece ser essa a situação na Ucrânia.

Alguns dirão, seguindo seu roteiro dogmático, que essa é a etapa "democrático-burguesa" de uma revolução em disputa. Nesse esquema, estaríamos vendo o fevereiro ucraniano, em alusão à primeira fase da revolução russa de 1917, quando os mencheviques lideraram o governo provisório após a queda do Czar. Infelizmente, porém, esse script não explica os eventos em curso na Ucrânia. Primeiro, porque Yanukovich não é um monarca isolado e enfraquecido, mas um líder conservador com apoio em parte importante do território ucraniano; segundo, porque o governo composto após a renúncia do presidente em nada se parece

com o governo menchevique; e terceiro, porque não há uma força revolucionária em condições de influenciar as massas que tomaram a Praça Maidan.

Mas se não estamos diante de um golpe ou de uma revolução, o que está acontecendo na Ucrânia? Temos poucos elementos para uma explicação definitiva, mas é provável que a crise social que se aprofundou nos últimos anos a partir da situação econômica da Ucrânia tenha dividido a burguesia em duas grandes frações, uma aliada à Rússia e outra à União Europeia (UE). Com o desgaste do governo de Yanukovich, a fração favorável à aproximação com o Ocidente se fortaleceu, liderando um campo de partidos e movimentos e encarnando a voz da Maidan. A pressão das ruas, dessa forma, serviu aos interesses de uma fração conservadora, pouco importa se melhor ou pior que aquela que estava no poder.

É preocupante que experientes militantes internacionalistas sigam insistindo na tese da "revolução popular" ucraniana, já que essa postura desarma a crítica ao novo governo e impede um

olhar crítico do processo. E mais, que vejam na tomada do poder por fascistas e liberais a continuidade da obsessiva tese da "derrota da burocracia stalinista", algo tão ultrapassado que só os ideólogos da extrema-direita brasileira teimam em sustentar.

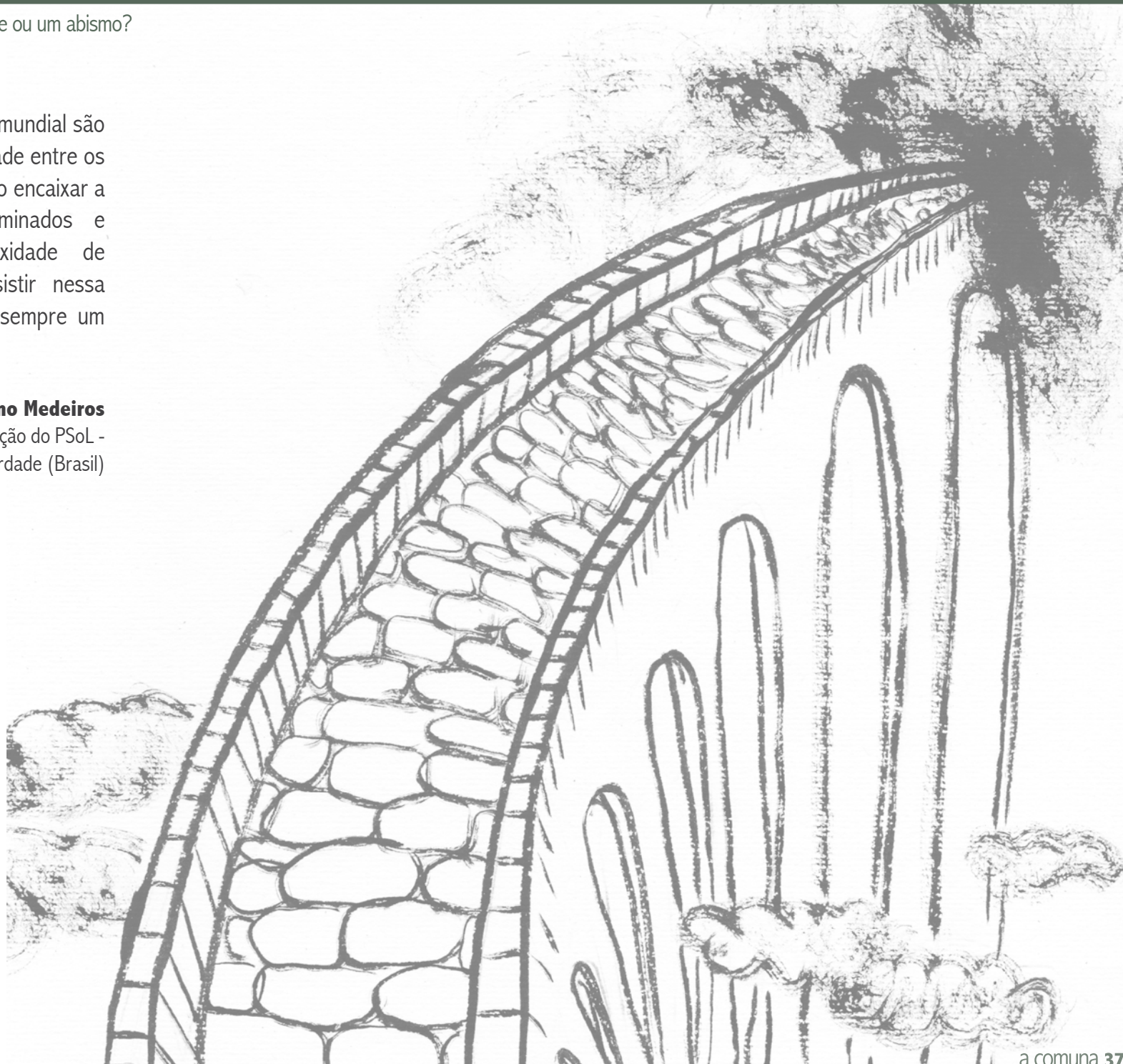
Não se trata, porém, de reproduzir a ideia — igualmente ingênua — de que as massas foram simplesmente "manipuladas" pelo imperialismo. Na verdade, elas tomaram as ruas com um objetivo comum: derrubar Yanukovich. Esse era o "programa" da Maidan. O problema é que, ao legitimar as frações pró-imperialistas que tomaram a dianteira do processo, as massas optaram objetivamente por uma saída conservadora, assim como aconteceu com a queda da União Soviética e seus satélites, para usar o exemplo tão caro a alguns companheiros. **Como chamar isso de revolução?**

O tema da Criméia, do referendo que anexou o território à Rússia e as ameaças dos EUA e da UE tornou o cenário ainda mais delicado. Estes, porém, não são temas para esta reflexão. Por ora, devemos atentar para o limite das teses

que afirmam que o lócus da revolução mundial são as praças, ou que traçam uma linearidade entre os eventos no Egito e na Ucrânia, tentando encaixar a realidade em esquemas pré-determinados e incapazes de explicar a complexidade de determinados fenômenos. Afinal, insistir nessa opção, além de limitar a crítica, soa sempre um pouco ridículo.

Juliano Medeiros

Historiador e Secretário Nacional de Comunicação do PSOL -
Partido Socialismo e Liberdade (Brasil)



Putin ergue a fasquia na crise imperialista da Crimeia

Alex Callinicos



O controlo militar da Rússia sobre a Crimeia colocou a Ucrânia à beira da guerra. Esta crise representa a chegada de três conflitos distintos. Primeiramente há a luta que tem existido há mais de uma década entre o grupo de oligarcas corruptos e violentos que têm dominado a Ucrânia desde a independência em 1991.

Em segundo lugar, tem existido um movimento popular genuíno contra o presidente agora exilado, Viktor Yanukovich. Este movimento expressou a sua raiva pela corrupção de toda a elite política na Ucrânia.

Infelizmente, este movimento alimenta ilusões na União Europeia. Além do mais, graças à histórica fraqueza da esquerda na Ucrânia, a extrema-direita tem desempenhado um papel significativo na ocupação "Euromaidan" em Kiev.

No entanto, os que clamam que a queda de

Yanukovich foi um "golpe fascista" papagueiam a propaganda de Moscovo. Ele caiu porque o sector da oligarquia que antes o tinha apoiado lhe retirou o apoio.

Em terceiro lugar e agora mais importante, é a rivalidade inter-imperialista entre a Rússia e o Ocidente sobre a Ucrânia. Neste conflito, a Ucrânia significa muito mais para a Rússia do que para os Estados Unidos ou para a União Europeia.

Uma Ucrânia que fosse completamente integrada na UE e na NATO seria um passo para o pior pesadelo de Moscovo de ficar cercado pelo Ocidente. O Presidente Vladimir Putin fez guerra com a Georgia em 2008 para impedir que este pesadelo se concretizasse.

Tomar a Crimeia significa um movimento contrário à inclinação da Ucrânia para ocidente, em resultado da queda de Yanukovich. A península é

de importância estratégica crucial para Moscovo. Ela tem servido como base da frota do Mar Negro da Rússia desde o século XVIII.

Putin reclama estar a agir em defesa dos falantes russos da Ucrânia, uma maioria na Crimeia e espalhados no sul e no leste da Ucrânia. Mas para além de um voto parlamentar em Kiev para retirar o russo do seu estatuto de língua oficial, não há provas de qualquer ameaça real aos falantes russos.

Poder

Putin está a envolver-se num jogo de poder inter-imperialista. Está a apostar na fraqueza dos seus rivais. Provavelmente tem razão neste aspecto. A União Europeia gaba-se de ser uma "potência normativa" e lança o seu peso para as suas periferias orientais e meridionais. Mas crises

Os que clamam que a queda de Yanukovich foi um "golpe fascista" papagueiam a propaganda de Moscovo. Ele caiu porque o sector da oligarquia que antes o tinha apoiado lhe retirou o apoio.

como esta sublinham a dependência da UE do potencial militar dos Estados Unidos.

E os olhos americanos estão virados para o Pacífico. Quando Barack Obama retrocedeu na sua ameaça de atacar com mísseis o regime sírio de Bashar al-Assad, no último outono, sublinhou que os EUA não têm apetite por mais nenhuma guerra terrestres na Euro Ásia.

A sua administração está a deslocar os seus activos militares para a Ásia Oriental para fazer face ao maior desafio representado pela China. O secretário da Defesa Chuck Hagel acaba de anunciar planos para cortar no exército americano de 566,000 para 440-450,000.

Claro que Washington está sem dúvida desejosa de ver a Ucrânia integrada no sistema da aliança ocidental. Mas a ideia posta a circular por alguns na esquerda que por detrás da crise na Ucrânia está uma motivação para a guerra com a Rússia por parte dos neoconservadores americanos é o maior dos disparates.

O secretário de Estado americano John

Kerry ameaça Putin com sanções económicas. Mas este último deve lembrar-se que também foram ameaçados em 2008 por causa da Georgia, mas que tal nunca aconteceu. Então como agora, a carta mais forte da Rússia é a dependência da UE em relação à Rússia em 40% das importações de gás natural.

O maior perigo para Putin vem dele próprio. Ele pode dar-se ares de todo poderoso tentando deter efectivo controlo sobre a Crimeia na divisão da Ucrânia. A ocupação da parte oriental do país pode tornar-se no Iraque da Rússia. Na Ucrânia ocidental há grandes tradições nacionalistas alimentadas por recordações das sangrentas lutas de independência durante as duas guerras mundiais. Estas podem ser reactivadas agora.

Claro que os socialistas no ocidente devem opor-se a qualquer intervenção militar dos EUA ou da NATO na Ucrânia. Mas a crise lembra-nos que o imperialismo não pode ser reduzido ao domínio americano. É um sistema de competição económica e geopolítica entre as potências capitalistas

dominantes.

Em vez de seguir qualquer destas potências, temos de lutar contra todo este sistema. Isto quer dizer opormo-nos à intervenção russa na Ucrânia. Nunca a palavra de ordem "Nem Washington nem Moscovo, Socialismo Internacional" foi mais relevante.

Alex Callinicos

Tradução de **Almerinda Bento** para **acomuna.net**

Artigo publicado em **Socialist Worker**

Breve história da Ucrânia

Isabel Pires e Diogo Barbosa



A Ucrânia é, para todos os efeitos, um Estado jovem, na sua aceção moderna. Mas durante séculos o território que, na sua maioria, hoje faz parte deste país sempre foi sofrendo variações na sua composição e no seu domínio. Partes do território pertenceram ao Império Romano e outras ao Império Bizantino. Outras partes foram invadidas por Godos, Ostrogodos e Hunos e, por finais do século VII, o território estava sob jugo dos Czares Russos. Durante o século X e XI o território da Ucrânia tornou-se centro do Principado de Kiev, importante influência para lançar as bases fundacionais das identidades nacionais ucraciana e outras nações eslavas nos anos seguintes.

Mais tarde, o império Mongol veio criar divisão neste principado, criando dois principados que lideraram os destinos de um território de novo

dividido, que posteriormente se fundiram. No século XIV, o território foi conquistado pelo Grão-Ducado da Polónia, dando o governo do território ucraniano ao Grão-Ducado da Lituânia (por via do matrimónio). No século XVII, o território volta a domínio polaco, passando para domínio do Império Russo no século XVIII, com promessas de autonomia, mas, ao invés, sofrendo um processo de “russificação” por parte do regime czarista.

Entre 1917 (altura do colapso do regime czarista) e 1921 houve um breve período de independência, que terminou com o desfecho da Guerra Polaco-Soviética, cujos acordos de paz determinaram uma nova divisão do território ucraniano entre a Polónia e a União Soviética.

A República Socialista Soviética da Ucrânia, fundada em 1917, após um período de guerra civil, foi uma das quatro repúblicas fundadoras da

União Soviética, em 1922, a que se juntariam outras. A 21 de dezembro de 1922, na conferência de delegações plenipotenciárias, a RSS de Ucraina, a República Socialista Federativa Soviética da Rússia, a República Federeativa Socialista Soviética da Transcaucásia, e a República Socialista Soviética da Bielorrússia assinam o Tratado de Criação da URSS - ratificado em 30 de dezembro de 1922 - cujo artigo 26 previa a possibilidade de cada República Socialista poder sair da União.

Em 1945, a RSS da Ucrânia foi membro fundador das Nações Unidas, com direito de voto próprio, tal como a RSS da Bielorrússia e a União Soviética como um todo - ou seja, eram considerados três Estados fundadores.

No processo que é conhecido como o colapso da União Soviética, a 8 de Dezembro de 1991, a RSFS da Rússia, a RSS da Ucrânia e a RSS

da Bielorrússia põem fim ao Tratado de Criação da URSS. A 24 de Agosto de 1991, a RSS da Ucrânia informou a ONU que mudou de nome oficial para Ucrânia.

No período soviético, a Ucrânia sofreu um forte processo de industrialização, o que teve um custo na população camponesa, que, à época, era uma grande maioria da população, que teve que migrar para as áreas industrializadas. Durante a II Guerra Mundial houve de novo alterações nas suas fronteiras, mas estas apenas iriam ficar definidas tal como hoje em 1954.

Ou seja, uma região/território/país que tem como herança um histórico de sucessivas divisões políticas e demográficas, embora se possam vir a denotar, com o passar do tempo, laivos de união a nível cultural.

Assim, só com o colapso da União Soviética, a Ucrânia se tornou totalmente independente, em 1990. Sendo que logo em 1992 o território da Crimeia se tornou uma região autónoma.

Após a queda da União Soviética a Ucrânia sempre manteve boas relações com a Rússia. Ao longo dos últimos 25 anos sempre existiu na Ucrânia e no seu povo um duplo sentimento entre a ocidentalização, aproximação às normas e costumes europeus ditados pela União Europeia, e os acordos comerciais e identitários com a Rússia. Sempre que existiu por parte da Ucrânia uma

tentativa de aproximação à União Europeia, a Rússia impôs sanções económicas, nomeadamente no preço do gás, chegando este mesmo a ser cortado e até aumentado em mais de 400%.

50% da população residente na Ucrânia fala russo, sendo que 10 milhões são russos étnicos, ao passo que na Crimeia cerca de 70% da população é de origem russa. Ao mesmo tempo a Ucrânia tem uma grande dependência económica, principalmente ao nível do gás e do petróleo, recursos que nem sempre pode pagar a tempo. Todas estas dependências por parte da Ucrânia em relação à Rússia fazem com que este país esteja sujeito à chantagem dos interesses de Moscovo. Por outro lado a Ucrânia tem feito tentativas de se juntar à NATO, o que é visto pela Rússia como uma provocação, colocando a Ucrânia numa situação estratégica complicada.

Neste âmbito mais geral, é importante realçar que, politicamente, é um país marcado por sucessivos escândalos de corrupção política e fraude eleitoral, sendo que um evento marcante para a história recente do país foi a Revolução Laranja, uma série de manifestações entre 2004 e 2005 decorrentes da fraude eleitoral da eleição presidencial ucraniana em 2004 que culminaram numa segunda volta da eleição fortemente vigiada por entidades e observadores externos. Estas eleições deram a vitória a Viktor Yushchenko,

político que tentou aproximações ao Ocidente, nomeadamente à União Europeia, embora se tenha afastado ligeiramente dessas posições.

Com os recentes acontecimentos que colocam a Ucrânia no centro da actualidade com uma primeira tentativa de adesão à União Europeia, posteriormente com o falhanço dessas negociações. Com a declaração da independência unilateral da Crimeia, este país e este povo têm sido, no último ano, utilizados como tubo de ensaio entre duas potências como se de uma nova Guerra Fria se tratasse e onde os interesses e o país em si estão relegados para segundo plano.

Nesta nova fase da história de Ucrânia, uma fase sem dúvida complicada como tantas outras, o que está em jogo é a relação de forças entre, de um dolo, as potências ocidentais, representadas na União Europeia e Estados Unidos, e, do outro lado, a Rússia. Como irá acabar este conflito de potências ninguém sabe ao certo e apenas as páginas da história o poderão dizer. Mas também importa realçar o carácter intrinsecamente nacionalista que o conflito tomou, visto que, mais uma vez, o país se divide, por força externa, mas também pelo acentuar de divisões entre culturalidades distintas no mesmo território.

Isabel Pires e Diogo Barbosa

Lenine e a "Aristocracia Operária"

Eric Hobsbawn



O breve ensaio que se segue é um contributo para a discussão sobre o pensamento de Lenine, por ocasião do centésimo aniversário do seu nascimento. Trata-se de um assunto que pode ser convenientemente tratado por um marxista inglês, visto que o conceito de Lenine de uma "aristocracia operária" derivou claramente da história do capitalismo britânico do século XIX. As referências concretas que ele faz à "aristocracia operária" como uma camada da classe operária, aparecem retiradas exclusivamente de Inglaterra (embora nas suas notas sobre imperialismo faça referência a fenómenos semelhantes nas

partes "brancas" do Império Britânico). O próprio termo quase de certeza deriva de uma passagem escrita por Engels em 1885 e reeditada na introdução à edição de 1892 de "A Condição da Classe Operária em Inglaterra em 1844" que fala dos grandes sindicatos ingleses como "uma aristocracia dentro da classe trabalhadora".

A expressão propriamente dita pode ser atribuída a Engels, mas o conceito era familiar no debate político social inglês nos anos 1880. Em geral, era aceite que a classe operária em Inglaterra, neste período, continha uma camada favorecida — minoritária mas numericamente extensa — que era habitualmente identificada com os "artesãos" (i.e. os trabalhadores e artífices qualificados) e sobretudo com aqueles que estavam organizados em sindicatos ou outras organizações da classe trabalhadora. É este o sentido com que observadores estrangeiros também usaram o termo, por exemplo Schulze-Gaevernitz, que Lenine cita favoravelmente no célebre oitavo capítulo do "Imperialismo". Esta identificação convencional não era inteiramente válida mas, tal como a utilização corrente do conceito de uma camada superior da classe operária, refletia uma clara realidade social. Nem Marx, nem Engels, nem Lenine "inventaram" uma aristocracia operária. Existia apenas com demasiada visibilidade na Inglaterra da segunda metade do século dezanove. Além do mais, se existia em algum outro sítio, era claramente muito menos visível ou significativa. Lenine assumiu que até ao período do imperialismo ela não existia em nenhum outro sítio.

A novidade da discordância de Engels reside noutro ponto. Ele defendia que esta aristocracia operária fora possível devido ao monopólio do mundo industrial pela Inglaterra e que iria desaparecer ou que seria empurrada para junto do resto do proletariado com o fim deste monopólio. Lenine concordou com Engels neste ponto e nos anos que precederam 1914, quando o movimento operário inglês se radicalizava, teve tendência a realçar a segunda parte da argumentação de Engels, por exemplo nos seus artigos "Debates Ingleses sobre uma Política Liberal dos Trabalhadores" (1912), "O Movimento Operário Inglês" (1912), e "Em Inglaterra, os Desastrosos Resultados do Oportunismo", (1913).

Embora não duvidando nem por um momento que a aristocracia operária era a base do oportunismo e do "liberal-trabalhismo" do movimento britânico, Lenine não aparecia até então a enfatizar as implicações internacionais da discussão. Por exemplo, aparentemente não a usou na sua análise das raízes sociais do revisionismo (vide "Marxismo e Revisionismo" (1908) e "Diferenças no Movimento Operário Europeu" (1910). Aqui, ele defendia que o revisionismo tal como o anarco-sindicalismo eram devidos à constante criação de certas camadas intermédias — pequenas oficinas, trabalhadores domésticos, etc. — nas margens do capitalismo em desenvolvimento, as quais, por sua vez, eram constantemente atiradas para as fileiras do proletariado, pelo que era inevitável que as tendências pequeno-burguesas se infiltrassem nos partidos proletários.

A linha de pensamento de onde partiu do seu reconhecimento da aristocracia operária foi um pouco diferente; e deve-se notar que ele a manteve, em parte, pelo menos, até ao fim da sua vida política. Aqui é talvez relevante observar que Lenine obteve o seu conhecimento do fenómeno, não só a partir dos escritos de Marx e de Engels, que frequentemente discorriam sobre o movimento operário inglês, dos seus contactos pessoais com marxistas em Inglaterra (que visitou seis vezes entre 1902 e 1911), mas também a partir da

completa e bem documentada obra de Sidney e Beatrice Webb "Democracia Industrial" sobre os sindicatos "aristocráticos" do século XIX. Ele conhecia profundamente este importante livro, tendo-o traduzido no seu exílio na Sibéria, o qual lhe deu uma compreensão imediata das ligações entre os Fabianos ingleses e Bernstein: "A fonte original de uma série de disputas e ideias de Bernstein encontra-se nos últimos livros escritos pelos Webb", escreveu em setembro de 1899 a um correspondente. Lenine continuou muitos anos mais tarde a citar informação dos Webb e, especificamente, refere-se à Democracia Industrial no decurso da sua discussão em "Que fazer?"

Duas propostas podem ter saído em parte ou principalmente da experiência da aristocracia operária inglesa. A primeira, "que a subserviência à espontaneidade do movimento operário, depreciando o papel do "elemento consciente", do papel da Democracia Social, significa, quer se goste ou não, o crescimento da influência da ideologia burguesa no seio dos trabalhadores". A segunda, que uma luta puramente sindical "é necessariamente uma luta de acordo com o setor (ofício), porque as condições do trabalho diferem muito nos diferentes setores e, em consequência, a luta para melhorar estas condições só pode ser conduzida de acordo com cada setor ." ("Que fazer?" O segundo argumento é apoiado com

referência direta aos Webb).

A primeira destas propostas parece basear-se na perspectiva de que, no capitalismo, a ideologia burguesa é hegemónica a não ser que deliberadamente neutralizada pelo "elemento consciente". Esta importante observação leva-nos muito além da mera questão da aristocracia operária e não precisamos de prosseguir-la aqui. A segunda proposta está mais intimamente ligada à aristocracia operária. Argumenta que, dada a "lei do desenvolvimento desigual" dentro do capitalismo — i.e. a diversidade de condições em diferentes indústrias, regiões, etc. da mesma economia — um movimento operário puramente "economicista" tenderá a fragmentar a classe operária em segmentos "egoístas" ("pequeno-burgueses") cada um perseguindo os seus interesses, se necessário em aliança com os seus próprios empregadores, às custas dos restantes. (Lenine frequentemente citou o caso das "Alianças de Birmingham" dos anos 90, tentativas de um bloco conjunto sindicatos-administração para manter os preços em diversos setores metalúrgicos. Quase certo que retirou esta informação dos Webb.) Consequentemente, um tal movimento puramente "economicista" leva a quebrar a unidade e consciência política do proletariado e a enfraquecer ou neutralizar o seu papel revolucionário.

Este argumento também é muito geral.

Podemos olhar para a aristocracia proletária como um caso especial deste modelo geral. Surge quando as circunstâncias económicas do capitalismo permitem dar concessões significativas ao proletariado, dentro do qual certas camadas conseguem, por meio da sua especial escassez, engenho, posição estratégica, força organizacional, etc., estabelecer muito melhores condições para si em detrimento das restantes. Assim, podem existir situações históricas, como em finais do século XIX em Inglaterra, quando a aristocracia operária pode quase ser identificada com o movimento sindical, como Lenine por vezes esteve quase a sugerir.

Mas se o argumento é em princípio mais geral, não pode haver dúvida de que o que estava na cabeça de Lenine quando o usou, era a aristocracia operária. Vezes sem conta encontramos-lo a usar expressões tais como: "o espírito pequeno-burguês que prevalece entre esta aristocracia operária" ("A Sessão do Departamento da Internacional Socialista", 1908); "os sindicatos ingleses, insulares, aristocráticos, filistamente egoístas", "os Ingleses orgulham-se do seu sentido prático e de não gostarem de princípios gerais; é uma expressão do espírito artesão no movimento operário" ("Debates Ingleses sobre uma Política Liberal dos Trabalhadores", 1912); e "esta aristocracia operária ... isolou-se da massa do proletariado em sindicatos de ofícios fechados e

egoístas" (Harry Quelch," 1913). Além disso, muito mais tarde, numa declaração programática cuidadosamente elaborada — no seu "Esboço de Teses Preliminares sobre a Questão Agrária para o Segundo Congresso da Internacional Comunista" (1920) — é feita a ligação com a maior clareza:

Os trabalhadores industriais não podem desempenhar a sua missão histórica mundial de emancipação da humanidade do jugo do capital e das guerras se se preocuparem exclusivamente com o seu estreito ofício, com os estreitos interesses do seu setor e se confinarem a cuidar e a preocupar-se em melhorar as suas próprias, por vezes toleráveis condições pequeno-burguesas. Isto é exatamente o que acontece em muitos países avançados à "aristocracia operária" que serve de base aos ditos partidos Socialistas da Segunda Internacional.

Esta citação, que combina as primeiras e mais tardias ideias de Lenine acerca da aristocracia operária, leva-nos naturalmente de umas para as outras. Estes escritos mais tardios são familiares a todos os marxistas. No geral, eles datam do período que vai de 1914 a 1917 e formam parte da tentativa de Lenine de fornecer uma explicação coerente para o irromper da guerra e especialmente o colapso simultâneo e traumático da Segunda Internacional e da maior parte dos partidos que a constituem. Encontram-se quase

inteiramente no oitavo capítulo de "Imperialismo" e o artigo "Imperialismo e a Divisão no Movimento Socialista" escrito um pouco mais tarde (outono de 1916) complementa-o.

A discussão sobre Imperialismo é bem conhecida, embora as notas de rodapé de "Imperialismo e a Divisão" não sejam tão largamente conhecidas. Genericamente, é assim. Graças à posição peculiar do capitalismo inglês — "grandes possessões coloniais e uma posição monopolista nos mercados mundiais" — a classe trabalhadora inglesa tendia, já em meados do século dezanove, a estar dividida numa minoria favorecida de aristocratas operários e uma camada inferior muito maior. A camada superior "aburguesa-se" enquanto ao mesmo tempo "uma parte do proletariado se deixa ser dirigida por gente que é comprada pela burguesia ou que pelo menos é paga por ela." Na época do imperialismo, aquilo que era então um fenómeno puramente inglês encontra-se agora em todas as potências imperialistas. Assim, o oportunismo que degenera em chauvinismo social caracterizou todos os principais partidos da Segunda Internacional. Contudo, "o oportunismo não pode agora triunfar no movimento da classe trabalhadora de nenhum país durante décadas como aconteceu em Inglaterra" porque o monopólio mundial tem agora de ser partilhado entre uma série de países que competem entre si. Assim, o

imperialismo, enquanto generaliza o fenómeno da aristocracia operária, também produz as condições para o seu desaparecimento.

As passagens relativamente superficiais de Imperialismo são explanadas numa argumentação bastante mais vasta em "Imperialismo e a Divisão". A existência de uma aristocracia operária é explicada pelos super lucros do monopólio que permitem aos capitalistas "devotar uma parte (que nem sequer é pequena) a subornar os seus próprios trabalhadores, de modo a criar qualquer coisa como uma aliança... entre os trabalhadores de um dado país e os seus capitalistas contra os outros países. Este "suborno" funciona através de fundações, a oligarquia financeira, preços altos, etc., (i.e. algo como monopólios conjuntos entre um dado capitalismo e os seus trabalhadores). A quantidade do potencial suborno é substancial — Lenine calculou-o talvez como cem milhões de francos em mil milhões — e portanto, em certas circunstâncias, é a camada que beneficia disso. Contudo, "a questão de como esta pequena esmola é distribuída entre ministros do trabalho, "representantes do trabalho"... membros dos comités das indústrias de guerra, funcionários do trabalho, trabalhadores organizados em pequenos sindicatos de artífices, empregados de escritório, etc. etc., é uma questão secundária." O que resta da argumentação, com exceções que serão referidas

abaixo, amplia mas não altera substancialmente a argumentação de "Imperialismo".

É fundamental recordar que a análise de Lenine foi no sentido de tentar explicar uma situação histórica específica — o colapso da Segunda Internacional — e fundamentar conclusões políticas específicas que retirou daí. Primeiro, argumentou que, na medida em que o oportunismo e o chauvinismo social representavam apenas uma minoria do proletariado, os revolucionários teriam de "descer mais profundamente até às verdadeiras massas"; em segundo lugar, que os "partidos burgueses dos trabalhadores" estavam agora irrevogavelmente vendidos à burguesia e não iriam desaparecer antes da revolução nem "regressar" ao proletariado revolucionário, embora pudessem "jurar em nome de Marx", onde o marxismo fosse popular entre os trabalhadores. Assim, os revolucionários devem rejeitar uma unidade fictícia entre o proletariado revolucionário e a fação filistina oportunista dentro do movimento dos trabalhadores. Em suma, o movimento internacional teve de se partir, de modo a que um movimento Comunista dos trabalhadores pudesse substituir um movimento Social-democrata.

Estas conclusões aplicavam-se a uma situação histórica específica, mas a análise que as suporta era mais geral. Como fazia parte de uma polémica política específica e de uma análise mais vasta,

algumas das ambiguidades da argumentação de Lenine sobre o imperialismo e a aristocracia operária não são para ser escrutinadas tão de perto. Como vimos, ele próprio pôs de lado alguns aspetos da questão como "secundários". Contudo, a argumentação é em alguns aspetos pouco clara ou mesmo ambígua. Grande parte das dificuldades surge da insistência por parte de Lenine de que o setor corrompido da classe trabalhadora é e só pode ser uma minoria, ou mesmo, como por vezes sugere de forma polémica, uma pequeníssima minoria, contra as massas que não estão "infetadas pela respeitabilidade burguesa" e às quais os marxistas têm de apelar, pois "esta é a essência da tática marxista."

Em primeiro lugar, é evidente que a minoria corrompida podia ser, mesmo na suposição de Lenine, um setor numericamente grande da classe trabalhadora e um ainda maior do movimento organizado de trabalhadores. Mesmo que só correspondesse a 20% do proletariado, como as organizações de trabalhadores em finais do século XIX em Inglaterra ou em 1914 na Alemanha (o exemplo é de Lenine) não podia ser simplesmente descartado politicamente e Lenine era demasiado realista para o fazer. Daí uma certa hesitação nas suas formulações. Não era a aristocracia operária como tal, mas apenas uma "camada" que tinha desertado economicamente para a burguesia

("Imperialismo e a Divisão"). Não é claro de que camada se trata. Os únicos tipos de trabalhadores que são especificamente mencionados são os funcionários, os políticos, etc., dos movimentos reformistas dos trabalhadores. São de facto minorias – pequeníssimas minorias – corrompidas e por vezes francamente vendidas à burguesia, mas a questão por que dominam o apoio dos seus seguidores não é discutida.

Em segundo lugar, a posição da massa dos trabalhadores fica nalguma ambiguidade. É claro que o mecanismo de exploração de um monopólio de mercados, que Lenine considera como a base do "oportunismo", funciona de modo que os seus benefícios não podem ser confinados apenas a uma camada da classe trabalhadora. Há boas razões para supor que "qualquer coisa como uma aliança" "entre os trabalhadores e os capitalistas de uma dada nação contra os de outros países" (e que Lenine ilustra com "As Alianças de Birmingham" dos Webb) implica alguns proveitos para todos os trabalhadores, embora obviamente muito maiores para os bem organizados e para os estrategicamente fortes operários aristocratas de entre eles. É com efeito verdade que o monopólio mundial do capitalismo britânico do século XIX pode ter dado poucos benefícios às camadas mais baixas do proletariado, enquanto deu benefícios substanciais à aristocracia operária. Mas isto foi

porque nas condições de inflação e capitalismo competitivo, liberal, "laissez faire" não havia outro mecanismo senão o mercado (inclusive a negociação coletiva dos poucos grupos proletários com capacidade para tal) para distribuir os proveitos do monopólio mundial aos trabalhadores ingleses.

Mas nas condições do imperialismo e do capitalismo monopolista isto deixou de ser assim. Fundações, manutenção de preços, "alianças", etc., possibilitaram a distribuição de concessões mais largamente aos trabalhadores afetados. Além do mais, o papel do Estado estava a mudar como Lenine tinha consciência. "Lloyd Georgism" (que discutiu de forma clara em "Imperialismo e a Divisão") tinha intenção de "assegurar donativos bastante substanciais aos trabalhadores obedientes na forma de reformas sociais (segurança, etc.). "É evidente que tais reformas iriam beneficiar os trabalhadores "não aristocratas" relativamente mais do que os "aristocratas" já confortavelmente instalados.

Por fim, a teoria de Lenine sobre o imperialismo que a "mão cheia das nações mais ricas e privilegiadas" se tornaram em "parasitas no corpo do resto da humanidade", i.e., em exploradores coletivos e sugere uma divisão do mundo em nações "exploradoras" e "proletárias". Podiam os benefícios de uma tal exploração coletiva

ficar inteiramente confinados numa camada privilegiada do proletariado metropolitano? Lenine estava bem consciente que o proletariado romano original era uma classe coletivamente parasita. Ao escrever sobre o Congresso da Internacional de Estugarda em 1907, observava:

A classe dos que não têm nada mas que também não trabalham é incapaz de derrubar os exploradores. Só a classe proletária que mantém toda a sociedade tem o poder de fazer com sucesso uma revolução social. E agora vemos que em resultado de uma política colonial de grande impacto o proletariado europeu atingiu em parte uma situação em que não é o seu trabalho que mantém a sociedade no seu todo mas sim o trabalho dos povos das colónias que estão praticamente escravizados ... Em certos países estas circunstâncias criam a base material e económica para infetar o proletariado de um país ou de outro com chauvinismo colonial. Claro que isto pode talvez ser apenas um fenómeno temporário, mas no entanto tem claramente de se reconhecer o mal e perceber as suas causas...

"Marx frequentemente fazia referência a um ditado significativo de Sismondi que os proletários do mundo antigo viviam à custa da sociedade enquanto a sociedade moderna vive à custa do proletário" (1907). Nove anos mais tarde, no contexto de uma discussão posterior, "Imperialismo

e a Divisão" ainda refere que "o proletariado romano vivia à custa da sociedade."

A análise de Lenine sobre as raízes sociais do reformismo é frequentemente apresentada como se tratasse apenas da formação de uma aristocracia operária. Claro que é inegável que Lenine enfatizava este aspeto da sua análise muito mais do que qualquer outro e por uma questão de argumentação política quase excluindo qualquer outro. É também claro que hesitava em dar seguimento a outras partes da sua análise que pareciam não terem que ver com a perspectiva política que ele naquela altura estava de forma esmagadora preocupado em apresentar. Contudo, uma leitura profunda dos seus escritos mostra que ele considerava mesmo outros aspetos do problema e que estava consciente de algumas das dificuldades de uma abordagem excessivamente unilateral da "aristocracia operária." Hoje, quando é possível separar aquilo que é de relevância permanente na argumentação de Lenine daquilo que reflete os limites da sua informação ou as exigências de uma situação política específica, estamos em posição de ver os seus escritos numa perspectiva histórica.

Se tentarmos julgar o seu trabalho sobre "aristocracia operária" em tal perspectiva podemos bem concluir que os seus escritos de 1914-1916 são de alguma forma menos satisfatórios do que a profunda linha de pensamento que desenvolveu de

forma consistente em "O que Fazer?" até "Esboço de Teses Preliminares sobre a Questão Agrária" de 1920. Com efeito, embora grande parte da análise de uma "aristocracia operária" fosse aplicável ao período do imperialismo, o seu modelo clássico do século XIX inglês que formou a base do pensamento de Lenine sobre o assunto, estava a deixar de fornecer um guia adequado ao reformismo de, pelo menos, o movimento operário britânico por volta de 1914, embora como camada da classe trabalhadora estivesse provavelmente no seu auge em finais do século XIX princípios do século XX.

Por outro lado, a argumentação mais geral sobre os perigos da "espontaneidade" e do economicismo "egoísta" no movimento sindical, embora ilustrada pelo exemplo histórico da aristocracia operária inglesa de finais do século XIX, conserva toda a sua força. É com efeito uma das contribuições mais fundamentais e brilhantes de Lenine para o marxismo.

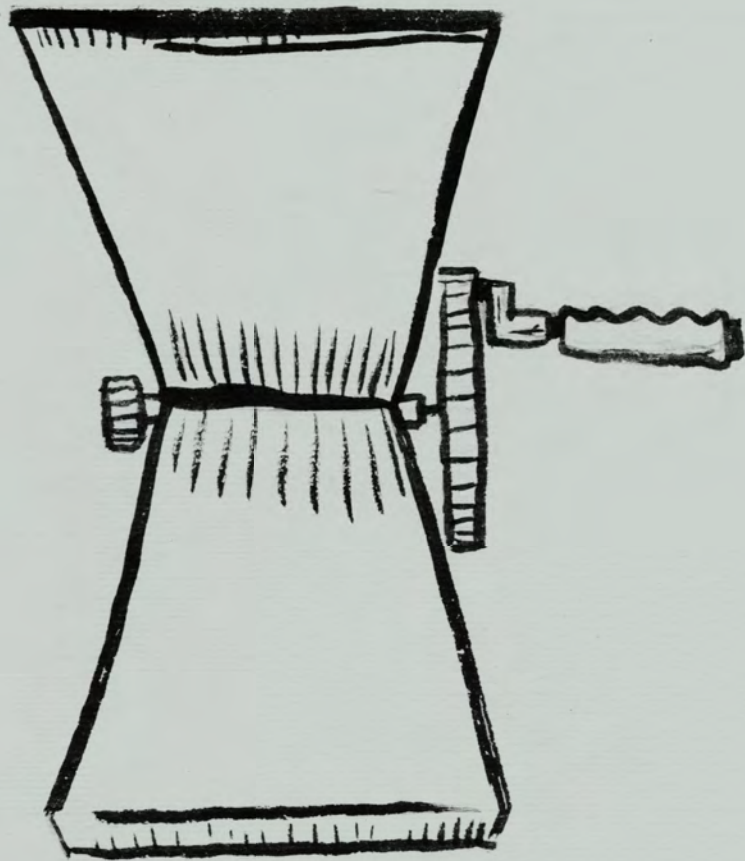
Eric Hobsbawn (1917 – 2012) foi um historiador marxista inglês, autor de uma notável e extensa obra, constituiu-se como uma referência maior da intelectualidade do século XX. Foi ainda um destacado membro do Partido Comunista Britânico até à sua dissolução.

Artigo publicado na edição de dezembro de 2012 da
Monthly Review.

Tradução de **Almerinda Bento** para **A Comuna**

No que é que se transformaram Os Verdes Alemães?

Joachim Jachnow



A 24 de Março de 1999 caíram as primeiras bombas sobre as centrais eléctricas e de abastecimento de água de Belgrado, deitando abaixo a electricidade da cidade e destruindo as infra-estruturas vitais, fábricas, linhas de caminho-de-ferro, pontes. (1) A Luftwaffe alemã estava de volta aos Balcãs, quase 58 anos depois do último bombardeamento da capital jugoslava em 1941, os seus ataques estranhamente repetindo a infame estratégia do general Lohr de destruir os centros administrativos e logísticos de uma cidade já aberta, descrita agora no jargão da NATO, como alvos de "duplo objectivo". O ressurgimento militar alemão dificilmente poderia ter sido anunciado de forma mais tonitruante. A sua força aérea fez perto de quinhentos ataques no âmbito da Operação das Forças Aliadas contra o que restava da Jugoslávia já esgotada pela decomposição da economia, pela intervenção ocidental e pelo nacionalismo étnico — muitas vezes promovido externamente com a diplomacia austro-alemã na dianteira. O bombardeamento da NATO não só deixou civis mortos, incendiou hospitais e deixou escolas em ruínas, mas também serviu para fazer escalar a tragédia que, alegadamente, era suposto prevenir, lançando achas para a fogueira, intensificando os crimes da guerra

civil e provocando a fuga em massa dos civis. O dirigente do Partido Verde Joschka Fischer tinha tido razão quando em 1994 declarou que o envolvimento das forças da Alemanha em países "onde as tropas de Hitler tinham entrado durante a Segunda Guerra" só iria atizar as chamas do conflito. (2)

Mas Fischer era agora Ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice-Chanceler do primeiro governo federal Vermelho-Verde da Alemanha. Esquecidas as suas previsões, Fischer e a direcção do Partido Verde viram como obrigação moral da Alemanha, se não entrar mais uma vez pela Jugoslávia adentro, pelo menos lançar bombas no seu território de uma altura segura e, naturalmente, para fins humanitários. As bases Verdes estavam mais relutantes: nenhum partido da Europa Ocidental tinha sido tão claramente identificado com as exigências do movimento da paz pelo desarmamento nuclear e pelo fim da NATO. Os Verdes alemães tinham raízes históricas profundas na oposição à militarização da Alemanha Ocidental e em movimentos de solidariedade com as lutas anti-imperialistas. Mas, depois de longas lutas internas, o partido tinha-se tornado num membro estabelecido dentro do sistema parlamentar alemão. Estava tacitamente compreendido que entrar no governo federal envolvia apoiar quer a NATO quer a "economia

de mercado". O membro Verde do Parlamento Europeu Daniel Cohn-Bendit, um apoiante de longa data de Fischer, tinha estado a preparar o terreno para a intervenção militar desde o início das guerras de secessão da Jugoslávia e apelava agora para o envio de tropas terrestres — uma invasão terrestre. No entanto, o manifesto eleitoral dos Verdes de 1998 declarava que os Verdes alemães se oporiam quer à "aplicação da paz militar quer às missões de combate"; aspirava à retirada, não à expansão da NATO.

Os compromissos deste Manifesto foram abandonados poucos meses depois, quando os Verdes com uns meros 6.7 de votação nas eleições de Setembro de 1998 assinaram um acordo de coligação com o SPD de Schröder que dava lugar de destaque à NATO. O próprio Fischer tinha sido referenciado nos planos da administração Clinton para a Jugoslávia mesmo antes de ser indicado para o ministério, durante uma viagem a Washington com Schröder e Lafontaine. (3) Como em cada passo da carreira de Fischer, a auto-promoção foi vendida como uma dolorosa realização de verdades mais elevadas cuja aceitação não significava trair, antes cumprir mais perfeitamente os ideais para uma melhor sociedade. Os órgãos de comunicação social alemães quase unanimemente promoveram a linha de Schröder -Fischer de intervenção militar, apoiada por intelectuais como Gunter Grass e Jurgen Habermas; críticos como Peter Handke foram anatemizados como amigos dos criminosos de

guerra sérvios. Contudo, uma grande parte da população alemã estava relutante em desculpar o uso de armas em nome dos "direitos humanos" que incluía largamente a base eleitoral do Verdes; a resistência cresceu rapidamente. Os Verdes antiguerra exigiam que o partido convocasse um congresso extraordinário por altura dos bombardeamentos da NATO com uma presença massiva de polícias para "proteger" a reunião dos membros de base. Por um breve momento parecia que os Verdes se podiam partir e o governo cair. Superando mesmo a retórica de Blair, Fischer disse ao Congresso que a repressão sérvia dos Kosovares seria "outra Auschwitz"; quem se opusesse à intervenção da NATO seria pois responsável por um segundo holocausto. No fim do dramático, por vezes violento encontro, a resolução de compromisso do comité federal, efectivamente um arranjo que deu carta branca aos ministros Verdes, ganhou com 444 votos contra 318. Assim, o regresso dos militares alemães à guerra ofensiva, explicitamente proibido pela Constituição devido aos crimes de guerra nazi, foi legitimado através da exploração moral dos mesmos. Depois de o partido ter renunciado a esta pedra fundacional da política dos Verdes, tudo o resto estava à venda. No período imediatamente a seguir à guerra da Jugoslávia, cerca de um terço dos membros saíram e foram substituídos por novas admissões mais aptas a serem influenciadas pelas orientações da liderança. Antes defensores do Estado de

bem-estar e proponentes da redistribuição económica, os Verdes tornaram-se entusiásticos apoiantes da Agenda 2010 neoliberal de Schroder, que levou a um tremendo saque dos activos públicos, da segurança social e dos fundos de pensões, ao mesmo tempo que continha salários e concedia cortes nos impostos às empresas em biliões de euros, ou seja, uma redistribuição da riqueza dos pobres para os ricos. Ainda mais surpreendente foi a total rendição dos Verdes à indústria nuclear alemã; a luta pela retirada faseada das fábricas nucleares tinha sido a questão central do partido, sobrevivendo como as promessas eleitorais sine qua non dos Verdes ao longo de muitos anos de compromissos parlamentares. Agora que os Verdes estavam no governo, reactores em fim de vida recebiam um aumento de vida de pelo menos mais dez anos, enquanto perigosos depósitos de lixo nuclear e uma garantia de dívida para toda a indústria eram empurrados pelo Ministro do Ambiente Jürgen Trittin que ficava indiferente à criminalização das manifestações contra o nuclear no governo de Schröder–Fischer. Num registo semelhante, os Verdes aprovavam novas leis de segurança, restrições aos direitos civis, discriminação contra os estrangeiros e militarização da polícia, fazendo com que a legislação de emergência de 1968 que tinha então provocado tanta controvérsia, parecesse quase trivial a posteriori. Foi a consubstanciação por parte do SPD e do seu parceiro Verde de forçar através

Partidos No que é que se transformaram Os Verdes Alemães?

de projectos legislativos, que eles próprios tinham obstaculizado com sucesso durante os longos anos de oposição na era Kohl. (4)

Fatos cinzentos

Mas será que esta conversão política de um partido antes dissidente é assim tão inesperada? O fenómeno do volte face dos Verdes é geralmente apresentado nos media alemães como os últimos passos num lento movimento em direcção à maturidade e não uma perversão: os hippies de cabelos compridos de Birkenstock finalmente se desfaziam das suas fantasias utópicas de modo a tornarem-se maduros homens de estado nos seus fatos cinzentos, ombreando de boa vontade o peso da responsabilidade. Muito do coro dos representantes dos media celebrava de forma narcísica a sua própria "maturidade" na medida em que eles próprios tinham feito parte dos mesmos movimentos. Os elogios ao novo modelo dos Verdes reflectiam o grau de reconciliação das camadas dissidentes da sociedade alemã pós 68 com as condições dominantes; os adeptos dos órgãos de comunicação social eram muitas vezes antigos camaradas que tinham eles próprios passado por transformações impressionantes. Thomas Schmid é um caso paradigmático, um grande amigo de Fischer e de Cohn-Bendit no estreito meio da Frankfurt dos anos 70, compartilhando uma atitude compreensiva em relação à Fracção do Exército Vermelho, convertido num proponente da "política

pragmática" em 1983 e agora editor-chefe do Die Welt, a publicação que, juntamente com o Bildzeitung, personificava o espírito de Adenauer por excelência, com a sua direcção editorial enfeitada com antigos nazis. Mais significativamente, órgãos da imprensa alternativa tais como jornais diários de Berlin há já muito haviam assumido um papel de "estadistas" permitindo o mínimo necessário de pensamento não conformista, de modo a tornar o pensamento único mais fácil de engolir.

He who pays/plays the piper...? É uma expressão que reflecte uma crítica corrente da esquerda e alguns Verdes que recentemente se retiraram que se prostituíram desavergonhadamente aos seus antigos inimigos nas indústrias nuclear e farmacêutica a preços que, anteriores políticos recebendo subornos comparativamente modestos dos barões da indústria como Flick, nem sequer sonharam. (5) Pode-se certamente argumentar que alguns dos que se agruparam em torno de Fischer e de Cohn-Bendit, que tinham exigido políticas reformistas e participação no governo desde o princípio dos anos 80, ambicionavam agarrar o partido como um veículo das suas ambições pessoais com vista às manjedouras douradas do parlamentarismo, agora que entravam na meia-idade e estavam ultrapassados os seus sonhos de mudança revolucionária. Christian Schmidt, um jornalista freelancer na esquerda

não-alinhada, activo no exíguo movimento dos anos 80, fornece um detalhado para não dizer repugnante relato dos Spontis de Frankfurt e do seu papel no Partido Verdes durante os anos 80 e 90 em "Wir sind die Wahnsinnigen" (Nós somos os Loucos) de 1998. Mais recentemente, Jutta Dittfurth, uma figura central no partido nos anos 80 que foi expulsa do comité federal pelos roaders parlamentares em 1989, publicou um ataque violento ad hominem. (6)

Contudo seria demasiado fácil atribuir exclusivamente a culpa a uma clique chauvinista entre os minoritários de Frankfurt cujos membros provaram ser eminentemente corruptíveis, ou sugerir que os dirigentes Reals tinham tido sempre a intenção de levar o partido para a direita. Isso seria confundir um sintoma com uma causa. O surgimento de um certo tipo de personalidade dentro do aparelho do partido é um fenómeno generalizado com o qual a esquerda se tem confrontado durante muito tempo. Significaria também ignorar a cooptação mais vasta dos movimentos sociais, da segunda vaga do feminismo até ao ambientalismo, dentro dos quais ocorreu a deformação dos Verdes; a capacidade do capitalismo contemporâneo de absorver os aspectos vitais das análises críticas dos novos movimentos sociais de modo a rejuvenescer os seus próprios processos de reprodução foi explorada por Luc Boltanski, Eve Chiapello e Nancy Fraser, entre outros. (7)

No extremo oposto a Schmidt e Diefurth, "Die Grünen: Verstaatlichung einer Partei" ('Os Verdes: Estatização de um Partido') 1998 de Paul Tiefenbach, oferece um relato sociológico mais complexo inspirado na "Lei de Ferro da Oligarquia", que sugere que os partidos inevitavelmente se adaptarão e serão absorvidos pelo sistema político estatal existente. (8) Mas este funcionalismo fatalista serve para desvalorizar não só as verdadeiras lutas e escolhas que determinaram a trajetória do partido, mas também as especificidades dos desenvolvimentos políticos e económicos alemães e internacionais que ajudaram a dar forma ao seu curso ao longo das últimas três décadas. Um relato mais satisfatório precisaria de examinar a interação dos factores subjectivo e objectivo. A experiência dos Verdes alemães é particularmente instrutiva como exemplo raro de projecto de construção de um partido que tentou destilar muito do pensamento associado aos movimentos anti-nuclear, ecológico e feminista e cujos protagonistas anteciparam o perigo da incorporação e procuraram muito conscienciosamente implementar contra medidas; o seu falhanço levanta a questão de que estratégias devem ser adoptadas para políticas emancipatórias no futuro. (9) Mas, tal como Gramsci uma vez disse, a história de um partido é a história de uma nação em forma de monografia. As últimas décadas trouxeram não só a reunificação da Alemanha mas o seu ressurgimento como a potência dominante na

Europa. No que se tornou o Partido Verdes e que funções desempenha na nova Alemanha?

Movimento e Partido

Os canteiros de onde brotou o Partido Verdes, nos negros anos de finais de 70 e princípios de 80 sob a chancelaria de chumbo de Helmut Schmidt, foram os grupos de acção de cidadãos –Bürgerinitiativen – mobilizados contra o programa intensificado de energia nuclear do SPD e contra a poluição industrial e as chuvas ácidas que estavam a matar rios e florestas. Ecológicas, feministas, estudantes e redes contra cultura juntaram-se a agricultores e donas de casa em protestos de massas que pararam locais onde iam ser construídas fábricas nucleares em Wyhl (Baden-Württemberg), Grohnde (Baixa Saxónia) e Brokdorf (Schleswig-Holstein). A crítica à política industrial apoiada por todos os três partidos do sistema foi o ponto de partida decisivo para este movimento heterogéneo que recebia o seu ímpeto não só do desassossego civil de 68 e dos anos seguintes, mas também de camadas mais conservadoras igualmente alienadas com a moderna sociedade capitalista e com o seu Estado que supostamente defendiam formas tradicionais de vida contra a "grande máquina". Foi um passo natural para estes grupos construírem listas alternativas "verdes" contra os partidos que governavam nas eleições locais, mas a maioria opunha-se, por uma questão cultural e não por

razões teóricas profundas, a qualquer forma de centralização política. Uma primeira tentativa de ecologistas conservadores em torno do primeiro deputado Herbert Gruhl da CDU de unir as várias listas regionais verdes e grupos ambientalistas num único partido foi condenada ao fracasso porque era incompatível com a natureza anti autoritária e descentralizada dos grupos de acção local.

Concordaram, no entanto, em construir uma lista SPV – Die Grünen nas primeiras eleições para o Parlamento Europeu em Outubro de 1979, encabeçada por Petra Kelly, uma ambientalista de 32 anos a trabalhar na Comissão Europeia em Bruxelas. A lista teve 3.2 por cento de votos e uma boa subvenção para os custos da campanha dos Verdes. Foi um ponto de viragem. Rudolf Bahro, o eco-marxista dissidente da Alemanha Oriental recentemente chegado à Alemanha Ocidental depois de ter sido acusado na RDA, fez um apelo para uma nova política que fosse ao encontro do desafio existencial de uma catástrofe ambiental em que as necessidades das espécies se sobreporiam às de classe; apelou a uma aliança que se estendia de Herbert Gruhl a Rudi Dutschke. Em duas conferências tempestuosas em 1980, mil delegados das campanhas locais assim como mais várias centenas de grupos de esquerda, feministas e contra cultura, concordaram em constituir aquilo que Petra Kelly descreveria como um "partido contra-partido". Os conservadores de Gruhl e o agrupamento racista völkisch "sangue e terra"

dirigido por Baldur Springmann lutaram ferozmente para barrar as organizações de extrema esquerda e maoistas mas foram derrotados pela maioria, que rejeitou por princípio qualquer forma de censura ou exclusão política. Muito conscientes do perigo da cooptação parlamentar, os Verdes montaram salvaguardas radicais contra ela: os membros eleitos para as assembleias estaduais ou federais deveriam demitir-se a meio do seu mandato para serem substituídos pelo seguinte membro Verde na lista, contra as normas da Constituição alemã da "liberdade" dos representantes eleitos de responderem pela sua consciência e não pelo programa do partido. Os deputados verdes deveriam ser mandatados pelas conferências do partido. Uma forte presença feminista assegurava rigorosa igualdade de género: 50 por cento dos lugares partidários seriam ocupados por mulheres; os nomes de homens e de mulheres alternariam nas listas eleitorais (o princípio do "fecho de correr"). Um comité federal com uma liderança de três pessoas era eleito directamente pela conferência anual. Ser membro formal não era condição de participação: todas as reuniões e votações do partido eram abertas ao público.

O aumento de membros do partido foi enorme, passando de 16 mil na Primavera de 1980 para mais de 30 mil quatro anos mais tarde. Enquanto os Verdes mais conservadores se conservavam fortes nas terras do sul, sobretudo em Baden-Württemberg, nas cidades do Norte —

Hamburg, Bremen, Frankfurt, Berlim Ocidental — a esquerda radical em breve se tornou hegemónica. Aqui, numerosos agrupamentos heterodoxos de esquerda, juntamente com os maoistas doutrinários do KBW (Kommunistischer Bund Westdeutschland) e os Spontis de Frankfurt associados a Fischer e a Cohn-Bendit agruparam-se para se juntar ao projecto de construção do partido. De facto, para grande parte da esquerda alemã, os Verdes tornaram-se uma espécie de último refúgio. Desde que os comunistas tinham perdido o seu poiso no Bundestag em 1953 e desde então proibidos pelo Tribunal Constitucional, todas as tentativas para lançar um partido à esquerda do SPD tinham falhado. A repressão do Estado contra os dissidentes esquerdistas, claramente renovada no início dos anos 70 pelo Radikalenerlaß (promulgação do extremismo) e o Berufsverbot (interdição de trabalho) de Willy Brandt tornou ainda mais difícil construir uma nova formação. No outro lado da fronteira da Guerra Fria, um socialismo real burocrático e ditatorial provocava mais divisões dentro da esquerda alemã ocidental, indo da aprovação doutrinária à virulenta reprobção. Contudo, a extrema-esquerda enquanto tal, nunca predominou no partido, especialmente porque importantes partes dos membros e do núcleo duro do eleitorado dos Verdes apoiava essencialmente posições liberais em questões sociopolíticas ou tinha uma compreensão mais conservadora do

ambientalismo. Nem os novos aderentes de esquerda foram capazes de desenhar uma moldura teórica comum para os Verdes.

No fim, o seu triunfo pode ter sido uma vitória de Pirro. Enquanto a junção de tantas correntes debaixo do chapéu Verde parecia a princípio ter unificado a esquerda estilizada da Alemanha Ocidental, contribuiu depois para a divisão e cooptação desses elementos. Muitos dos primeiros sectários, especialmente do KBW, passaram por rápidas conversões políticas, surgindo em meados dos anos 80 como eco libertários do mercado livre. (10) Há aqui óbvios paralelos com os nouveaux philosophes franceses de finais dos anos 70 ou com os ex esquerdistas neo conservadores nos EUA em muito menor número. Mas embora dificilmente se trate de um fenómeno novo na história, a forma como estas renegações colectivas acontecem tem algo a ver com os resultados. A literatura sobre ciência política geralmente falha em discutir esta conversão, preferindo repetir o mito que representa os Verdes como um surgimento de sucesso dos novos movimentos sociais que ajudaram a modernizar a sociedade alemã quebrando as suas "estruturas incrustadas". Contudo, o Partido Verdes foi, em boa medida, uma resposta ao declínio dos movimentos sociais: trouxe o legado da derrota e dos desvios frustrados — o sectarismo, o imediatismo, a "luta armada" que culminou no Outono Alemão de 1977, ou simplesmente a apatia — que esse fracasso tinha

precipitado. Não representou o triunfo de uma geração sobre a ordem estabelecida, mas sim a obstrução das primeiras lutas emancipatórias.

As contradições inerentes dos Verdes também podiam ser vistas como sintomáticas da cultura política e intelectual pós moderna em que o partido se desenvolveu. Este eclectismo não reflectia apenas as origens dos Verdes como um "lugar de encontro" — Sammelbecken para citar os seus dirigentes — de diversas tendências políticas que queriam assegurar a entrada no parlamento. Todas as tentativas para forjar uma perspectiva teórica coerente destas correntes mostraram ser impossíveis devido às suas antinomias ideológicas; eco-libertários abraçando um individualismo hedonista ou as formas instintivas de imitação do socialismo dos ecologistas radicais eram, no fim de contas, expressões da falta de uma maior narrativa. O seu lugar estava cheio da ameaça percebida de uma natureza e humanidade em perigo, suficientemente abstracta para ser inclusiva; a prioridade era limpar a confusão que a modernidade tinha criado sem desenvolver um novo horizonte emancipatório. Esse minimalismo combinado com a máxima abertura aos diferentes olhares sobre o mundo era a condição da própria existência do partido já que era a única maneira de integrar os restos heterogêneos dos ecologistas, esquerdistas, pacifistas, conservantistas, antroposofistas, agricultores orgânicos ou cristãos. Tal como Bahro, Petra Kelly encontraria

virtualidades nesta incoerência:

A variedade de correntes enriquece o nosso partido, mesmo na falta de um consenso comum na análise da sociedade. Não quero excluir comunistas ou conservadores e não tenho de o fazer. As correntes aprendem umas com as outras, Não há destruição mútua mas sim uma convergência de pontos de vista. É nisto que o nosso movimento é novo. (11)

Uma maioria partilhava a fervorosa crença de que "algo tem de ser feito" quanto à crise ambiental, mas as soluções propostas eram incompatíveis. (12) De igual modo, o compromisso do governo do SPD no início dos anos 80 para instalar mísseis nucleares Pershing II em território alemão, sob comando da NATO, i.e. dos Estados Unidos, mobilizou mais de um milhão de pessoas contra a intensificação da Guerra Fria. No entanto, embora os Verdes estivessem de acordo na sua oposição às armas nucleares e à energia nuclear "civil", nunca houve um consenso mais vasto sobre as causas mais profundas subjacentes a estes sintomas. O resultado final foi uma "estratégia adicional", um processo de acomodação que numa etapa resultou num programa de 500 páginas para os Verdes do Reno Norte — Vestefália.

A Dialéctica do Sucesso Parcial

Nas eleições federais de 1983 no começo do reinado de 16 anos de Helmut Kohl como Chanceler alemão, os Verdes derrubaram a barreira

dos 5% com dois milhões de votos, ganhando 27 lugares no Bundestag então dominado pela CDU; já tinham entrado nas assembleias rurais e das cidades-estado. (13) Os sucessos eleitorais trouxeram novas tensões: a necessidade de preencher postos e lugares com pessoal ameaçava dominar o grupo de membros que, segundo os padrões alemães era diminuto em comparação com o eleitorado dos Verdes. (14) Apesar dos princípios da rotatividade a meio do mandato, respeitados por quase todos os Verdes com excepção de Kelly, e dos mandatos do partido, uma fracção parlamentar do Bundestag, com pessoal a tempo inteiro dez vezes o tamanho da sede do partido, começava agora a cristalizar-se contra o comité federal mais radical, enquanto também se abriam diferenças sobre tática de "coligação" ou de "tolerância" em relação ao SPD nas assembleias rurais e citadinas. Estas divisões coincidiram com a formação de quatro agrupamentos dentro do partido, frequentemente separados uns dos outros apenas por nuances tácticas, sobretudo relacionadas com o SPD.

A maior, embora mais mal definida destas tendências, era a dos ecologistas radicais, apelidados "fundamentalistas" ou Fundis pelos seus adversários do partido e também pelos aliados destes últimos na imprensa. Os ecologistas radicais dominaram grandemente o comité federal até 1988, com Jutta Ditfurth como sua dirigente mais conhecida. Agarravam-se à ideia de uma nova política ambiental como meio de uma mudança

sistémica total, levando ao fim da sociedade militar-industrial e do seu Estado. Nesta perspectiva, o Bundestag era apenas uma arena que permitiria aos activistas dos movimentos sociais atingir um público muito mais vasto, com uma vaga ideia de criar uma crise geral no sistema político; por isso, opunham-se, por princípio, em entrar em governos de coligação com o SPD. Sob a sua direcção, os primeiros congressos Verdes estabeleceram condições impossíveis de alcançar para negociações de coligação: o encerramento imediato de todas as fábricas nucleares, fim dos mísseis nucleares da NATO em território alemão, etc.

Os eco socialistas concentrados sobretudo nas cidades do norte eram uma força menor mas a sua contribuição intelectual era mais substancial. Os debates teóricos no jornal eco-socialista *Moderne Zeiten* (Tempos Modernos) edição em Hanover, analisavam o desastre ecológico como resultado das forças destrutivas, quer "civis" quer militares, do modo de produção capitalista. (15) No seu *O Futuro dos Verdes* de 1984, Thomas Ebermann e Rainer Trampert previam uma aliança da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, argumentando que os processos de produção não podiam ser transformados sem a agência dos trabalhadores. Embora hostis ao aparelho de Estado e a qualquer projecto reformista, estavam preparados para ver a política parlamentar como forma de se alcançar certos projectos de lei e

obstruir outros; assim, a ideia de "tolerar" um governo SPD minoritário, apoiando-o ou opondo-se-lhe, caso a caso, era largamente discutido nestes círculos.

Em contraste, os reformistas como Fischer, Cohn-Bendit e Hubert Kleinert chamados de "realistas" ou "Realos" por uma imprensa favorável, viam os Verdes como um parceiro minoritário de coligação com o SPD e estavam preparados para fazer compromissos drásticos de modo a entrarem no governo e implementarem "pequenas mudanças para melhor". Não em vão foram apelidados de "Koalos" pelos seus opositores ecologistas radicais que os viam como tentando social democratizar os Verdes. A sua base situava-se em Hesse e no "Realo Sul" Baviera e Baden-Württemberg. Nos seus contributos para o debate interno, os Realos argumentavam que a mudança do governo federal ocorrida em 1982, com a troca dos decisores do FDP do SPD para a CDU, abria a possibilidade de uma coligação Vermelha-Verde como uma "nova esperança"; criticando a posição da maioria ecologista radical de "oposição fundamental ao sistema", exigiam "uma política de reforma ecológica". (16) Como Kleinert explicava à revista *Stern* em 1988, isto obrigava a "uma mistura de políticas reguladoras mediadas pelo Estado e também uma economia ecológica com elementos de mercado". Fischer era ainda mais claro no seu livro *Der Umbau der Industriegesellschaft* (A Reconstrução da Sociedade Industrial) de 1989: "a

reforma ecológica do sistema industrial será determinada pelo modo económico existente do capitalismo ocidental"; as forças do mercado eram um meio melhor de reconfigurar a economia e o ambiente do que a intervenção política. (17) Nisto, as ideias de Fischer vinham alinhar-se com as da quarta tendência, os eco libertários. Inicialmente, uma pequena minoria de indivíduos bem relacionados, estes Verdes do mercado livre viriam exercer uma influência crescente no partido através da sua aliança com os Realos.

Momento Decisivo

As diferenças relativamente à política de coligação foram temporariamente remendadas por um acordo da conferência de 1984 que dizia que estas deviam ser decididas a nível local. Mas elas irromperam de novo em 1985 quando os Verdes de Hesse entraram num governo rural (Land) com o SPD, apesar das claramente boas relações deste com as "suja" companhias farmacêuticas e nucleares. Com Fischer a presidir como o primeiro ministro de estado verde para o ambiente, o partido começou a quebrar virtualmente todas as promessas que alguma vez tinha feito, inclusive permitir que as fábricas nucleares continuassem a toda a força depois da explosão de Chernobyl, literalmente contra a posição oficial dos Verdes, até que Fischer foi finalmente despedido por Holger Börner do SPD. Este rotundo falhanço levou a furiosas denúncias na conferência dos Verdes e

Partidos No que é que se transformaram Os Verdes Alemães?

Jutta Dittfurth, a principal crítica de Fischer foi reeleita para o comité federal com uma maioria de dois terços. Nas eleições federais de 1987, os Verdes tiveram 8,3%, com três milhões de votos. Formavam agora um bloco de 42 parlamentares no Bundestag com direitos alargados a pessoal a tempo inteiro e fundos para investigação.

Mas o peso conjunto dos parlamentares estava agora a virar-se contra os radicais, ajudados pelas maiorias estruturais a favor do reformismo e da construção de coligações entre as Bürgerinitiativen de base comunitária e a base eleitoral dos Verdes. Recebiam apoio externo da instituição política e dos seus aliados nos media, apreensivos com a perspectiva de "instabilidade" e de políticas anti-NATO no Bundestag, num momento em que Gorbachev apostava num novo acordo para a Europa. Internamente, discussões ferozes por causa de um Manifesto das Mães que atacava as feministas Verdes por inadvertidamente privilegiarem mulheres sem filhos, serviam para confundir e desmoralizar os ecologistas radicais e a esquerda. Uma nova facção Grüner Aufbruch (Levantamento Verde), dirigida pelo membro do Bundestag Antje Vollmer e pelo ex parlamentar de Bremen do KBW Ralf Fücks, que declarava querer pôr um fim às infinitas querelas internas entre Reals e Fundis, reuniu em 1988 a conferência de Karlsruhe para purgar Dittfurth e os ecologistas radicais do comité federal e instalar os Reals e eles próprios no poder. A conferência também viu a

emergência do Forum da Esquerda (Linkes Forum) formado por Ludger Volmer e outros: outra facção "realista" que se via como "não dogmática" e apostava na participação no governo. Ocorreu um azedo contra-ataque mas os radicais e os ecologistas tinham sido definitivamente postos de lado.

Os Verdes ainda andavam às voltas por causa da sangria interna que se seguiu a estes conflitos quando o Muro de Berlim foi derrubado no Outono de 1989. Tornou-se evidente a extensão do partido e do seu eleitorado na cultura política da Alemanha Ocidental com a implosão do socialismo real no Leste. Os Verdes reagiram com perplexidade à perspectiva de unificação andando atrás dos desenvolvimentos moldados por outros. O partido estava dividido entre a indiferença e a paralisia. A esquerda enfraquecida expressou as suas profundas preocupações acerca das prováveis consequências da anexação económica para o povo da RDA e o empurrão expansionista de uma nova Grande Alemanha e assim opôs-se ao movimento pela unificação. Embora os Verdes Ocidentais fossem praticamente a única formação política da RFA a ter tido algum contacto directo com um segmento da oposição da Alemanha de leste, o domínio dos Reals da fracção do Bundestag tornou impossível usar isso para articular alternativas de ambos os lados do muro caído. O Partido Verde Oriental tinha saído do movimento ambientalista dissidente na RDA; tinha-se

posicionado como uma oposição interna à emulação do regime do crescimento industrial do ocidente e tinha sempre lutado pela ideia de direitos civis colectivos e não apenas individuais. Diferia assim de forma bastante profunda dos três grupos liberais de direitos civis que chegaram em 1990 com apoio do Ocidente, para formar a aliança eleitoral de Bündnis 90. (18) A liderança Realo exercia agora o seu poder para dar apoio unilateral, dinheiro e equipamento a Bündnis 90 nas eleições para a Câmara Popular (Volkskammer) em Março de 1990, enquanto abandonava os Verdes Orientais. Foi neste contexto de retrocesso social e político, com a colonização da economia e da vida do Leste pelo Ocidente no meio da crescente violência racista e ainda com a marginalização de quaisquer políticas alternativas quer no Oriente quer no Ocidente, que muitos dos ecosocialistas, Ebermann, Trampert e outros, finalmente deixaram o partido na primavera de 1990, denunciando a sua conversão num pilar do regime.

Contrafactos

As coisas podiam ter sido de outra maneira? As crises ambientais dos anos 70 e 80 provavelmente ofereceram uma oportunidade maior para uma crítica renovada do capitalismo industrial que colocaria em primeiro plano o desastre ecológico como uma consequência necessária das forças destrutivas, "civis" e militares, desse modo de produção. As tentativas

corajosas dos eco-socialistas de chegarem a uma compreensão mais profunda da ameaça letal que se coloca aos recursos limitados do mundo natural, permaneceram embrionárias. Contudo, um ambientalismo nascente dava a oportunidade de reconstituir a classe trabalhadora como um sujeito político, uma genuína colectividade do trabalho, quer na prática quer na teoria. Longe de serem preocupações "pós-materiais", o medo da poluição, da radio actividade e outros perigos da sociedade industrial juntavam trabalhadores da indústria química com assalariados da classe média. Uma coisa é certa, a maior parte da classe trabalhadora continuava a ser a favor da expansão industrial, como condição da sua própria prosperidade. Mas a crise do fordismo tornava um número crescente de trabalhadores, geralmente aqueles que eram mais especializados, mais propensos às exigências ambientais. No entanto, as correntes de esquerda dentro dos Verdes eram incapazes de desenvolver uma estratégia consistente a longo prazo, destinada a integrar a classe assalariada numa concepção renovada de eco-socialismo.

Os ecologistas radicais, mesmo fazendo uso de uma fraseologia socialista, mostravam pouco interesse numa teorização mais profunda; com efeito, mostravam frequentemente até uma profunda aversão a tal. A sua prioridade era o activismo instintivo dos movimentos sociais, por cujo sustento lutavam, mesmo quando começavam a cair em declínio. Os seus esforços não eram sem

sucesso; usavam o Bundestag para elevar a consciência do público para as piores formas de poluição industrial, reforçavam a aliança contra a construção de novas fábricas nucleares e desmascaravam o sujo rosto do lóbi industrial do regime político. Mas sem alianças mais profundas que fossem para além dos meios políticos dos Verdes, no futuro a sua estratégia estava destinada ao fracasso. As parcerias exitosas com o trabalho organizado eram por vezes formadas a nível local, mas nunca eram desenvolvidas pela direcção federal como parte de um plano coerente.

Nem os mecanismos com intenção de parar o surgimento de uma oligarquia partidária provaram afinal ser eficazes. Apesar da sua profunda consciência dos perigos da hierarquização e da ênfase na democracia participativa, desde o princípio que os Verdes dependiam das celebridades mediáticas. Os Realos sabiam bem como jogar essa carta, pois não só tinham redes de jornalistas simpatizantes, como eles próprios se podiam oferecer à comunicação social como figuras dinâmicas, bem colocadas para domesticar o conjunto do partido. Os princípios iniciais de rotatividade dos mandatos, emprestados da Comuna de Paris e do anarco sindicalismo espanhol mostraram ser ineficazes contra esta camada de personalidades sequiosas de poder. Desde uma fase inicial que o partido mostrou sintomas de uma vida dupla: enquanto as maiorias continuavam a votar uma agenda radical nas assembleias Verdes,

a fracção parlamentar dominada por reformistas, ignorava-os tacitamente, até que finalmente o partido substituiu. Por detrás desta mudança estavam as tendências regressivas dos anos 80; as forças que se juntavam da reacção neoliberal no ocidente, a estagnação do capitalismo do bem-estar, a renovada Guerra Fria, a lenta implosão do bloco do Comecon. Uma grande parte do eleitorado Verde não só chegara à maioria durante este período, como procurava encostar-se a um lugar para si próprio nas esferas superiores do emprego do estado, dos media, das indústrias dos serviços ou no sector de negócios "alternativo" ou "bio" em expansão. E assim ajudava a configurar o partido como um lóbi para esta camada da classe média bastante satisfeita consigo mesma.

O partido da guerra

Contudo, nas primeiras eleições federais da Alemanha reunificada em Dezembro de 1990, os Realos triunfantes viram a taça da vitória ser-lhes retirada dos lábios. Nas terras do ocidente (Western Länder) o Partido Verde teve apenas 4,8%, ficando abaixo do limiar mínimo; os seus 44 lugares e recursos federais foram apagados e os seus dirigentes máximos excluídos do Bundestag. Só os Verdes da Alemanha Oriental, agora num casamento forçado com os Bündnis 90 passaram a fasquia dos cinco por cento, com 6,1%. A resposta de Fischer foi culpar os elementos radicais residuais pela humilhação eleitoral. Na conferência dos

Partidos No que é que se transformaram Os Verdes Alemães?

Verdes de 1991 em Neumünster, os Realos começaram por limpar o partido: os princípios da democracia participativa foram abolidos, os papéis de liderança individual e a "profissionalização" abraçados. Ludger Volmer do Linkes Forum (Fórum da Esquerda) foi eleito porta-voz do partido e uma série de reformas extremamente modestas foi redigida como base para futuras coligações Vermelhas-Verdes. Esta conferência viu a partida dos ecologistas radicais em torno de Ditzfurth do que viam como um partido "autoritário, dogmático e hierárquico". Em 1993, Fischer distribuiu um anteprojecto ideológico para a "esquerda depois do socialismo" que era tão eclético como intelectualmente árido. (19) A questão do liberal reformismo Verde, o "cidadão consumidor liberal urbano" definido pelo "estilo de vida individual" enquanto "protesta contra a energia nuclear" e tem empatia pelos "pobres e marginalizados", era agora muito útil. (20)

Com o entusiástico apoio aos novos Verdes "reformados" por parte da comunicação social, o partido recuperou a sua posição no Bundestag em 1994, com 7,3% dos votos e 49 lugares. A restante ala esquerda do partido, agora representada pelo Linkes Forum e seus co-pensadores no círculo Babelsberg, tinha ficado presa na dinâmica da Realpolitik, com propostas de reforma cada vez mais fracas como base para participação no governo, apesar de experiências menores nas Länder — Baixa Saxónia, Hesse, Norte do Reno —

Vestefália, Berlim. Se o agrupamento do Linkes Forum–Babelsberg secou a neoliberalização do partido durante algum tempo, foi pelo preço do compromisso eterno com os Realos, cuja vitória final foi só adiada até ao momento da coligação federal Vermelha-Verde de 1998. No fim, a política externa foi o teste crucial, com o desmembramento da Jugoslávia a oferecer terreno fértil para o intervencionismo militar unilateral da Nova Ordem Mundial. Como acima foi dito, Cohn-Bendit e Fischer tinham estado a preparar o terreno para a remilitarização da Alemanha, embora mesmo eles considerassem essencial um mandato da ONU para qualquer operação da Luftwaffe. A grande mudança para o SPD em 1998 levou os Verdes ao poder como parceiros de coligação, embora a sua própria parte da votação tivesse caído para 6,7%. Poucos esperavam, contudo, que o novo governo acasalasse para a guerra de expansão da NATO na Jugoslávia, ou que dirigentes Verdes em breve andassem à volta do Pentágono nos seus apelos para uma invasão terrestre.

O Fórum da Esquerda (Linkes Forum) organizava agora a sua própria capitulação. Ludger Volmer, nesta altura secretário de Estado de Fischer, foi o mais proeminente desertor, rompendo as anteriores promessas, para se juntar pela "necessidade" da guerra. Ele e outros tornar-se-iam as cabeças da nova perspectiva. Privados de aliados poderosos no comité federal que desafiassem directamente os Realos, e com a

comunicação social quase unanimemente a promover a linha Schröder–Fischer, os dissidentes que restavam foram facilmente derrotados. Alguns idealistas aguentaram-se até aos dias de hoje dentro do partido, sobretudo agrupados em torno da rede Grüne Emanzipatorische Linke (Esquerda Verde Emancipatória), mas a sua continuada presença fez mais para dar uma certa capa de "esquerda" à direcção do que para apresentar os seus próprios projectos. Outros voltaram aos movimentos sociais, envolveram-se em novas redes políticas tais como a ATTAC, ou juntaram-se ao PDS e, ao Die Linke, depois de 2007. (21)

Não deve ser subestimada a importância do papel de Fischer em trazer não apenas os Verdes mas uma muito maior camada dissidente da sociedade alemã pós-68, alinhada com os requisitos dos Aliados. O antes auto intitulado anti-imperialista estava bem posicionado para assegurar a um público incerto que a Luftwaffe não tinha outro propósito nos Balcãs do que impedir um alegado genocídio, ajudando assim uma Alemanha reunificada a preparar-se para as guerras do novo século. Mesmo o geralmente antiquado Frankfurter Allgemeine afirmaria que "sem Fischer e a sua biografia, esta guerra podia ter levado a uma emergência doméstica, uma emergência estilo guerra civil". "Se tivéssemos perdido apoio público na Alemanha, tê-lo-íamos perdido em toda a aliança", referia o porta-voz da NATO Jamie Shea, descrevendo Fischer como um exemplo de um líder

político que não "corria atrás da opinião pública, antes sabia como moldá-la". (22) Os veteranos de 1968 e a invocação retórica do nazismo foram necessários para santificar o bombardeamento alemão de Belgrado.

Uma vez lançados, os Verdes provaram ser dos mais entusiastas adeptos da guerra no Bundestag. Enquanto o Partido Verde dos EUA se opunha resolutamente à decisão da administração Bush de avançar com a guerra no Afeganistão em 2001, Fischer fazia das tripas coração para assegurar que Schröder tivesse o apoio dos Verdes para enviar tropas alemãs. Tal como os Verdes americanos escreviam numa carta aberta:

A maior parte dos Verdes em todo o mundo reconhecem que esta é uma guerra pelo domínio do petróleo e político e não fará nada para proteger os cidadãos americanos ou outros povos do terrorismo. Joschka Fischer e os Verdes que estão a apoiar o governo alemão puseram o poder à frente dos princípios. A sua afirmação de que têm de participar no esforço de guerra de modo a torná-la mais humana, é obscena. Parecem estar a dizer que ao manterem-se no governo podem tornar "humanitárias" as bombas de fragmentação ou os revestimentos de urânio empobrecido "livres de produtos cancerígenos". É um disparate. (23)

A resposta de Fischer e Schröder foi uma tentativa grotesca de representar a oposição à guerra, análoga ao "unilateralismo alemão" da era nazi, isto é, à agressão militar. Numa carta conjunta

aos deputados do Bundestag, eles afirmavam: A alternativa à participação seria um unilateralismo alemão que vai contra a lição decisiva do nosso passado: ligações multilaterais sim, renacionalização não. Um "novo unilateralismo alemão", qualquer que fosse a sua justificação, causaria incompreensão e desconfiança entre os nossos parceiros e vizinhos. (24)

Em 2002, o expediente eleitoral provou ser mais significativo do que tais lições da história e Schröder optou por se opor ao apoio à invasão do Iraque. Mas esta postura, que foi boa para manter no poder a coligação SPD-Verdes, não deveu nada à influência de Fischer. Tal como ele próprio explicou, Schröder foi inteiramente responsável pela linha do governo. Os Verdes, o agora mais seguro atlanticista dos partidos alemães, sancionaram o envio das "nossas tropas", para citar Angelika Beer a porta-voz verde da Defesa, uma antiga maoista e co-fundadora do partido, para a "guerra do terror" sempre em expansão e da Marinha alemã para patrulhar a costa leste africana. Segundo uma sondagem de 2011, não há nenhum segmento da população alemã que apoie mais entusiasticamente o envolvimento militar do que o eleitorado verde. (25) Quando o governo de Merkel–Westerwelle decidiu não se juntar à guerra anglo-franco-americana à Líbia, os seus críticos mais ferozes encontraram-se no Partido verde; enquanto a força aérea da NATO despejava bombas de urânio empobrecido sobre Tripoli, o antes

partido da paz condenava a "atitude irresponsável" dos que tinham deixado a Luftwaffe em terra. Ao que parece, apercebendo-se de que a analogia com Auschwitz começava a sofrer de desgaste, o deputado Tom Koenigs argumentou que a Alemanha devia juntar-se ao bombardeamento para compensar o facto de que tinha vendido muitas armas à ditadura criminoso de Kaddafi, tendo Schröder e Fischer levantado o embargo das armas.

Eco-comerciantes

O Partido Verde no seu todo nunca tinha verdadeiramente lutado com a contradição entre sustentabilidade ambiental e o expansionismo económico que é inerente à acumulação capitalista; nem a maioria tinha desenvolvido uma crítica consistente ao que a princípio era um pequeno grupo de eco-libertários no seu interior que pregavam o "evangelho da eco-eficiência"; a favor dos mercados livres e em oposição à intervenção do Estado, isto era inicialmente dirigido do mesmo modo contra a "grande máquina" do industrialismo e do estatismo. (26) As políticas pró mercado começaram a ficar em primeiro plano quando os Realos tomaram controlo firme do partido em fins dos anos 80; com os crescentes deficits fiscais impossibilitando a despesa keinesiana marginal necessária para as políticas social-democráticas verdes, o pensamento neoliberal tornou-se cada vez mais predominante, como a única possível

Partidos No que é que se transformaram Os Verdes Alemães?

solução para a crise profunda da Alemanha Modelo. Mas os eco-libertários também passaram por uma transformação: o discurso de uma economia descentralizada e do individualismo cívico liberto da excessiva burocracia deu lugar ao entusiasmo pela tecnocracia das corporações globalizadas e dos aparelhos de estado, alumiando o caminho para um supostamente "capitalismo verde" em total concordância com os diktats do FMI e do Banco Mundial, dependendo dos mecanismos do mercado e das soluções tecnológicas.

Com o governo de Schröder–Fischer, os Verdes emergiram como os mais dinâmicos proponentes do programa de terapia de choque neoliberal para a Alemanha – Agenda 2010 – uma vez que a curta tentativa de Lafontaine para recuperar o keinesisanismo social do Reno tinha sido derrotada. Os salários e os subsídios de desemprego foram amarrotados, as taxas colectivas cortadas; incentivada pela expansão do crédito internacional, o aumento das exportações pós 2005 da Alemanha descolou no meio de níveis crescentes de desigualdade e de privação social. Os protestos contra a Agenda 2010 partiram o SPD, com os dissidentes mais tarde a ajudar a fundar o Die Linke e a coligação Vermelha-Verde a ser despejada nas eleições de 2005. Mas a filiação do novo modelo do Partido Verde não tinha escrúpulos. Tendo internalizado a ideia de que "todos os outros sistemas são piores do que o capitalismo", os Verdes acham agora impensável a

ideia do crescimento zero, deixemos o "negativo" em paz. Tornaram-se estridentes adeptos em nome das corporações que esperam aproveitar da transição para as fontes de energia "verde", e dos que vendem produtos "ecológicos". Muito do capital político do partido deriva deste sector como força modernizadora, fornecendo o tipo de pseudo-ambientalismo que promete tornar-se uma mercadoria lucrativa face ao desastre global, preparando novos terrenos para a acumulação de capital. (27) Dos e-carros ao Desertec, promovem activamente as chamadas "tecnologias verdes" que já provaram não serem nem pacíficas nem ecológicas nas suas repercussões. (28)

Embora Fischer descartasse a ideia de os Verdes entrarem numa coligação encabeçada pela CDU depois das eleições de 2005, tais alianças em breve iam sendo feitas a nível do estado (com efeito, elas tinham sido promovidas pelos eco-libertários como Thomas Schmid desde o início dos anos 80). Em 2008, o ascenso do Die Linke ofereceu a possibilidade de uma coligação Vermelho-Vermelho-Verde em Hamburgo; os Verdes arruinaram isso, fazendo uma coligação com a CDU: Em Saarland, no ano seguinte, uma forte mudança para Die Linke deixou de novo os Verdes como decisores; vetaram uma coligação de esquerda com o SPD e o Die Linke de Lafontaine e entraram no governo com a CDU e o FDP. Na empedernida conservadora Baden-Württemberg, uma série de protestos massivos contra planos

German Green Party, Main Geographical Bases



Os Verdes pagaram pouquíssimo em termos eleitorais pela sua mutação política. O eleitorado dos Verdes não se expandiu muito ao longo dos anos – partindo de 8.3% em 1987 até 10.7% em 2009 – mas envelheceu, ficou mais rico e mais conservador, tal como os dirigentes do partido. O apoio aos Verdes cresceu entre os votantes com

formação universitária e entre os profissionais, enquanto foi sempre piorando em termos da classe trabalhadora e (especialmente) dos sindicatos. Em 1987, 60% dos votantes Verdes tinham menos de 35 anos; em 2009, 60% tinham mais de 40. No entanto, o partido tem um número significativo de novos seguidores entre os novos ricos do "milénio", sobretudo jovens mulheres: em 2009, a percentagem de votantes entre os 18 e os 25 anos era de 15,4%, subindo para quase 19% de mulheres nessa faixa etária. (29) Em Abril de 2013, uma sondagem sugeria que 54% dos votantes Verdes apoiariam uma coligação federal com a CDU este Setembro, enquanto 64% dos votantes CDU ficariam satisfeitos com um governo Negro-Verde em Berlim. (30) Cohn-Bendit disse ao Bild (25 de Abril 2013) que uma aliança CDU-Verde seria uma "opção realista", na condição de os Verdes ficarem com os ministérios das Finanças e da Energia. No entanto, na conferência do Partido Verdes em Abril de 2013 em Berlim, Jürgen Trittin, Renate Künast e Claudia Roth conduziram uma rebelião pró-SPD, votando por um aumento nas taxas mais altas como política do partido, para desapontamento de Kretschmann e do Presidente da Câmara de Tübingen, Boris Palmer. (31)

Se esta posição vai sobreviver aos resultados das eleições de Setembro de 2013 é coisa que se irá ver. Os Verdes podem ainda jogar o rei (ou a rainha) em Berlim. Tempo houve em que essa perspectiva podia ter causado ansiedade em

Washington, mas os Verdes são hoje em dia o partido alemão preferido da Embaixada americana. E por que não? O Partido Verdes reduziu a luta pela emancipação universal aos trocos do consumismo "orgânico" e do "comércio justo". A inofensiva memória de um passado dissidente serve agora como inesgotável fonte de legitimidade não só pelas suas acções mas pelo poder alemão e pelo próprio aparelho de estado. A realidade está de pernas para o ar: ao que parece não foram os Verdes que mudaram mas sim o mundo, tornando a oposição à guerra ontem, a fonte moral para a "intervenção humanitária" hoje. Hoje, a NATO surge como o instrumento chave para o desarmamento nos documentos políticos do partido, enquanto o Tratado de Lisboa, a carta de facto da UE para uma oligarquia tecnocrática, se torna um passo maior para a democracia e a transparência e o domínio económico sobre a Grécia é exercido em nome da solidariedade europeia. Deixemos os conservadores fazer guerra debaixo do estandarte dos interesses nacionais; os Verdes enviarão o exército em nome de um justo e honrado "governo mundial dos cultos". Isto não é para sugerir que os Verdes fazem deliberadamente o contrário do que pretendem; pelo contrário, e muito mais assustador, eles podem mesmo querer dizer isso.

Joachim Jachnow

Tradução de **Almerinda Bento** para **acomuna.net**

Artigo publicado em **New Left Review**

Notas de rodapé

[1] Agradeço a Friedrich Heilmann e Frieder Otto Wolf por gastarem tempo em partilhar comigo as suas opiniões políticas sobre a trajectória do Partido Verdes.

[2] 'Ich bin der festen Überzeugung, daß deutsche Soldaten dort, wo im Zweiten Weltkrieg die Hitler-Soldateska gewütet hat, den Konflikt anheizen und nicht deeskalieren würden': Die Tageszeitung, 30 Dezembro 1994.

[3] Os órgãos de comunicação social alemães continuam a reproduzir a narrativa de que o governo de Schröder-Fischer foi apanhado desprevenido pelos desenvolvimentos na Jugoslávia; permanece pouco claro até que ponto o governo da RFA — com Kohl e Schröder — foi, ele próprio, uma força por detrás da guerra dos Balcãs. Por outro lado, foi sugerido que os E.U.A., preocupados com o facto de que a U.E. pudesse ficar mais independente com a hegemonia da Alemanha reforçada, agarraram a oportunidade para firmar a remilitarização da RFA dentro de uma NATO refundada. Vide Richard Holbrooke, 'America, A European Power', Foreign Affairs, vol. 74, no. 2, Março-Abril 1995.

[4] A revolta com a traição dos Vermelho-Verde em breve encontrou vozes aguerridas nas ruas: os manifestantes agarraram num grito dos anos de Weimar —Wer hat uns verraten? Sozialdemokraten! ('Quem nos traiu? Os Sociais-democratas!') — e acrescentaram uma frase Wer war mit dabei? Die Grüne Partei! ('Quem estava com eles? Os Verdes!')

[5] Em 2009, Joschka Fischer foi contratado como assessor para o projecto do gasoduto Nabucco, com um salário milionário; serve como "conselheiro estratégico sénior" no grupo Stonebridge de Madeleine Albright e consta da folha de pagamentos da BMW, da Siemens e de outras como consultor e "lobista"; Andrea Fischer, anterior Ministra da Saúde Verde faz lobby pelas indústrias dos cuidados de

Partidos No que é que se transformaram Os Verdes Alemães?

saúde e farmacêuticas; Gunda Röstel, antigo porta-voz dos Verdes, juntou-se à administração de Gelsenwasser/eon que naturalmente tem uma ala nuclear; Margareta Wolf, secretária principal Verde (Staatssekretärin) de Jürgen Trittin no Ministério Federal do Ambiente, tornou-se uma lobista paga para a indústria nuclear; Matthias Berninger, secretária principal Verde de Renate Künast no Ministério Federal da Defesa do Consumidor, Alimentação e Agricultura, trabalha agora para a Mars, Inc.; Marianne Tritz, a activista anti-nuclear Verde faz agora lobby pela indústria tabaqueira; Cohn-Bendit trabalha para um lobby financiado pela Amazon, Microsoft, Google, Yahoo, Ebay e Facebook para influenciar a legislação da UE em seu favor e assim por diante.

[6] Christian Schmidt: Wir sind die Wahnsinnigen, ("Nós somos os Loucos"), Düsseldorf 1998; Jutta Dittfurth, Krieg, Atom, Armut, Was sie reden, was sie tun (Guerra, Átomo, Miséria, o que vocês dizem, o que vocês fazem): Os Verdes, Berlim 2011.

[7] Luc Boltanski e Eve Chiapello, The New Spirit of Capitalism (O Novo Espírito do Capitalismo), Londres, 2007; Nancy Fraser, 'Feminism, Capitalism and the Cunning of History' (Feminismo, Capitalismo e a Astúcia da História), nlr 56, Março – Abril 2009.

[8] Paul Tiefenbach, Die Grünen: Verstaatlichung einer Partei, (Os Verdes: Nacionalização de um Partido) Colónia 1998.

[9] Frieder Otto Wolf aborda a questão de se a construção do partido deve estar na ordem do dia no seu ensaio, 'Party-Building for Eco-Socialists', Socialist Register 2007.

[10] Na sua época áurea, o KBW tinha uma fortuna de milhões, possuindo propriedades no novo quarteirão dos bancos de Frankfurt, dúzias de automóveis do último modelo e uma moderna impressora; algumas destas coisas foram para apoiar os Verdes. Vários dos seus quadros fizeram o seu percurso em outras instituições do Estado e

do negócio e também no Partido Verde. 'Die Beerdigung war "eher heiter" (O enterro foi mais sereno), Die Tageszeitung, 18 Fevereiro 1985.

[11] Werner Hülsberg, The German Greens: A Social and Political Profile, Londres 1988, p. 124.

[12] Alguns recém-chegados nem sequer partilharam a preocupação com questões ambientais. Como Fischer disse: "Uma vez por todas, vamos ser honestos: quem de nós está interessado na crise da água em Vogelsberg, nas auto-estradas em Frankfurt ou nas fábricas de energia nuclear em qualquer sítio, porque eles se sentem pessoalmente preocupados?" Vide Dittfurth, Krieg, Atom, Armut, (Guerra, Átomo, Miséria) p. 69.

[13] Em 1980, os Verdes entraram na Assembleia de Baden-Württemberg com 5.3%; em 1981, em Berlim com 7.2%; em 1982, em Hamburgo com 7.7%, na Baixa Saxónia com 6.5% e em Hesse com 8%; em 1983, em Bremen com 5.4%. Em 1984 começaram a ter grandes ganhos em cidades universitárias conservadoras—Heidelberg, Freiburg, Tübingen— chegando a seguir à CDU com 14–20%.

[14] Nos anos 80, os Verdes tinham 30,000–40,000 membros para 2–3 milhões de votantes, ao passo que o SPD tinha um milhão de membros para 14–15 milhões de votantes. Os ratios em 1983 eram de 87 votantes verdes para cada membro do partido; em comparação, para a SPD e os Democratas Cristãos eram de 16:1 e 20:1 respectivamente: Hülsberg, The German Greens, p. 108. Uma sondagem de 1989 dos 5,000 Verdes em Hesse revelou que 4,000 eram funcionários ou detentores de um mandato. As pressões sobre as mulheres eram particularmente fortes, dada a quota dos 50%, visto que as mulheres constituíam apenas 30-35% dos membros filiados. Vide Margrit Mayer e John Ely, eds, The German Greens: Paradox Between Movement and Party, Philadelphia 1998, p. 10.

[15] Ver também Frieder Otto Wolf, 'Eco-Socialist Transition on the Threshold of the 21st Century', nlr 1/158, Julho–Agosto 1985.

[16] Wolfgang Ehmke, Joschka Fischer, Jo Müller e outros, 'Verantwortung und Aufgabe der Grünen', Grüner basis-dienst, (Responsabilidade e Tarefa dos Verdes) no. 1, 1985, p. 15, citado em Roland Roth e Detlef Murphy, 'From Competing Factions to the Rise of the Realos', em Mayer e Ely, German Greens, p. 58.

[17] Stern, 4 Abril 1988, e Joschka Fischer, Der Umbau der Industriegesellschaft: Plädoyer wider die herrschende Umweltlüge, (A Reconstrução da Sociedade Industrial: Defesas contra a Mentira Reinante do Ambiente) Frankfurt-no-Meno 1989, pp. 59–61. Fischer tinha sequestrado o título do programa dos Verdes de 1986 que tinha tido uma forte orientação operária, exigindo a socialização dos bancos e dos meios de produção.

[18] Infelizmente, pouca coisa foi publicada sobre os dissidentes Verdes na RDA. Um primeiro relato que permanece valioso pode ser encontrado em Carlo Jordan e Hans Michael Kloth, Arche Nova, Berlim 1995. Friedrich Heilmann deu uma breve retrospectiva sobre o debate em torno da reunificação em 'Green Environmental Politics: Basic Values and Recent Strategies', em Ingolfur Blühdorn, ed., The Green Agenda: Environmental Politics and Policy in Germany, Keele 1995, pp. 143–66.

[19] Joschka Fischer, Die Linke nach dem Sozialismus, (A Esquerda depois do Socialismo) Hamburgo 1993.

[20] Vide o Manifesto Realo por Joschka Fischer, Hubert Kleinert, Udo Knapp e Jo Müller, 'Sein oder Nicht-sein: Entwurf für ein Manifest grüner Realpolitik' (Ser ou Não Ser: Rascunho para um Manifesto da Realpolitik Verde), 1988.

[21] Claro que não há garantia que com o tempo o Die Linke rivalize com os Verdes. De acordo com uma fuga de informação, o dirigente do partido Gregor Gysi deu garantias privadas ao embaixador dos EUA acerca da política do Dia

Partidos No que é que se transformaram Os Verdes Alemães?

Linke em relação à NATO: a sua exigência de um novo pacto de segurança que envolvesse a Rússia foi uma mera manobra táctica para adocicar a ala radical do partido, que de outro modo poderia insistir para que a Alemanha abandonasse a NATO unilateralmente.

[22] Vide Frank Schirrmacher, 'Der lange Weg zu sich selbst: Wofür Joschka Fischer haftet' (O longo caminho para si próprio: por que responde Joschka Fischer?) , *Jornal Frankfurter Allgemeine*, 1 Outubro 2001; Jamie Shea: entrevista para a rádio Westdeutscher Rundfunk documentário televisivo, 'Es begann mit einer Lüge' (Começou com uma mentira), Fevereiro 2001.

[23] Carta Aberta aos Verdes, Open Letter to the German Greens, 7 Novembro 2001, citado em Jim Green, 'German Greens Off to War Again', *Synthesis/Regeneration* 27, Winter 2002.

[24] Citado em Verdes, 'German Greens Off to War Again'.

[25] *Leipziger Volkszeitung*, 22 Abril 2011.

[26] Pedi emprestado o termo "evangelho da eco-eficiência" que sintetiza perfeitamente a quimera de um capitalismo amigo do ambiente, a partir do estudo inovador de Juan Martínez Alier, *The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation*, Cheltenham 2002. Este ramo ilusório de ambientalismo "amigo do mercado" é especialmente popular em Baden-Württemberg, coração da indústria automóvel alemã e também do eco-libertarismo e primeiro território (Land) a lançar um governo encabeçado por Verdes em 2011.

[27] Os representantes verdes são agora muito bem vindos para expor os seus pontos de vista junto aos accionistas dos velhos gigantes dos combustíveis fósseis tais como a RWE ou a EON, onde os podem avisar de que "não é só o planeta mas o valor das suas acções que está em risco" como recentemente fez o deputado europeu Sven Giegold.

[28] Ozzie Zehner escreveu uma crítica irresistível sobre o uso da tecnologia "eco-friendly" para fazer a lavagem um

modelo insustentável de economia de crescimento sem fim com implicações catastróficas na natureza e na humanidade: Zehner, *Green Illusions: The Dirty Secrets of Clean Energy and the Future of Environmentalism*, Lincoln, ne 2012.

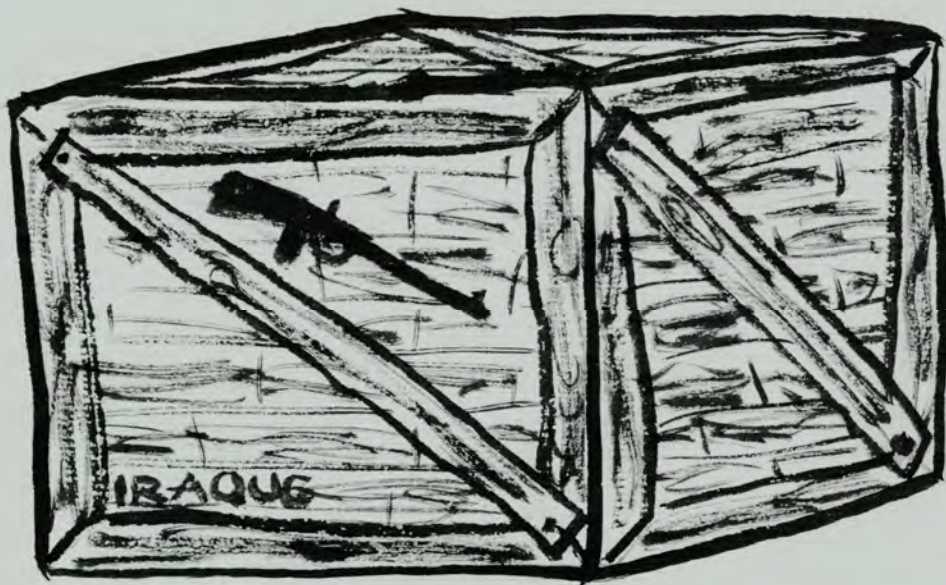
[29] Vide Lutz Mez, 'Who Votes Green?', em Mayer e Ely, *German Greens*, p. 82; Bernard Wessels, Jan Engels e Gero Maas, 'Demographic Change and Progressive Political Strategy in Germany', *Centre for American Progress*, Washington, dc 2011; Federal Returning Officer, Wahl zum 17 Deutschen Bundestag am 27 September 2009 (Eleição para 17 Bundestag Alemães), ch. 4, 'Wahlbeteiligung und Stimmabgabe der Männer und Frauen nach Altersgruppen' (Afluência às urnas e voto dos homens e das mulheres segundo grupos etários), Wiesbaden 2010.

[30] Forsa poll, citado em Derek Scally, 'Greens contemplate a post-election future with Merkel', *Irish Times*, 26 April 2013.

[31] A experiência de Trittin como Ministro do Ambiente na coligação federal Vermelha-Verde devia ter sido instrutiva. "Em áreas-chave, Trittin era forçado a implementar as directivas de Schröder, mas assumir a responsabilidade política. Em Junho de 1999, por exemplo, Schröder ordenou a Trittin que vetasse a passagem de uma nova directiva da UE sobre a reciclagem de carros velhos, aparentemente seguindo directamente intervenções da indústria automóvel alemã para o chanceler". Rüdiger, 'Germany', em Ferdinand Müller-Rommel e Thomas Poguntke, eds, *Green Parties in National Governments*, Londres 2002, p. 98. A viagem de Trittin de Babelsberg para Bilderberg—ele participou na conferência do grupo em 2012 em Chantilly, Virginia—é quase tão impressionante como o caminho seguido por Joschka Fischer.

Por que razão a esquerda dinamarquesa apoiou o envio de armas para o Iraque?

Michael Voss



Não é habitual que os socialistas dinamarqueses votem a favor duma resolução parlamentar para enviar um avião militar para o Iraque sob o comando dos EUA. Menos habitual ainda é que eu — que me considero um marxista revolucionário — vote a favor de apoiar esta resolução. Não obstante, foi isso que aconteceu há um par de semanas.

O grupo parlamentar da Aliança Verde-Vermelha (RGA — Enhedslisten) votou junto com todos os demais partidos a favor do envio dum avião Hercules para o Iraque a pedido do Governo iraquiano. O avião transportará armas e munições para as milícias curdas que combatem o Estado Islâmico (EI). De acordo com os estatutos da Aliança Verde-Vermelha, um voto deste tipo no parlamento tem de ser aprovado pela direção nacional do partido. Poucos dias antes da votação no parlamento, e antes de que se conhecesse o texto concreto da proposta, teve lugar um intenso debate. A direção nacional da Aliança Verde-Vermelha aprovou uma resolução pela qual autorizava o grupo parlamentar a votar a favor com determinadas condições. Quase todos os membros da direção nacional tinham dúvidas antes da votação, mas finalmente foi aprovada a resolução por uma maioria de 14 votos — eu incluído — contra 6, e 5 que não votaram ou não estiveram presentes.

Esgrimiram-se muitos argumentos válidos contra a proposta. A questão mais bicuda foi o facto de apoiar uma intervenção militar sob o comando dos EUA. O governo e o exército dos EUA defendem os interesses das grandes empresas norte-americanas e do imperialismo, tanto no sentido estrito de lhes assegurar o acesso aos recursos, aos mercados e aos lucros, como no sentido mais amplo do domínio geopolítico. O imperialismo norte-americano é a causa fundamental dos conflitos religiosos na região, devido às anteriores guerras de Iraque, e acresce que o imperialismo norte-americano é em grande medida responsável pela existência do Estado Islâmico. Alguns dos seus aliados mais próximos financiaram o Estado Islâmico, e a Turquia permitiu ao Estado Islâmico operar através da fronteira turca sem que Washington colocasse objeções. Finalmente, a Dinamarca teve três experiências muito negativas com a participação em ações militares dirigidas pelos EUA no Afeganistão, Iraque e

“Todas as forças curdas criaram uma frente militar comum para combater o Estado Islâmico.”

Líbia.

Todos os membros da direção da Aliança Verde-Vermelha e do seu grupo parlamentar tinham consciência de tudo isso, mas a decisão baseou-se numa análise concreta da situação na região. O imperialismo norte-americano criou o Estado Islâmico e permitiu-lhe expandir-se até certo ponto. Contudo, o Estado Islâmico cresceu demasiado e reforçou-se militarmente até se tornar perigoso para os interesses dos EUA, como já tinha acontecido com os talibã no Afeganistão. Pelo que neste momento o imperialismo norte-americano quer derrubar o Estado Islâmico.

Não creio que seja preciso argumentar largamente que os socialistas revolucionários também querem combater o Estado Islâmico, uma força assassina, sectária e profundamente reaccionária. Uma vitória do Estado Islâmico significaria o fim de todo o avanço social, democrático, de direitos das mulheres e da luta anti-imperialista que se pode ter produzido nalgumas zonas da Síria e do Iraque. Neste sentido há uma coincidência temporária de interesses entre o

imperialismo e os socialistas em torno do combate contra o Estado Islâmico. Queremos fornecer armas aos curdos e o imperialismo norte-americano quer fornecer armas aos curdos, pelo menos no atual momento. Não apoiar este fornecimento de armas somente porque os EUA estão no comando é como se Lenine se tivesse negado a entrar a bordo do comboio blindado que lhe disponibilizou o imperialismo alemão para viajar a través da Alemanha até à Rússia em pleno processo revolucionário na Rússia, como disse outro membro da direção nacional.

Não corremos nós o risco participar numa campanha militar norte-americana mais ampla com intenções muito diferentes das nossas e que causará muitos males à população da região? Este foi outro argumento esgrimido contra a resolução. Ninguém negará que isto possa acontecer, inclusivamente com a aquiescência do governo dinamarquês. Contudo, de acordo com a decisão da nossa direção nacional, os deputados e as deputadas da Aliança Verde-Vermelha asseguraram-se de que:

- o avião Hércules dinamarquês não poderá ser utilizado para nenhum outro fim que não seja a entrega de armas às forças que combatem o Estado Islâmico,
- esta resolução não dá carta branca a nenhuma outra intervenção militar da Dinamarca na região,
- aconteça o que acontecer, será necessária uma nova resolução parlamentar se o governo pretender prolongar a atividade do avião para além de 1 de janeiro de 2015.

Entre os argumentos contra a decisão também se expressaram dúvidas sobre quem exatamente iria receber as armas. Nenhum membro da Aliança Verde-Vermelha desejava fornecer armas ao governo iraquiano, mas na linguagem formal da resolução parlamentar fala-se de uma ação a favor do governo iraquiano e outras forças que combatem o Estado Islâmico. A direção nacional da Aliança Verde-Vermelha entendeu que isto era necessário para que a resolução fora conforme ao Direito Internacional, pois somente os governos podem receber ajuda militar de outros governos. Em segundo lugar, o exército iraquiano não carece

de armas e as armas da Europa oriental não lhe serviriam de nada. Em terceiro lugar, o exército iraquiano praticamente não combate o Estado Islâmico.

Está por ver ainda se as forças curdas mais progressistas, o PKK-Partido dos Trabalhadores do Curdistão (na Turquia) e a sua organização irmã iraquiana (o YPG-Unidades de Proteção Popular) receberão efetivamente armas ou se o governo regional curdo no Iraque as monopolizará. Este governo mantém tradicionalmente relações conflituosas com o PKK/YPG e aplica uma política estritamente neoliberal nas zonas que controla. Na realidade, não se sabe quem exatamente receberá que parte das armas, mas todas as forças curdas criaram uma frente militar comum para combater o Estado Islâmico. Há provas de que efetivamente partilham armas, e o PKK/YPG leva a cabo a maior parte do combate efetivo.

A pesar dos argumentos relevantes contra, e sem nenhuma garantia a 100% do resultado, a maioria da direção nacional, eu incluído, votámos a favor de autorizar as deputadas e os deputados da Aliança Verde-Vermelha a votar a favor no parlamento. O que inclinou a balança entre uma e outra posição foi o facto de que todas as forças progresistas curdas da região, incluídos os socialistas, e todas as organizações curdas em Dinamarca, incluídos vários membros da Aliança

Verde-Vermelha, não só nos aconselharam a votar a favor, como também nos suplicaram que não nos opuséssemos à resolução. Estavam convencidos de que muito provavelmente esta resolução permitirá a entrega de armas ao PKK/YPG, um reforço necessário não apenas para combater o Estado Islâmico, mas também para fortalecer as forças progressistas da região.

Na sequência da decisão, a Aliança Verde-Vermelha impulsionou outras iniciativas destinadas a bloquear os aprovisionamentos militares e financeiros ao Estado Islâmico, a popularizar a luta pelo direito do povo curdo à autodeterminação, e a apagar o PKK da lista de supostas organizações terroristas elaborada pelos EUA e a UE. Um aspeto específico da Dinamarca é o facto de que a emissora de televisão dos curdos para toda a Europa se encontrava na Dinamarca até ter sido recentemente expulsa, e uma dezena de pessoas da comunidade curda enfrentam um processo judicial por ter recolhido dinheiro para organizações que segundo a polícia transferem dinheiro para o PKK. Quando sair o primeiro carregamento de armas para o PKK/YPG num avião dinamarquês sob o comando dos EUA, as autoridades não saberão como explicar que estão a apoiar uma organização terrorista.

Michael Voss, membro da direção nacional da Aliança Verde-Vermelha (Dinamarca)

09/09/2014

Tradução de **Bruno Góis** para **A Comuna**, a partir da versão publicada por **VIENTO SUR**.